

ISSN 1980-1181

GEOGRAFANDO



*Revista do Laboratório de Cartografia e
Estudos Ambientais*

**Departamento de Geografia
Instituto de Ciências Humanas
Universidade Federal de Pelotas**

GEOGRAFANDO

Revista do Laboratório de Cartografia e Estudos Ambientais/LACEA



Obra publicada pela Universidade Federal de Pelotas

Reitor: Prof Antonio Cesar Gonçalves Borges

Vice-Reitor: Prof. Telmo Pagana Xavier

Instituto de Ciências Humanas

Diretor: Prof. Fábio Vergara Cerqueira

Vice-Diretor: Prof. Jabr Hussein Deeb Haj Omar

Departamento de Geografia

Chefe: Prof. José Álvaro Quincozes Martins

Laboratório de Cartografia e Estudos Ambientais

Coordenadora: Profª Rosa Elena Noal

Conselho Editorial

Prof. Alcir Nel Bach/UFPEL

Profª Beatriz Ana Loner/UFPEL

Profª Cenira Maria Lupinacci da Cunha/UNESP

Prof. Cesar De David/UFMS

Prof. Dario de Araújo Lima/FURG

Profª Dirce Maria Antunes Suertegaray/UFRRGS

Prof. Fábio Vergara Cerqueira/UFPEL

Profª Giancarla Salamoni/UFPEL

Prof. Gomerindo Ghiggi/UFPEL

Prof. Luis Eduardo Silveira da Mota Novaes/UFPEL

Prof. Sandro de Castro Pitano/UNIPAMPA/UFPEL

Prof. Sidney Gonçalves Vieira/UFPEL

Conselho Consultivo

Prof. Alfredo Luis Mendes Davila/UFPEL

Prof. Glaucio José Marafon/UERJ

Prof. Lindon Fonseca Matias/UNICAMP

Profª Lucia Helena de Oliveira Gerardi/UNESP

Prof. Marcello Martinelli/USP

Prof. Marcos César Ferreira/UNICAMP

Profª Maria Mônica Arroyo/USP

Editora: Profª Rosa Elena Noal

Editoração e capa: Mara Lúcia Vasconcelos da Costa

Revisores de inglês: Luciana Vasconcelos da Costa e Renan Castro Ferreira

EDITORA E GRÁFICA DA UFPEL

Rua Lobo da Costa, 447 – Pelotas-RS

CEP: 96010-150 - Fone/Fax: (53) 3227-3677

Impresso no Brasil

Edição: dezembro de 2006

ISSN - 1980-1181

Tiragem: 200 exemplares

Dados de catalogação na fonte:

Ayde Andrade de Oliveira CRB - 10/864

Geografando: Revista do Laboratório de Cartografia e Estudos Ambientais / Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas. – Vol. 1, n.2 (dez.2007). – Pelotas: LACEA, 2007.

Semestral

ISSN 1980-1181

Editor: Rosa Elena Noal

1. Geografia-Periódicos. I. Noal, Rosa Elena, Ed. II. Laboratório de Cartografia e Estudos Ambientais. Departamento de Geografia. Instituto de Ciências Humanas. Universidade Federal de Pelotas.

CDD 910.5

Revista Indexada em GeoDados

PEDE-SE PERMUTA / WE ASK FOR EXCHANGE

UFPEL/ICH/DEGEO/LACEA

Rua Cel. Alberto Rosa, 154 - Pelotas/RS - CEP: 96010-770 - Caixa Postal 354

Fone: (53) 3284-5522 e 3284-5522 R-5530

<http://www.ufpel.edu.br/ich/lacea>

e-mail: lacea@ufpel.edu.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO / PRESENTATION	5
Artigos/Articles	
UNA APROXIMACION METODOLOGICA AL ESTUDIO DE LUGARES COM MOBILIDAD VULNERABLE.....	9
<i>A METHODOLOGICAL APPROACH TO THE STUDY OF PLACES WITH VULNERABLE MOBILITY</i>	
<i>Andrea Gutiérrez e Diego Minuto</i>	
CENTRO E CENTRALIDADE EM SÃO PAULO	27
<i>CENTRE AND CENTRALITY IN SÃO PAULO</i>	
<i>Sidney Gonçalves Vieira</i>	
ONDJANGO: ESPAÇO VITAL NA CULTURA BANTU DE ANGOLA	51
<i>ONDJANGO: VITAL SPACE IN BANTU CULTURE OF ANGOLA</i>	
<i>Martinho Kavaya</i>	
ATIVIDADES DE LAZER DOS IDOSOS NA CIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE RIO CLARO-SP	65
<i>LEISURE ACTIVITIES OF THE ELDERLY IN THE CITY: A CASE STUDY IN RIO CLARO-SP</i>	
<i>Rosane Balsan</i>	
GEOGRAFIA CRÍTICA E PAULO FREIRE; UM DIÁLOGO A PARTIR DO ENSINO DA GEOGRAFIA E DA EDUCAÇÃO “PROBLEMATIZADORA”	89
<i>CRITICAL GEOGRAPHY AND PAULO FREIRE, A DIALOGUE FROM THE TEACHING OF GEOGRAPHY AND THE PROBLEMATIZING EDUCATION</i>	
<i>Cleder Fontana</i>	
A GEOGRAFIA NA SALA DE AULA: ENTRE A ARTE E A APRENDIZAGEM DE CONCEITOS	107
<i>GEOGRAPHY IN THE CLASSROOM: BETWEEN ART AND LEARNING OF CONCEPTS</i>	
<i>Reinor Sannes de Ávila e Sandro de Castro Pitano</i>	
Resenha / Review	127

Apresentação

Durante muito tempo, a Geografia, assim como as demais ciências humanas que se estruturaram com a modernidade, se empenhou em garantir um estatuto científico consistente. Para isso, precisou seguir de perto o modelo metodológico das ciências naturais, cujos contornos visíveis, decorrentes da sua objetividade, evidenciavam com segurança os resultados da investigação. A objetividade como critério de rigor científico tipifica uma ciência que se caracteriza pela tentativa humana de explicar os fenômenos da natureza, formulando leis que garantissem a exploração e o controle sobre ela. Ora, o método científico reflete um conjunto de necessidades, explícitas ou não, que permeiam as relações humanas em dado momento da história. Além disso, a coexistência de diferentes concepções acerca da natureza, das relações humanas e da vida em geral exerce influência na dinâmica das ciências. Caso contrário, estaríamos determinados às condições objetivas, quando, na verdade, somos por elas condicionados.

Mesmo antes do denso processo crítico que atingiu o paradigma científico dominante, a Geografia já rumava para os horizontes da complexidade. Talvez em razão do seu próprio objeto de estudo: as relações dos seres humanos, entre si e com o seu meio vital. Estão evidenciadas tanto a origem natural da vida humana como a transcendência peculiar da espécie, o seu caráter cultural. Logo, assumir a complexidade se mostrou o caminho mais coerente para uma ciência que atua sobre as transformações naturais e culturais de um meio tornado *técnico científico informacional*. Fazer Geografia, portanto, é processo desafiador, pois tem como objeto um movimento dinâmico que se constitui na incerteza e no imprevisível da existência mundana. Ignorar tais evidências constitutivas é, creio, empobrecer a Geografia como ciência.

O segundo número da *Geografando* parece refletir as características da Geografia, rapidamente descritas acima, com ênfase na complexidade. A abrangência temática dos seis artigos aqui reunidos materializa e expressa a amplitude dos estudos que a ciência geográfica permite abrigar. O que colabora visivelmente para enriquecê-la, nos convidando a adentrar cada vez mais em seu universo.

O primeiro artigo aborda o grave problema da vulnerabilidade e da exclusão social na atualidade, considerando a dinâmica das mudanças verificadas nas grandes cidades, neste caso, Buenos Aires. Traz uma proposta de identificação de lugares considerados em situação de vulnerabilidade, relacionando-os com as políticas públicas pertinentes através do georeferenciamento.

No segundo artigo, o centro de São Paulo é investigado e interpretado em razão das transformações sofridas, vinculadas ao processo de valorização de novas áreas centrais. Evidencia mecanismos nem sempre explícitos de dinamização das atividades urbanas na metrópole.

A cultura africana está presente no terceiro artigo, intitulado “*Ondjango: Espaço Vital na Cultura Bantu de Angola*”. O *Ondjango*, entendido como um encontro de pessoas no espaço vital, forma peculiar de organização comunitária da cultura bantu e angolana, é explorado em seu caráter educativo.

O quarto trabalho expõe um estudo de caso sobre as atividades de lazer dos idosos na cidade de Rio Claro-SP. Relaciona as possibilidades de atingir uma idade avançada com qualidade de vida às atividades de trabalho, alimentação e lazer desenvolvidas ao longo da vida.

Fruto de uma pesquisa bibliográfica, o quinto artigo aproxima a Geografia Crítica e a Educação Problematizadora proposta pelo educador Paulo Freire. Enfatiza aspectos convergentes entre ambas que podem contribuir com a formação crítica nas escolas e nos cursos de licenciatura em Geografia.

O sexto e último artigo destaca a importância da Arte (cinema, teatro e música) no ensino de Geografia, retratando uma experiência de observação participante desenvolvida junto a professores em formação continuada no Programa de Alfabetização Solidária (PAS).

A resenha foi dedicada à obra “*Leituras de Paulo Freire: Contribuições para o Debate Pedagógico Contemporâneo*”.

Rosa Elena Noal
Editora

ARTIGOS

UNA APROXIMACION METODOLOGICA AL ESTUDIO DE LUGARES CON MOVILIDAD VULNERABLE

Andrea Gutiérrez¹
Diego Minuto²

Resumen: Las grandes metrópolis han sufrido importantes cambios en las últimas dos décadas, pero su estudio desde la perspectiva de la movilidad avanza con retraso recién sobre el final del milenio pasado. Cuestiones como la vulnerabilidad y la exclusión social, o la segregación y fragmentación socioespacial han sido recogidas por la literatura, pero la intervención de la movilidad en estos procesos aún necesita ser profundizada

Palavras-chave: Metrópolis. Lugares. Exclusão Social.

Se coincide en que el transporte de personas tiene un rol a cumplir en la inclusión social, pero todavía no se entiende ni conoce en profundidad el papel que juegan el transporte y la movilidad en las formas de vida de la ciudad contemporánea, en particular en las de los grupos sociales más vulnerables. Comprender este papel requiere, asimismo, una mejor comprensión de la relación entre la movilidad y las distintas políticas públicas que hacen a la inclusión social, como la salud, la educación, y el trabajo. Una mirada desde la movilidad, pero en relación transversal con otras políticas más allá de las propias de transporte (sean redes o servicios).

Asimismo, el uso de herramientas como los sistemas de información geográfica en el campo del transporte también crece en los últimos años. Pero todavía, es fuerte la impronta de su aplicación a una representación física de las redes, más que a un análisis de cuestiones sociales y económicas.

Con el *objetivo de vincular la movilidad con distintas políticas públicas*, el presente trabajo comparte un procedimiento para seleccionar lugares con movilidad vulnerable, mediante la georreferencia de información socioeconómica y demográfica (proveniente básicamente

¹ Universidad de Buenos Aires - Facultad de Filosofía y Letras – Instituto y Dpto. de Geografía – Programa Transporte y Territorio

E-mail: <angut2@filo.uba.ar> <angut2@gmail.com>

² dieminuto75@hotmail.com

de estadísticas de organismos oficiales) y de las redes de infraestructura y servicios públicos (de transporte, y de salud).

En investigaciones que abordan la movilidad, el lugar de estudio es en sí mismo un objeto de estudio. En aquellas basadas en estudios de caso, el caso hace a la investigación y a sus resultados; y así mismo, el lugar hace al caso. Una elección “a priori” del lugar de estudio según la experiencia del investigador, obvia la posibilidad de construir un criterio generalizable de selección, y por ende, resultados también generalizables y comparables.

La propuesta es, entonces, compartir la metodología aplicada a identificar en el territorio lugares con grupos sociales en condiciones de movilidad potencialmente vulnerable. El proceso implica partir de un área geográfica mayor (en este caso, la región metropolitana de Buenos Aires), y llegar a identificar y ubicar lugares en su interior al menor nivel de desagregación geográfica disponible (esto es, un barrio o manzana).

La elección del lugar resulta de una definición (teórica) del lugar. Esto implica articular tres tipos de definiciones:

- la delimitación de un viaje, según un fin de desplazamiento (a la salud, a la educación, al trabajo, etc.),
- la delimitación de un grupo social (jóvenes, ancianos, desempleados, etc.),
- y la delimitación de un territorio (rural, urbano, rururbano)

El resultado es el acercamiento a un caso o “modelo” de movilidad vulnerable, que combina la selección de un viaje “tipo”, un grupo social “tipo”, y un territorio “tipo”.

Para ejemplificar el procedimiento en cuestión, se recurre a los avances realizados en la investigación “Movilidad, pobreza y salud adolescente en Argentina. El caso del rururbano bonaerense”, realizada en el marco del Programa Internacional de Investigación en Red sobre Movilidad y Salud del International Forum for Rural Transport Development³. En ésta, el caso de movilidad vulnerable

³ El proyecto de investigación está dirigido por Andrea Gutiérrez. Diego Minuto, Julio Rearte, Cecilia Allemandi, Mariana Schmidt e Ivanna Gulinoi forman parte del equipo de investigación soporte del trabajo de campo. El proyecto cuenta asimismo con el reconocimiento institucional de la Universidad de Buenos Aires – Facultad de Filosofía y Letras, siendo el Programa Transporte y Territorio del Instituto de Geografía sede del mismo.

estudiado considera como grupo social a adolescentes embarazadas pobres, como territorio al rururbano bonaerense, y como fin del desplazamiento (o viaje) la salud pública.

1 La definición conceptual: que se entiende por lugares con movilidad vulnerable?.

1.2 Qué se entiende por movilidad?

Una revisión de la literatura de los últimos 15 años permite observar que hay un ascenso en la producción de trabajos sobre movilidad (tema del que poco se hablaba en los '90) (Le Breton, 2005; Allemand, 2004; Lévy y otros, 2005; Orfeuil, 2004; Fulong, 2005, Grants, 2002; Díaz Olivera y otros, 1999; DVC, 2005). No obstante este aumento en cantidad, aún no se consigue identificar un marco teórico explícito de definiciones, utilizado para reflexionar sobre el tema. Esto es, la literatura (y la discusión en la especialidad en general) retoma el tema de la movilidad en la actualidad, pero de manera confusa y en alguna medida superficial, debido a la falta de claridad y explicitación en los conceptos utilizados. Por ello, el trabajo comienza haciendo explícitas las definiciones usadas.

Este estudio entiende por *movilidad* una práctica social de viaje. Esta práctica conjuga deseos y necesidades de desplazamiento (o requerimientos de movilidad) y capacidades de satisfacerlos. Ambas son resultado y condición de la inserción de un grupo en un contexto social, contexto definido por factores físicos, locacionales, económicos, regulatorios, culturales, de género, étnicos, entre otros (Gutiérrez, 2005; Gutiérrez y Rearte, 2007).

El *viaje*, pues, es el objeto de estudio de la movilidad. Por viaje se entiende un cambio de lugar de las personas en el territorio. Este cambio de lugar requiere superar una distancia, y responder a la satisfacción de una necesidad que lo motiva. Esto es, un viaje en ascensor o el viaje de un vagabundo no son objeto de este estudio.

La movilidad se estudia a través de viajes, pero no se reduce a los viajes realizados. Los viajes realizados muestran la elección de un grupo social según un abanico de opciones conocidas de viaje. La movilidad, pues, abarca los viajes que un grupo social conoce, los que considera posibles hacer, y los que finalmente hace. Por esto, la movilidad es más amplia que el transporte, es decir, que el medio o vector de desplazamiento usado para realizar o concretar un viaje.

Los estudios en transporte se enfocan convencionalmente en el viaje realizado, pero no en la movilidad. Por esto, quedan viajes excluidos del análisis, o sumergidos sin claridad analítica.

Un viaje es el resultado de la movilidad de un grupo social, y esta no alcanza a ser vista sólo a través de los viajes realizados. Los viajes realizados son sólo una manifestación parcial de la movilidad de un grupo social. *El transporte es necesario, pero insuficiente para conocer la movilidad* (Gutiérrez, 2007b).

1.2 Qué se entiende por vulnerabilidad?

El objetivo del estudio al que apunta este método es conocer la práctica social de viajes de grupos vulnerables, por lo cual se la denomina movilidad vulnerable.

La literatura sobre vulnerabilidad es amplia, tanto en un sentido físico (vulnerabilidad ambiental) como social (vulnerabilidad social) del concepto. Respecto al desarrollo de indicadores de vulnerabilidad social, en Argentina se destacan los trabajos del Programa de Investigación en Recursos Naturales y Ambiente (PIRNA – Inst. Geografía, FFyL, UBA), basados en la siguiente definición:

...La vulnerabilidad social [VS] se define por las condiciones de una sociedad - económicas, sociales, culturales, institucionales- que la predisponen para sufrir y/o evitar daños en uno o varios aspectos que la configuran: económicos, psicológicos, de la salud, de la vivienda, etc. (Herzer 1993). Ella apunta a mostrar tanto los niveles de dificultad como las capacidades que tiene cada grupo social para enfrentar autónomamente amenazas específicas. En el análisis de la VS interesa identificar las heterogeneidades de la sociedad implicada. La vulnerabilidad, compleja y multidimensional, abarca aspectos tales como las condiciones materiales de vida de la población, las percepciones de distintos grupos sociales respecto a los riesgos en los que están inmersos, y las condiciones institucionales para la toma de decisión y la acción (Barrenechea y otros 2003)....(Natenzon y otros, 2003).

Siendo el objetivo del estudio vincular la movilidad con distintas políticas públicas (en este caso, con la salud pública), el concepto de vulnerabilidad se trabaja vinculado al de accesibilidad. Por accesibilidad se entiende un valor general sobre la capacidad de alcanzar los bienes y servicios que permiten la integración de las personas a la vida social, el ejercicio de sus derechos y el desarrollo de una vida autónoma (Gutiérrez, 2007b).

Por esto, el concepto de vulnerabilidad utilizado considera el empleado por Robert Castel (1997). Según este autor, son vulnerables las personas y hogares enfrentados a un riesgo de deterioro, pérdida o imposibilidad de acceso a condiciones laborales, habitacionales, sanitarias, educativas, previsionales, de participación y de acceso diferencial a la información y a las oportunidades.

Por movilidad vulnerable se entiende, entonces, las necesidades de desplazamiento de un grupo social que no se realizan en viajes, o viajes realizados pero en riesgo de continuidad, reducción o deterioro por la intervención de obstáculos que tornan frágil o débil la movilidad del grupo social. En este caso, las condiciones de movilidad son vistas a través de los viajes por salud de madres adolescentes del rururbano (Gutiérrez, 2007b).

El concepto de vulnerabilidad es aplicable, pues, no sólo al estudio de carencias actuales, sino a describir situaciones de riesgo, de debilidad o fragilidad y de precariedad futura, a partir de las condiciones registradas en la actualidad.

1.3 Qué se entiende por rururbano?

Se entiende por rururbano la franja más periférica o externa de las grandes metrópolis, donde lo rural y lo urbano conviven en una zona de transición.

Las grandes metrópolis suelen concebirse como un todo urbano, pero en su interior coexisten distintas combinatorias de lo rural y de lo urbano. Los límites de las grandes metrópolis pueden definirse considerando la contigüidad física de la trama de calles y casas, o bien considerando su área de influencia según la realización de migraciones cotidianas (hogar – trabajo). Siguiendo este último criterio, pueden pertenecer a una misma gran ciudad lugares funcionalmente unidos, pero separados físicamente por vacíos o interrupciones de la trama de calles y casas. Esta distinción es significativa cuando se trata de estudiar cuestiones de movilidad. *Hablar de transporte urbano o de transporte rural “a secas” es impreciso, especialmente cuando se trata de grandes ciudades.*

Esta es la situación típica del rururbano, donde la ciudad crece extendiéndose sobre territorios con población rural dispersa, con población rural aglomerada (o pueblos rurales) y/o con población urbana de localidades vecinas, de baja densidad. El rururbano muestra, entonces, lo rural bajo influencia urbana. Es ahí,

pues, donde lo rural queda frágil por la influencia de centros urbanos periféricos, y/o del centro urbano principal de la gran ciudad.

Lo urbano y lo rural no tienen una unívoca relación con la distribución de la población en el territorio. Tanto la población rural como la urbana, pueden distribuirse en el territorio en forma dispersa o aglomerada.

Hay población urbana dispersa y población rural aglomerada. Hay población urbana dispersa en la periferia de los centros urbanos, y hay población rural aglomerada en los pueblos rurales. Lo que las distingue es la densidad población. Un barrio urbano periférico, puede tener población dispersa o de baja densidad al igual que un pueblo rural, pero con un mayor número de habitantes. *Esto es un hecho trascendente de esclarecer a la hora de hacer un estudio de movilidad, pues lo aglomerado (concentrado) o lo disperso de la población en el territorio incide en los problemas de movilidad. Y lo urbano, lo rururbano o lo rural inciden en la magnitud poblacional del problema.*

2 La definición del caso: lugares con movilidad vulnerable.

2.1 Cómo se define el caso?.

En investigaciones basadas en estudios de caso, el caso hace a la investigación y a sus resultados. En investigaciones sobre movilidad, el lugar hace al caso. El lugar del estudio es un objeto de estudio en sí mismo. *El estudio de la movilidad vulnerable requiere, pues, analizar grupos sociales en el espacio.* Esto es, reúne un grupo social y un lugar vulnerables.

En este estudio, la selección del lugar resulta de una delimitación conceptual del caso o modelo de movilidad vulnerable a estudiar, no de una selección previa, según la experiencia empírica del investigador.

Para la definición del caso (o modelo) de movilidad vulnerable se combinan tres tipos de delimitaciones:

- la delimitación de un viaje, según un fin de desplazamiento (viaje a la salud, a la educación, al trabajo, etc.),
- la delimitación de un grupo social (jóvenes, ancianos, desempleados, etc.),
- la delimitación de un territorio (urbano, rural, rururbano).

De este modo, los resultados del caso de estudio ilustran un “*modelo*” de movilidad vulnerable, que combina la selección de un viaje “*tipo*”, un grupo social “*tipo*”, y un territorio “*tipo*”.

En esta oportunidad, el caso de movilidad vulnerable estudiado considera como grupo social a madres adolescentes pobres, como territorio al rururbano bonaerense, y como fin del desplazamiento (o viaje) la salud pública.

El estudio selecciona las madres adolescentes como grupo social vulnerable, por ser más débiles según condiciones socioeconómicas (pobres), etarias (jóvenes), físicas (embarazo), técnicas (medios de transporte). El estudio selecciona el rururbano como lugar de movilidad vulnerable, por ser aquel más débil según condiciones de disponibilidad, cantidad y localización de bienes y servicios de transporte y de la actividad y/o servicio fin del viaje, en relación a un grupo social vulnerable.

No obstante, el mismo método podría aplicarse a identificar lugares con movilidad vulnerable, en referencia a otros grupos sociales (niños, ancianos, discapacitados, etc.), fines de viaje (educación, recreación, trabajo, etc.) o territorios (rural, urbano, rururbano, etc.).

2.2 *Qué información se utiliza?*

Se utiliza en forma combinada la localización y distribución en el territorio de distintos aspectos seleccionados en función del tema de estudio. A saber: consolidación urbana, población, infraestructura y servicios de salud pública, infraestructura y servicios de transporte.

Se releva información secundaria proveniente del último Censo Nacional de Población 2001 (Instituto Nacional de Estadística y Censos), del Ministerio de Salud de la Provincia de Buenos Aires, y de la Secretaría de Transporte de la Nación. La recopilación de datos se realiza por vía electrónica, siguiendo los siguientes criterios: pertinencia, disponibilidad pública y gratuita, disponibilidad para el lugar de estudio (según nivel de desagregación por unidades administrativas).

Se detectan dificultades en el uso de la información estadística para construir sistemas de información geográfica. Se disponen estadísticas de salud de organismos oficiales nacionales y provinciales sobre nacimientos, muerte materna y HIV en menores

de 19 años, y sobre mortalidad infantil. Pero esta información está consolidada a nivel de partido sin desagregación por rango de edad (menores de 19 años), o bien desagregada por rango de edad pero para el conjunto de partidos que componen el Gran Buenos Aires (partidos del Aglomerado Gran Buenos Aires cuyos territorios están completamente comprendidos por la mancha urbana). La desagregación de información del Censo 2001 por edades y/o localidad debe ser solicitada y paga.

El método seguido ofrece la posibilidad de ubicar lugares con población “tipo” mediante trabajo de escritorio e información cuantitativa. Pero las restricciones mencionadas en cuanto a la desagregación de los datos disponibles, hacen en este caso que constituya una primera aproximación a la identificación y análisis de la distribución de lugares con movilidad vulnerable, requiriéndose una posterior complementación con trabajo de campo e información cualitativa, proveniente de estadísticas o informantes claves locales. Por esto el análisis siguiente refiere a la ubicación de población tipo “potencial”.

2.3 *Cómo se selecciona el lugar de estudio?*

Este apartado muestra la metodología seguida para elegir los partidos rururbanos de General Rodríguez y Pilar como lugares de estudio.

Se siguen los siguientes pasos básicos:

- a. Delimitar el rururbano de la Región Metropolitana de Buenos Aires (“territorio tipo”),
- b. Identificar población potencial de madres adolescentes pobres (grupo social “tipo”),
- c. Ubicar la población potencial en relación a la dotación de infraestructura y servicios públicos de salud y de transporte del territorio (georreferenciación).

Paso a. Delimitación del rururbano de la Región Metropolitana de Buenos Aires (“territorio tipo”).

El rururbano se delimita confrontando el área del Aglomerado Gran Buenos Aires (AGBA) con el de la Región Metropolitana de Buenos Aires (RMBA).

La RMBA delimita la “gran ciudad” siguiendo un criterio funcional. Considera la movilidad cotidiana de la población, y es aplicado por Autoridad Nacional de Transporte de Argentina. La RMBA está compuesta por la Ciudad Autónoma de Buenos Aires y 43 partidos periféricos, abarcando una superficie de 8000 km². El AGBA sigue un criterio físico. Considera la mancha urbana o continuo de calles y casas, y es aplicado por el INDEC. El AGBA está compuesto por la Ciudad Autónoma de Buenos Aires más 32 partidos periféricos, de los cuales 14 están completamente comprendidos por la mancha urbana, y 18 lo están en forma parcial (ver MAPA 1 zona gris oscura).

Dentro de la RMBA, pues, se encuentra el AGBA. Su confrontación muestra la franja de transición o rururbano como el cordón de partidos periféricos cuya superficie y población: a) integran parcialmente el aglomerado, b) no integran el aglomerado, pero pertenecen a la región metropolitana. Esta franja está ubicada entre los 50 y los 100 kilómetros de distancia al centro urbano principal de la región metropolitana (la Ciudad Autónoma de Buenos Aires) (ver MAPA 1, zona gris clara).

Luego, se seleccionan los partidos correspondientes al borde interior del rururbano, esto es, aquellos cuya superficie y población integran de manera parcial el AGBA, ubicados alrededor de los 50 km de distancia de Ciudad Autónoma de Buenos Aires. Estos son: Pilar, Escobar, Gral. Rodríguez, Marcos Paz, Perón, San Vicente, Cañuelas, La Plata⁴. Con el objetivo de maximizar la dinámica propia del rururbano, se seleccionan aquellos que cumplen los siguientes criterios:

- Consolidación urbana: partidos con menos del 50% de sus radios censales urbanos.

- Distancia: partidos con más del 50% de su superficie comprendida entre los 40 y 60 km de distancia al centro de la Ciudad de Buenos Aires.

Resultan de esta selección los partidos de Pilar, Escobar, Gral. Rodríguez, Marcos Paz, San Vicente. Los cuatro primeros son limítrofes y forman un arco de continuidad territorial en el noroeste

⁴ El Partido de La Plata se elimina por corresponder a otra metrópolis incluida dentro de la RMBA, la correspondiente a la Ciudad de La Plata (Capital de la Provincia de Buenos Aires).

del rurbano, de aproximadamente 80 km. Buscando focalizar la preselección en un área, se elimina el partido de San Vicente (aislado en el arco sur de la aglomeración). Se finaliza el *paso a*, identificando 4 partidos rururbanos dentro de los 43 de la región metropolitana.

Paso b. Identificación de población potencial de madres adolescentes pobres (grupo social tipo).

En este punto se trabaja a escala de partido, caracterizando aquellos preseleccionados según su dotación de infraestructura y servicios públicos de salud y transporte; y según un conjunto de datos e indicadores socioeconómicos pertinentes para caracterizar su población, en busca de madres adolescentes pobres.

Se utilizan indicadores demográficos (población menor o igual a 19 años, población femenina, hijos por mujer de 14 a 19 años, tasa de natalidad), socioeconómicos (hogares con Necesidades Básicas Insatisfechas⁵), de salud (tasa de mortalidad materna y de mortalidad infantil), de servicios urbanos (población con cloaca, alumbrado, pavimento, recolección de residuos urbanos; agua, electricidad y gas de red), y de servicios públicos de transporte (población sin servicio a 300 mts. a la redonda del hogar, número de recorridos de auto transporte, número de estaciones de ferrocarril sin servicio). Se considera la infraestructura de salud (número de establecimientos por nivel de cuidado 1, 2 y 3 - en orden creciente, de centros de salud a hospitales-), y la infraestructura de transporte vial (número de autopistas, rutas nacionales y provinciales) y ferroviaria (número de líneas suburbanas e interurbanas).

La información sobre infraestructura de salud pública se recoge desagregada según nivel de complejidad (1, 2 y 3), especialidad (hospitales pediátricos, maternidades y generales), y jurisdicción (nacionales, provinciales y municipales).

⁵ Indicador combinado de condiciones de privación respecto a necesidades consideradas imprescindibles para el desarrollo de la vida en sociedad (hacinamiento, características de la vivienda, condición sanitaria; educativa y económica del hogar). Un hogar cae dentro del grupo con NBI con sólo cumplir una de estas cinco condiciones de privación. Es definido por el INDEC (1998) y apunta a identificar los grupos sociales denominados “pobres estructurales”, que son aquellos peor posicionados en la sociedad.

Se analizan los indicadores de los partidos de Pilar, Escobar, Gral. Rodríguez, Marcos Paz, confrontándolos entre sí y con la media de la Provincia de Buenos Aires y del AGBA. Los cuatro partidos reúnen población potencial con las condiciones buscadas para el estudio. La Tabla 1 ilustra la información analizada mediante un compendio para los Partidos de Pilar y Gral. Rodríguez.

Se procede entonces a “localizar” la población “tipo” (en qué lugar exacto del partido se encuentra), y observar su ubicación respecto a la dotación de infraestructura y servicios públicos de transporte y salud del partido.

Paso c. Ubicación de la población potencial en relación a la dotación de infraestructura y servicios públicos de salud y de transporte del territorio (georreferenciación).

En este paso se realiza el análisis espacial de los indicadores y de la dotación de infraestructura y servicios de salud y de transporte, mediante un Sistema de Información Geográfica (SIG), el Arcview 3.1. Para ello los indicadores se georreferencian a nivel de radio censal (mínima división territorial disponible con información estadística) (ver MAPA 2). En el área considerada ésta suele corresponder a manzanas o barrios.

Antes de ser georreferenciada, la información censal por radio es llevada de valores absolutos a porcentuales. Asimismo, cada radio censal es distinguido con un criterio territorial, identificándose aquellos urbanos, rurales o mixtos.

Los valores de los indicadores se clasifican en rangos o clases. Para asignar a una clase los valores por indicador de cada radio censal, se utiliza la herramienta denominada “Natural Breaks” (cortes naturales) del programa ArcView. Este es un método de clasificación por omisión que identifica puntos de interrupción buscando agrupamientos y regularidades inherentes a los datos, utilizando una fórmula estadística que reduce el mínimo de la variación dentro de cada clase y establece los límites de los cortes allí donde se detectan saltos relativamente notables en los valores. Los datos se agrupan en cinco clases a las que se les asigna un valor correlativo: muy bajo = 1, bajo = 2, medio = 3, alto = 4, y muy alto = 5.

Se seleccionan los radios con valores más altos, esto es, aquellos correspondientes a las clases 4 (alto) y 5 (muy alto). Esta selección de los valores “extremos” apunta a maximizar la factibilidad de localizar población potencial (madres adolescente pobres) *a priori* el trabajo de campo.

Cada indicador se georreferencia como una “capa” de información, a ser superpuesta en un mapa. Como resultado, se ven en él los lugares (radios censales) marcados en uno, varios o todos los indicadores. Se seleccionan aquellos dónde se repiten la mayor cantidad de indicadores “extremos”, y a éstos se los considera lugares con población potencial según las características buscadas.

Los indicadores seleccionados en el *paso b* se complementan con el análisis de otros tres de carácter demográfico y socioeconómico, a saber: mujeres mayores de 14 años que tienen 6 hijos o más, jefes de hogar con educación primaria incompleta, y hogares con características CALMAT IV y CALMAT V⁶.

La distribución geográfica de dichos lugares indica un área de interés entre los Partidos de Pilar y Rodríguez, que corresponde a un intersticio “entre vías” ferroviarias⁷. Estos lugares son seleccionados para el estudio (ver MAPA 2).

De esta manera, al finalizar los tres pasos, se ubican dentro del recorte territorial “tipo” (rururbano bonaerense), dónde se encuentran lugares con la población “tipo” (madres adolescentes pobres), y cómo es su ubicación y distribución en relación a la infraestructura y servicios públicos de salud y de transporte.

⁶ Según el INDEC, una vivienda es CALMAT IV cuando la misma presenta materiales no resistentes ni sólidos o de desecho, al menos en uno de los componentes básicos de la vivienda (pisos, paredes, techos). Una vivienda es CALMAT V cuando la vivienda presenta materiales no resistentes ni sólidos o de desecho, en todos los componentes (piso, pared, techo).

⁷ Vale mencionar que los ejes ferroviarios estructuraron el proceso de suburbanización de Buenos Aires hacia mediados del siglo pasado. La etapa actual de periurbanización, en cambio, se estructura con base en ejes viales, más específicamente, autopistas.

3 Conclusion

La metodología presentada permite identificar la distribución geográfica de grupos sociales en condiciones de movilidad vulnerable. El procedimiento es aplicable a identificar unidades territoriales pertenecientes a un conjunto mayor (región, provincia, país, continente) conforme a un modelo de análisis o caso de movilidad vulnerable.

En este caso se identifican y ubican en el territorio lugares al menor nivel de desagregación disponible (esto es, un barrio o manzana) dentro de la Región Metropolitana de Buenos Aires. Se parte pues de un área de 8000 km², y se llega a un conjunto específico de barrios, que mantienen características homogéneas según el caso o modelo de “movilidad vulnerable” que se busca estudiar.

El método persigue acercarse al estudio de un *caso o “modelo” de movilidad vulnerable*, por lo que la *elección del lugar resulta de una definición (conceptual) del lugar*. Esta definición articula tres tipos de delimitaciones:

- la delimitación de un viaje, según un fin de desplazamiento (a la salud, a la educación, al trabajo, etc.),
- la delimitación de un grupo social (jóvenes, ancianos, desempleados, etc.),
- y la delimitación de un territorio (rural, urbano, rururbano).

La aplicación del método recurre a información estadística disponible y gratuita, susceptible de ser utilizada mediante trabajo de escritorio previo al trabajo de campo. Esta información proporciona indicadores cuantitativos, pero el resultado obtenido de su análisis es de tipo cualitativo.

La aplicación del método, a su vez, da como resultado *mapas (digitales) de movilidad vulnerable* para los partidos de Pilar y General Rodríguez. Ellos muestran la localización y distribución de la población vulnerable, y su ubicación respecto a la infraestructura y servicios públicos de salud y transporte.

La producción de cartografía digital temática, donde se identifica y observa la distribución de población vulnerable al interior de un área en relación a la dotación de infraestructura y servicios públicos de salud y transporte, permiten contar con una herramienta

fundamental a la hora de establecer contacto con los informantes claves de la investigación y la comunidad.

Abstract: The metropolis have suffered major exchanges in the last two decades, but its study from the perspective of mobility advances with recent delays on the end of the last millennium. Issues such as vulnerability and social exclusion and segregation and fragmentation socio-spatial have been collected by literature, but the intervention of mobility in these processes also needs to be deepened.

Keywords: Metropolis. Places. Social exclusion.

Referencias bibliograficas

ALLEMAND, S. (dir.) (2004). **Les sens du mouvement: modernité et mobilités dans les sociétés urbaines contemporaines**. Paris: IVM.

ARGENTINA. INDEC <www.indec.mecon.ar>

ARGENTINA. MINISTERIO DE SALUD DE LA PCIA. DE BUENOS AIRES. <www.ms.gba.gov.ar>

BARRENECHEA, J; E. GENTILE; S. GONZALEZ y C. NATENZON (2003). "Una propuesta metodológica para el estudio de la vulnerabilidad social en el marco de la teoría social del riesgo". En: S. Lago Martínez, G. Gómez Rojas y M. Mauro (coord.). **En torno de las metodologías: abordajes cualitativos y cuantitativos**. Buenos Aires: Proa XXI, pp. 179-196.

CASTEL, R. (1997). **Las metamorfosis de la cuestión social**. Ed. Paidós, Bs. As.

DEPARTMENT FOR VICTORIAN COMMUNITIES (DVC) (2005). **A Fairer Victoria: karting opportunity and addressing disadvantage**. <<http://dvc.vic.gov.au/building.htm>>

DIAZ OLIVERA, L.; D. PLAT Y P. Pochet (1999). "Movilidades urbanas de los pobres en dos capitales de africa subsahariana". En: **Scripta Nova**, N° 48, Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales, Universidad de Barcelona, Barcelona. <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-48.htm>>

FULONG, W. (2005). "Mobilité résidentielle, relogement, et différentiations socio-spatiales". En: **Urbanisme**, N° 341, Paris, pp. 73-76.

GRANT, M. (2002). **Equality of opportunity for all: ensuring access and participation in the Liverpool city region**. 16 pág. <<http://www.dft.gov.uk/>>

GUTIERREZ, A. (2005). Transporte público y exclusión social. Reflexiones para una discusión en Latinoamérica tras la década del '90. En: **XIII Congreso Latinoamericano de Transporte Público y Urbano**, CIDATT - Centro de Investigación y de Asesoría del Transporte, Lima, Tema III, capítulo 12, 14 pág. (en CD ROM).

GUTIERREZ, A. y J. REARTE (2007). “Segregación y accesibilidad a servicios públicos de transporte en la Ciudad de Buenos Aires”. En: **Realidad Económica**, Nº 228, Instituto Argentino de Desarrollo Económico y Social, Buenos Aires, Mayo – Junio. <<http://www.iade.org.ar/modules/galerias/photo.php?lid=227>>

GUTIERREZ, A. (2007b). **Movilidad, pobreza y salud adolescente en Argentina. El caso del rurbano bonaerense**. Informe de investigación, mimeo, IFRTD - SKAT / COSUDE, 40 pág. y Anexos. <<http://www.mobilityandhealth.org/>>

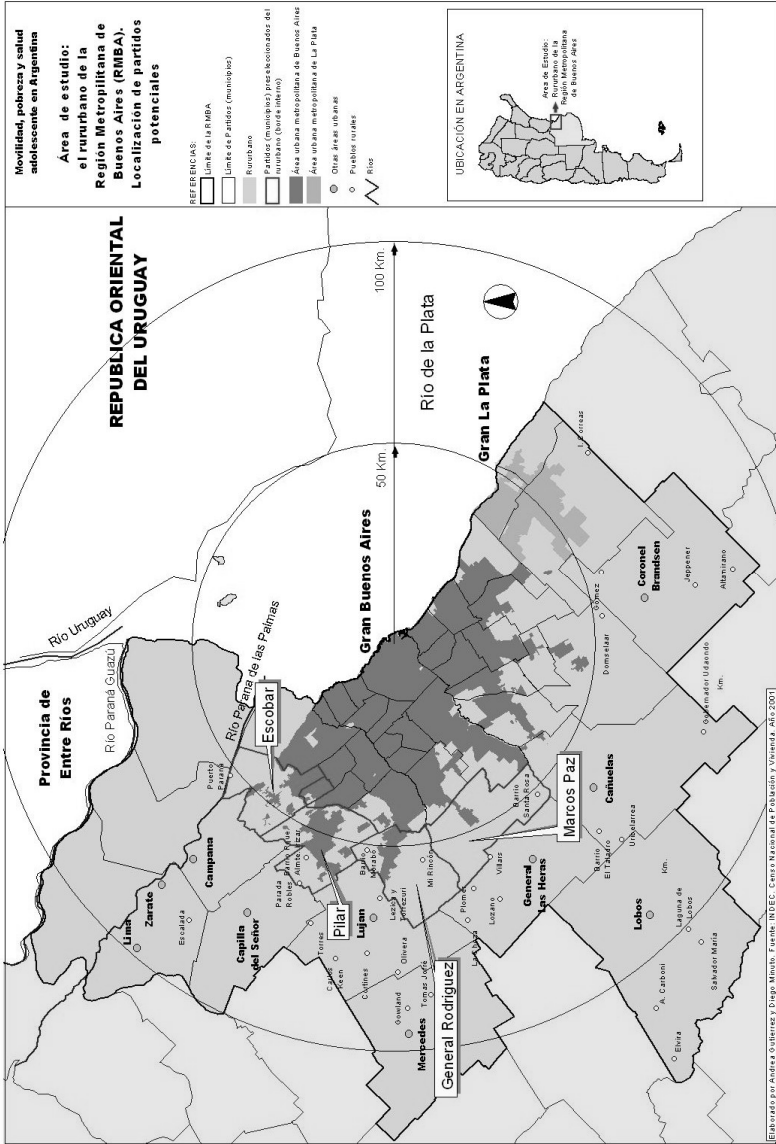
HERZER, H. (1993). “Catástrofes”. En: **Seminario Taller sobre la Universidad de Buenos Aires y el Medio Ambiente: elementos para la formulación de políticas**. Buenos Aires: FFyL, 26 al 28 de mayo. Documento Base.

LE BRETON, E. (2005) **Bouger pour s'en sortir. Mobilité quotidienne et intégration sociale**. Paris: Armand Colin.

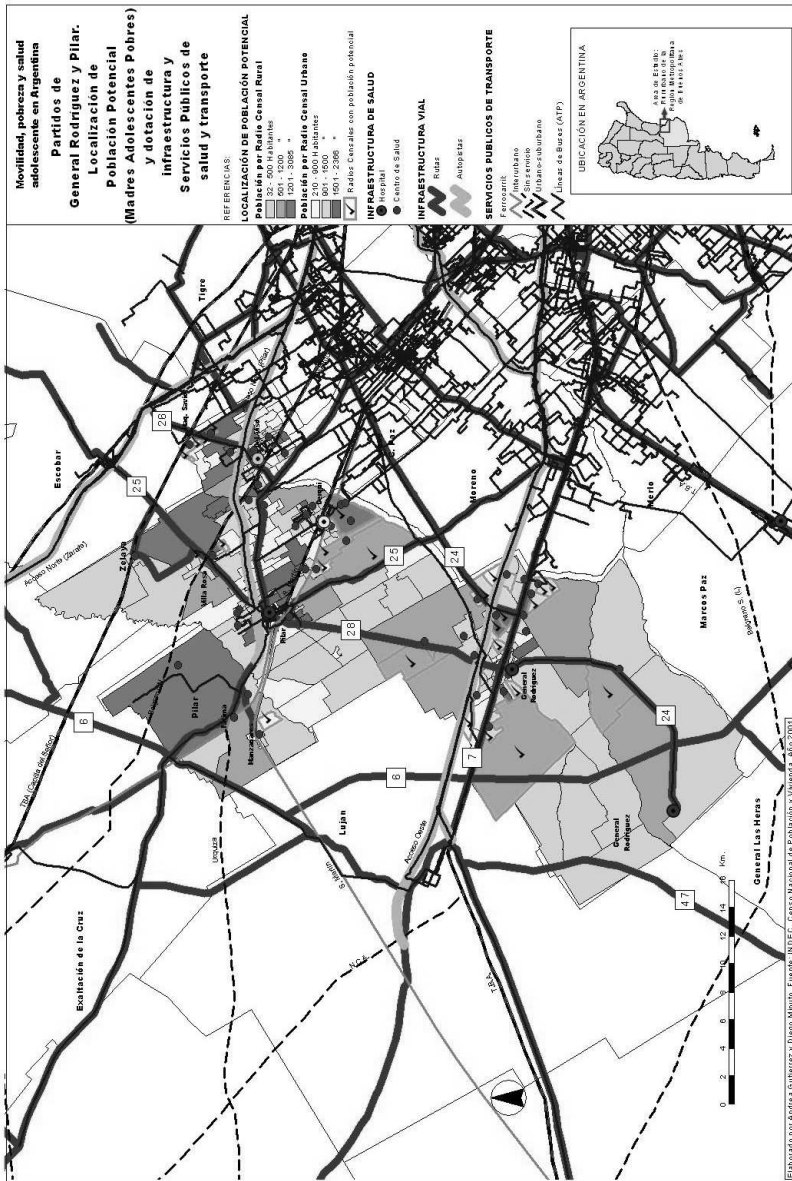
LEVY, J.; F. ASCHER y S. ALLEMAND (2005) **Les sens du mouvement**. Ed. Berlín.

NATENZON, C E., N. MARLENKO, S. GONZALEZ, D. RIOS, A. MURGIDA, G. MECONI y A. CALVO (2003). “Las dimensiones del riesgo en ámbitos urbanos. Catástrofes en el Área Metropolitana de Buenos Aires”. En: Alessandri Carlos, A. F. y R. Bertoncetto (comp.), **Procesos territoriales en Argentina y Brasil**, Universidad de Buenos Aires / Universidad de San Pablo, pp. 255-276.

ORFEUIL, J. P. (dir.) (2004). **Transports, pauvretés, exclusions. Pouvoir bouger pour s'en sortir**. Paris: Éditions de L'Aube.



Mapa 1.



Mapa 2.

TABLA I. COMPENDIO DE INFORMACIÓN UTILIZADA PARA LA SELECCIÓN DEL CASO.

LUGAR	DEMOGRAFICA							SOCIO ECON.	SALUD			TRANSPORTE		OTROS SERVICIOS						
	Población 1991 (miles)	Población 2001 (miles)	Variación 1991-01 (%)	Pobl. < 0 a 19 años (%)	Pobl. Femenina (%)	Tasa Natalidad (%)	Hijos X mujer (14 - 19 años)		NBI	Tasa Mortalidad Materna*	Tasa mortalidad Infantil (por mil)	Población sin cobertura (%)	Pobl. sin servicio (%)	FFCC sin servicio	Cloaca (%)	Agua de red (%)	Electricidad de red (%)	Gas de red (%)	Alumbrado (%)	Pavimento (%)
PILAR	144,7	232,5	60,7	42,86	50,12	20,9	2,2	20,84	3,8	13,8	56	39,27	SI (2)	13,9	21,9	93,2	36,2	74,4	52,7	86
GRAL. RODRIGUEZ	48,4	67,9	40,4	41,7	50,37	22,8	2,2	16,6	5,7	13,5	56	34	NO	30,9	36,9	97,1	47,1	74,9	56,2	80,4
GRAN BUENOS AIRES	10.918	11.400,6	4,96	32,52	52,25	---	1,78	12,3	---	---	51,9	6,9	SI	53,6	75,73	97,4	83,1	91,8	87,4	95,8
RESTO DE LA PROVINCIA	4.642,3	5.142,8	10,8	34,41	51,15	17,5	1,9	10,5	2,6	12	43,5	43,5	SI	57	79,8	96,08	69,9	88,7	72	90,9

Fuente: elaboración propia, según Censo 2001, Peña. Bs. As - MSAL, 2005.

Notas:

* Datos correspondientes al año 2004.

A fin de resumir la tabla, se compendian los datos utilizados. Para dotación de infraestructura y servicios (transporte y salud) ver MAPA 2.

CENTRO E CENTRALIDADE EM SÃO PAULO¹

Sidney Gonçalves Vieira²

Resumo: O texto analisa a questão da centralidade e do centro na aglomeração urbana. Em São Paulo, a análise se preocupa em evidenciar as mudanças ocorridas na valorização de novas centralidades, evidenciando os mecanismos que provocam a dinâmica das atividades na metrópole.

Palavras-chave: Centro Urbano. Centralidade Urbana. Centro Metropolitano. Dinâmica Locacional. São Paulo.

1 A Dinâmica Locacional das Atividades na Metrópole

Os investimentos no centro, sobretudo no setor comercial, representam uma tentativa, até certo ponto desesperada, de recuperação de um padrão de localização que, ao longo do tempo, vem subtraindo para outros pólos os atrativos do consumo. Pouco a pouco migram do centro, cada vez mais, lojas, escritórios e todo o tipo de comércio e serviços que, até há pouco, constituíam o referencial da área central da cidade. Estas mudanças na dinâmica locacional da cidade estão diretamente associadas à capacidade do espaço em atender às necessidades e demandas exigidas pelos grupos hegemônicos que dominam os setores mais importantes da economia em um dado momento. As novas formas de produção exigem adaptações, nem sempre possíveis de serem promovidas, resultando no abandono da área que se mostra ineficiente. A tentativa de recuperação do centro de São Paulo é um momento crítico, em que a sociedade tem diante de si várias possibilidades e o centro precisa demonstrar sua capacidade para ser o gerenciador das transformações em curso, sob pena de ver migrar para outras áreas as principais referências do comércio e dos serviços, sobretudo. Assim, também o comércio tem que provar sua capacidade para competir com as novas formas que se apresentam na

¹ O presente artigo constitui parte da Tese de Doutorado defendida pelo autor no Programa de Pós-Graduação em Geografia, UNESP - Rio Claro, intitulada: “O centro vive. O espetáculo da revalorização do centro de São Paulo: Sobrevivência do capitalismo e apropriação do espaço”.

² Professor Adjunto do Departamento de Geografia do Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas.

atualidade, num movimento cujas raízes estão colocadas nas transformações verificadas ao longo do tempo, que fizeram deslocar o eixo de importância do centro da metrópole para a consideração da própria metrópole como um centro no cenário nacional e mundial.

Já nas décadas de 30 e 40 do Século XX, São Paulo alcançava sua verdadeira condição metropolitana, tendo sido justamente neste momento que se deu início à formação de centros secundários. Quando, na década de 50, São Paulo ganhou a condição de primeira metrópole do país, o processo se intensificou. O processo de urbanização trouxe transformações para a metrópole que tiveram repercussões diretas na área central, alterando suas características funcionais e espaciais.

Os problemas advindos desta nova etapa exigiram soluções significativamente importantes. O rol de ações implantadas no período dos anos 50 e 60 visava solucionar problemas como o congestionamento de veículos e a exigüidade de algumas vias de tráfego sobrecarregadas. Grandes obras viárias, com modificações no espaço público, demonstravam o interesse em adaptar o espaço central para a funcionalidade de um centro metropolitano. Contudo, apesar de todo o esforço envidado no sentido de adequar o espaço central, alguns problemas persistem e se colocam como desafio: o congestionamento de veículos, a falta de vagas para estacionamento, as distâncias percorridas nas áreas pedestrianizadas, o comércio informal, o transporte coletivo e outros tantos. São problemas que dificultam a instalação de equipamentos capazes de garantir o funcionamento do centro em uma nova etapa, uma etapa não industrial, com a emergência de setores urbanos ligados ao terciário, que exigem uma adequação própria do espaço.

O que se verificou foi um gradual deslocamento de atividades intrinsecamente centrais para novos pólos. Nos anos 50 e 60, a Avenida Paulista assistiu a rápida destruição de seus casarões para a instalação de edifícios modernos e ricos destinados a sediar grandes empresas e, sobretudo, os bancos que migraram do centro. Logo, novos endereços foram sendo alcançados: Avenida Faria Lima, as Marginais, o Brooklin e a moderna Avenida Luís Carlos Berrini.

A preocupação demonstrada sempre pelos urbanistas, no caso de São Paulo, tem sido a de evitar que o processo de produção de novas centralidades se traduza em um esvaziamento do centro. Em termos de política urbana este seria um resultado

nefasto, pois se trata de uma área cujo potencial funcional ainda não atingiu seu limite, sendo o seu abandono altamente condenável. As grandes obras levadas a efeito, como a reurbanização da Praça da Sé, do Largo São Bento, do Viaduto Santa Ifigênia, da Praça da República, do Vale do Anhangabaú, entre outras, não foram capazes de reverter o processo de deslocamento das atividades econômicas em direção aos novos centros. É evidente que as novas formas de expressão da centralidade representam uma ameaça para o centro, uma vez que subtraem dele atividades e diminuem sua força econômica. No entanto, não representam, necessariamente um enfraquecimento do centro, tendo em vista que os novos centros reforçam os atributos que tornam o centro um lugar singular. Entretanto, a continuidade dos deslocamentos funcionais para fora do centro deve ser encarada de uma maneira mais ampla, que leve em conta a dinâmica própria das atividades do capital financeiro, que não se preocupa com o desempenho da cidade, mas sim com a lógica da obtenção de lucro e, fundamentalmente, a ausência de um plano global de intervenção na área central. As ações pontuais realizadas atualmente evidenciam uma mudança no comportamento comunitário em relação ao centro, mas garantem mesmo uma solução específica e localizada, longe de significarem uma mudança de postura dos investimentos, que continuam ignorando a capacidade funcional da infra-estrutura instalada na área central.

Na verdade, neste momento específico do trabalho, estas considerações relativas à formação do centro principal ou de novos centros, aos quais preferimos chamar de formas de expressão da centralidade, visam entender e explicar o contexto no qual se dá a produção do espaço urbano metropolitano e de um lugar determinado: o centro de São Paulo. Importa, é evidente, distinguir centro e centralidade, para que não se analise um como se fosse o mesmo que o outro. Sob este aspecto, vale assinalar que a referência ao centro é sempre feita ao espaço consolidado da cidade, que aglutinou historicamente as atividades sociais, de comércio e de serviços e que, sob a lógica de concentração destas atividades, promoveu uma maior valorização do solo urbano e maiores densidades populacionais. Este é apenas um e, neste sentido, é absoluto, é único, como se tem afirmado. Outros centros, as outras expressões de centralidades, são sempre relativos, dependentes da dinâmica de localização das atividades intra-

urbanas relacionadas aos diferentes momentos da técnica, da localização residencial, das determinações da classe dominante, do poder de atração do comércio e dos serviços instalados e, sobretudo, da dinâmica imobiliária. São criações novas, desenvolvidas a partir do crescimento da cidade ou em contrapartida à saturação daquele, como alternativas de substituição. Mas substituem apenas usos, pois o centro, enquanto realidade espacial, social e histórica continua sendo sempre o mesmo centro e, neste sentido, é insubstituível.

Ao estudar a localização urbana, Vilaça³ identifica uma mobilidade no centro, que está diretamente ligada à classe de mais alta renda. De acordo com o que preconiza o Autor é justamente para atender o consumo das camadas de mais alta renda que surgem os centros nas cidades brasileiras. Durante muito tempo, só estas classes constituíam mercado para os produtos do centro. A relação aí estabelecida é direta, de modo que a importância do centro para estas classes fica evidenciada na própria mobilidade espacial das classes e do centro. Assim, quando se verifica um afastamento destas classes do centro, há, via de regra, um movimento do centro na direção destas classes. Neste momento Vilaça reduz o movimento de abandono do centro à facilidade de deslocamento espacial das classes de alta renda. Ao tratar assim a questão dinâmica da mobilidade espacial intra-urbana o Autor torna linear a relação de causa e efeito deste fenômeno, desconsidera outros elementos envolvidos no processo. Mas é esta a sua expressão:

Não foram deficiências internas dos centros principais que determinaram seu abandono por parte das camadas de mais alta renda. Esse abandono ... foi motivado pela fragilidade da vinculação mútua entre nossos centros e a diminuta classe que o sustenta. Tal exigüidade impediu que se formasse um círculo de classe média alta e mesmo alta, em torno do centro, sustentando-o e assegurando estabilidade espacial mútua, tanto ao centro como a essas classes.⁴

³ VILAÇA, F. *Espaço intra-urbano...*, p. 239.

⁴ VILAÇA, F. *Espaço intra-urbano...*, p. 279.

Decorreria daí o processo ao qual chamam, preconceituosamente, de “decadência” ou “deterioração” do centro principal, ou seja, que consiste, verdadeiramente, no abandono do centro pelas camadas de alta renda e em sua tomada pelas camadas populares.

A argumentação de Vilaça é eficaz para explicar o movimento das camadas de alta renda e, concomitantemente, segundo sua lógica, do centro que constroem. No entanto há uma nítida separação entre o processo de consumo e o processo de produção nesta análise, uma vez que toma o consumo destacadamente da produção. Neste momento, na proposição, o espaço é entendido em uma perspectiva fragmentada impossibilitando a compreensão da totalidade existente no real.

Apesar de demonstrar que primeiro o centro é abandonado para depois se deteriorar, se “popularizar”, não é definitivo o fato de que com a saída da classe de alta renda esteja determinado o fim do centro como tal. É certo que há um deslocamento de atividades comerciais, sobretudo as destinadas à diversão, e posteriormente do próprio emprego, que passa a ser ofertado em outros locais fora do centro. Mas ainda assim, independentemente da “decadência” do centro como local de vida da classe alta, este lugar continua exercendo grande atração para o comércio e para os serviços destinados a uma outra classe de menor poder aquisitivo. A popularização do comércio altera a paisagem, modifica o padrão das superfícies comerciais, o “*mix*” varejista colocado à disposição dos consumidores, mas não altera a identidade do lugar como local de comércio e de serviços, nem tampouco altera a identidade histórica agregada ao espaço. Os novos “pontos” de comércio e serviços que surgem na cidade para atender à mobilidade da classe alta constituem outras centralidades, destinadas a estas classes. No entanto a mobilidade do comércio e dos serviços é, antes uma mobilidade relativa àquela conjuntura do que uma mudança absoluta na localização intra-urbana. O centro deixa de ser o local de consumo da classe alta, mas não deixa de ser centro por este motivo. Novas áreas são produzidas para fornecer comércio e serviços à classe alta em suas novas localizações, mas não refundam o centro da cidade, quando muito produzem um “novo centro”, ou um “centro novo”, como se preferir, mas, de qualquer forma, será um lugar diferenciado do centro, que continua no

mesmo lugar, apesar de todas as modificações que lhe possam ser impostas e associadas.

A tese que se está defendendo aqui é a de que a revalorização do centro de São Paulo é um processo desencadeado por uma parcela da classe dominante que, preterida em seus investimentos imobiliários em face do deslocamento dos investimentos para novas áreas – o que vale dizer, deslocamento das próprias classes ricas, utiliza-se de um discurso ideológico (onde suas idéias de classe, no caso, suas idéias sobre o centro, são passadas para a sociedade como idéias universais), com vistas a revalorizar o centro como o melhor lugar para investimentos na metrópole. Assim, tenta-se fazer crer que o centro deva ser recuperado para a cidade, quando, na verdade, se quer a recuperação do centro **para a sua classe**. As estratégias postas em ação denunciam a lógica da classe dominante: a revalorização do centro exclui as classes dominadas, porque o ideal de centro para as classes dominantes não é o mesmo daquelas classes. No entanto, a situação não se define como resolvida, porque as idéias dominantes, enquanto travestidas por sua universalidade e abstração, ou seja, enquanto aparecem como sendo idéias de toda a sociedade e desvinculadas de uma estratégia de classe, se entrecrocavam com a particularidade e concretude das idéias dos dominados. São os conflitos não resolvidos, que apontam para as virtualidades do futuro, as possibilidades de apropriação do espaço do centro, que ainda estão para ser construídas, permanentemente.

Afinal de contas, qual é o processo de *decadência* do centro que se quer reverter por conta de uma revalorização? Justamente a decadência identificada pelos dominantes. A decadência que tem o sentido de perda de valor imobiliário, pela ocupação gradual e paulatina do centro pelas classes de mais baixa renda que passaram a ocupar o centro quando a burguesia dele se afastou. A decadência é, na verdade a popularização do centro, a ocupação do centro pela maioria da população. Ou seja, justamente quando o centro se torna *de todos* (entendido como da maioria), não serve mais para as classes dominantes. Na ótica burguesa o centro precisa ser revalorizado, ou seja, precisa ser novamente ocupado pelas classes dominantes, donde se pressupõe a expulsão dos pobres. O que a burguesia quer, na verdade é o *seu* centro de volta, seja pelos investimentos imobilizados, seja pelos aspectos bucólicos

das reminiscências ao passado (muito mais do que pela valorização cultural propriamente dita), ou seja, pelo aproveitamento do estoque construído e da possibilidade de aproveitamento do espaço para uma forma de consumo que se baseia no espetáculo do consumo, onde é menos importante localização do comércio e dos serviços do que propriamente o lugar onde se dá o consumo. Os espaços comerciais se tornam, cada vez mais, espaços cênicos, espaços desvinculados de qualquer relação com o entorno ou com a identidade do lugar. A espetacularização da mercadoria aliada à fetichização do espaço, possibilitam o retorno do consumo (de comércio e serviços), para qualquer lugar, porque qualquer lugar pode ser transformado em um não-lugar, no sentido expresso por Augé (1994),⁵ recebendo a forma ditada pelo consumo.

Assim, um prédio abandonado pode ser reconvertido em um local de comércio luxuoso, uma sede de empresas pode ser reconvertida em *shopping center*, uma estação de trens pode ser reconvertida em sala de espetáculos, uma galeria pode ser reconvertida em uma pinacoteca, qualquer prédio pode ser reconvertido em um centro cultural ou em um comércio. O comércio se apropria de qualquer forma para realizar a mercadoria enquanto espetáculo. As formas do comércio, atualmente, direcionam-se para uma abstração cada vez maior e cada vez mais desprovidas de vínculos locais. Aliás este vínculo, quando existente, é muitas vezes estabelecido, pelo menos do ponto de vista ideológico, pelos interessados na ocupação de espaços revitalizados.

É justamente este processo que se verifica em São Paulo e que este estudo demonstra: a ideologia faz parecer que a revalorização não é uma tentativa de recuperação do espaço do centro para as classes dominantes, para aproveitamento de suas formas e dos valores objetivos e subjetivos a elas incorporados. Este processo está embasado no discurso ideológico que se apropria da imagem do centro de São Paulo e faz dela uma mercadoria, e reconvertendo o uso das formas existentes se apropria do espaço revalorizado, excluindo, afastando, reconstruindo um novo centro para São Paulo. Um centro que agora não será nem a expansão do centro velho nem sua nova localização, mas sim um simulacro do que foi. Um centro que será, a bem da verdade, algo que não era,

⁵ AUGÉ, Marc. *Não-lugares. Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994.

pois embora permaneçam as formas, as relações sociais são outras. Os dominantes estão produzindo para si um centro de acordo com seus ideais de consumo, de beleza, de limpeza, de uso, enfim, de acordo com suas concepções dominantes.

De qualquer modo, convém acompanhar o desenvolvimento do centro e suas formas de expressões no tempo e no espaço. Como já se disse, o crescimento urbano propiciou a formação e uma reestruturação na cidade, conferindo foros de centro às adjacências imediatas ao centro, ou promovendo áreas no entorno do centro como no caso dos sub-centros, ou criando novas centralidades como no caso dos *shopping centers*, enfim, alterando a todo instante a estruturação urbana, por meio de uma dinâmica bastante característica da organização social e sua divisão do trabalho. Cabe deter algum tempo analisando algumas destas expressões da centralidade em São Paulo, já que constituem, em última análise, o cerne de uma disputa pela hegemonia da localização do consumo no interior da metrópole.

1.1 O centro e os deslocamentos da centralidade em São Paulo

Esquemáticamente é possível resumir o movimento de localização do comércio e dos serviços no interior da cidade ao longo do tempo e do espaço o que, de certo modo, nos mostra os deslocamentos da centralidade no interior da estruturação urbana de São Paulo. Assim temos que de 1850 a 1911 se formou o Centro; de 1911 a 1950 assistimos a bifurcação do Centro que, do outro lado do Vale do Anhangabaú passa a ser o Centro Novo; de 1960 a 1970, nova área adquire *status* de centro, é o Novo Centro, na Avenida Paulista e imediações; e a partir de 1970 se consolida o Centro Expandido, no quadrante sudoeste da cidade. A Figura 2 evidencia o movimento descrito pela centralidade no espaço e no tempo em São Paulo.

Especificamente com relação ao Centro pode-se apontar que já por volta de 1850, as ruas Quinze de Novembro (então Rua da Imperatriz) e a de São Bento eram as principais ruas comerciais existentes. As duas artérias seguiam até formarem a confluência com a Praça Antônio Prado (naquela época, Largo do Rosário). A partir daí é que se descia até o Vale do Anhangabaú que era transposto pela ponte do Açu. Este segmento é hoje o início da

Avenida São João. A Rua Quinze de Novembro como divisor de águas entre os vales do Anhangabaú e do Tamandauteí representava a espinha dorsal da cidade, era uma rua de cumeeira na topografia urbana. Segundo Vilaça⁶ a rua Quinze de Novembro tornou-se a primeira manifestação do centro comercial da cidade de São Paulo, justamente por atrair os estabelecimentos que disputavam as posições de melhor acesso às camadas de mais alta renda que, a esta época, estavam espalhadas na Glória, no Carmo, na Liberdade, na Luz e em Santa Ifigênia, antes de se segregarem nos Campos Elíseos.⁷

Ainda de acordo com Vilaça o que se depreende do relato da maioria dos cronistas é que as ruas Quinze de Novembro e São Bento eram as principais ruas comerciais de São Paulo no final do século XIX, e que a rua Direita, a terceira a compor o "triângulo" do centro, já começa a se desenvolver, embora só fosse adquirir importância maior do que as outras duas após a inauguração do Viaduto do Chá, em 1891. Isto porque a partir do final do século XIX as camadas de alta renda iniciaram um processo de segregação em bairros exclusivos enquanto o centro se expandia e camadas de renda mais baixa ocupavam locais como Glória, Carmo e Liberdade. As camadas de alta renda localizadas em Campos Elíseos, Vila Buarque e Santa Cecília se dirigiram em direção à avenida Paulista e a vinculação do centro com estas camadas provocava um novo direcionamento nas localizações dos negócios no centro. A transposição do vale do Anhangabaú a partir da rua Direita e, do outro lado do vale as ruas Barão de Itapetininga e do Arouche passaram a constituir o eixo de ligação do centro com os novos bairros formados na encosta do espigão da Paulista. Na verdade os fluxos de tráfego provinham da Paulista pelas ruas do Arouche e Barão de Itapetininga para transporem o vale e adentrarem ao "triângulo" comercial pela rua Direita. Assim a rua Direita passou a ser a principal rua de comércio e de serviços das burguesias, sendo o local preferido para a localização das principais lojas, confeitarias e cafés.⁸

A transposição do vale do Anhangabaú desencadeou o processo de bipartição do centro. As lojas, os profissionais liberais e

⁶ VILAÇA, F. *Espaço intra-urbano...*, passim.

⁷ *Ibidem*, p. 262.

⁸ Cf. VILAÇA, Flávio. *Espaço intra-urbano...*, p. 262 e segs.

toda a espécie de serviço passaram a ter uma nova localização preferencial, se direcionando para o sudoeste, já do outro lado do vale, seguindo a direção do deslocamento das camadas de alta renda. É assim que surge o "Centro Novo" da cidade, no prolongamento da rua Direita, seccionado pelo viaduto do Chá mas que prossegue pela rua Barão de Itapetininga. A área do "triângulo" resta, aos poucos,, abandonada pelas camadas de mais alta renda ao mesmo tempo em que vai sendo apropriado pelas camadas populares.

Pode-se apontar a primazia da rua Direita até as três primeiras décadas do século XX, mas a rua Barão de Itapetininga é que desponta a partir dos anos 40. E no final dos anos 50 o processo de bipartição do centro já está claramente delineado. A tal ponto que se torna facilmente reconhecível a distinção entre as duas porções formadas. De um lado do vale o antigo centro tornou-se o "Centro velho", voltado para as camadas mais populares, paulatinamente abandonado pelas lojas de comércio mais refinado e também pelos melhores serviços pessoais e de diversão. Do outro do Anhangabaú, voltado para o eixo sudoeste, o "Centro novo", das elites, do comércio elegante, dos escritórios mais refinados e dos melhores consultórios, restaurantes e cinemas da cidade.

Mas esta situação não permaneceu definitivamente uma vez que na década de 60 nova transformação na natureza e na estruturação do centro provoca o abandono também do Centro novo, fazendo com que este também se tornasse decadente, juntando-se ao antigo para formar um único Centro velho. Agora a região da avenida Paulista e rua Augusta era apontada como o "Novo Centro" de São Paulo. O processo continuava seu curso, enquanto as elites se movimentavam seguindo um imaginário eixo em direção ao sudoeste arrastavam consigo a centralidade da cidade, seja por seu vínculo com o consumo seja pela valorização imobiliária que provocam com sua presença. Uma diferença, entretanto, é fundamentalmente estabelecida neste processo: a nova centralidade não é mais compacta como a anterior, está dispersa em diversas áreas especializadas, não reproduzindo mais exatamente o centro, é fragmentado.

1.2 Avenida Paulista

Embora a Avenida Paulista tenha sido entendida como uma das formas de representação da centralidade de São Paulo, a ponto de se confundir como centro, apenas a partir dos anos 60, já existia desde há muito tempo. Ao longo de sua história a avenida conheceu distintos períodos que marcaram de modo diferente a história urbana da cidade. Fruto das relações sociais verificadas vários marcos podem ser identificados para a caracterização do espaço urbano da Avenida Paulista. Ainda hoje reconhecida como um dos elementos mais significativos na representação simbólica da cidade a avenida já conhece o seu declínio na disputa por centralidade, sobretudo porque o movimento e a localização que lhe caracteriza se difundiu ao longo de um prolongamento imaginário, se concentrando também na Avenida Faria Lima e na Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini.

Uma análise bastante completa da história da Avenida Paulista está em Frúgoli Jr. (1998)⁹ que se utilizará aqui como base para evidenciar o surgimento de novas centralidades e a disputa pela hegemonia no contexto da estruturação urbana de São Paulo. O que se pode verificar primeiramente é que desde a sua inauguração em 1891 a avenida já surge destinada a ser importante. A partir do crescimento econômico e demográfico experimentado pela cidade surge como um empreendimento imobiliário destinado a suprir a demanda por terras urbanas bem localizadas. Até os anos 30 a avenida foi moradia dos segmentos de altíssimo poder aquisitivo da sociedade paulistana, sobretudo oriundos da classe de ricos negociantes e fazendeiros ligados à cafeicultura, até então em franca expansão.

Após a crise de 1929 as mudanças ocorridas na sociedade alteram também a ocupação da avenida. Com o declínio da sociedade comercial e agrária e a ascensão das novas classes fundamentadas no investimento industrial e urbano a Paulista passa a ser o local preferido para residência dos novos donos de fortunas que saem também do comércio na cidade. A avenida tem a expressão de sua importância reconhecida também nas atividades sociais, passando a ser o local p0referido para o carnaval das elites

⁹ FRÚGOLI JR. Heitor. O centro, a avenida Paulista e a avenida Luiz Carlos Berrini na perspectiva de suas associações: centralidade urbana e exclusão social. (Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo). São Paulo: USP/FFLCH, 1998.

no início do Século XX. O Poder Público também ajuda a incrementar ainda mais o padrão da urbanização na área, sendo responsável pela definição de normas para vias, lotes e construções. Os investimentos públicos na avenida, como o bonde em 1900 e o asfalto em 1908, melhoram ainda mais a qualidade da área.

Embora tenha nascido como um empreendimento privado as melhorias garantidas pelo poder público foram importantes para a consolidação urbana da avenida. Sempre caracterizada por moradores de altíssimo poder aquisitivo, primeiro os fazendeiros do café, depois os comerciantes e industriais, a avenida construiu logo uma imagem de prestígio e distinção para seus moradores. Com seus casarões de arquitetura eclética passou a ser vista como um “cartão postal” da própria cidade.

Uma fase distinta pode ser reconhecida a partir dos anos 40 até o início dos anos 70, quando então se caracteriza a decadência dos casarões e a definição da verticalização. Neste período a arquitetura de nuances evidentemente funcionalistas vai predominar na avenida, afastando os investimentos em imóveis residenciais. A ocupação pelo setor terciário se intensifica já a partir dos anos 50 e o uso para fins comerciais é predominantemente majoritário já em 1959.

Quando a Paulista passou a ser reconhecida como um importante centro econômico de ênfase comercial pode-se dizer que vivenciamos um outro período na história da avenida. Na verdade esta fase começa por volta de 1968 e vai se consolidar até 1974. Inicia-se uma fase de discussão sobre o caráter da Paulista 0 como via de tráfego, uns defendendo seu caráter local, outros o metropolitano. Neste período, surge o Projeto Nova Paulista, que aplica vultuosas quantias de dinheiro público com resultados discutíveis e de realização apenas parcial.

A partir dos anos 70 é que temos efetivamente a consagração da Avenida Paulista e do chamado Centro Paulista ou Novo Centro. Essa época foi marcada pela chegada significativa de empresas e bancos para a avenida. Também importantes federações patronais foram para a Paulista, sendo representativo deste movimento a instalação do sistema FIESP/ CIESP/SESI, em

um edifício que Canevacci (1993)¹⁰ identifica como “a pirâmide truncada do poder”.

Comparando o crescimento do setor financeiro do Centro com o do Centro Paulista, Frúgoli Jr. (1998) apresenta uma idéia de como o Centro Paulista cresceu. Em 1968 o Centro contava com 70 sedes de bancos das 89 existentes no estado de São Paulo; ainda no final dos anos 70 observou-se que 81,1% desse total permanecia no Centro, mas o Centro Paulista já contava com 16,6%; em 1987 a situação já está alterada, quando se verificou que havia 50 sedes no Centro e 80 no Centro Paulista. Outro dado significativo é o que nos mostra que até 1970 o Centro Paulista contava com duas agências bancárias e duas matrizes, ao passo que em 1983 as agências já eram 38 e as matrizes 23. E o mesmo crescimento pode ser observado quanto às sedes das empresas não financeiras. O Centro em 1968 contava com 315 sedes (equivalente a 41,5% do total do estado de São Paulo) e o Centro Paulista 45 (5,9% do total), já em 1987 o Centro Principal abrigava 115 sedes (13,5% do total) e o Centro Paulista 116 (13,6% do total).¹¹ Não foi surpreendente que a Lei 7.085, de 1972 tenha reconhecido a avenida Paulista como área central, incluindo sua área na categoria de zoneamento Z-5, possibilitando edificações com maiores índices de aproveitamento do terreno.

Os anos 80 dão continuidade histórica ao prestígio vivenciado pela avenida, mas coincide também com o período em que já se podem notar os sinais de uma decadência inevitável. Frúgoli Jr. (1998) expressa assim este momento:

De toda forma, tal condição até então ‘permanente’de prestígio da Paulista, ainda que assentado em cada época em grupos sociais e configurações urbanas distintas, não poderia durar indefinidamente. A dinâmica metropolitana mais recente, por um lado, ampliaria a força simbólica da Avenida no contexto paulistano, ao mesmo tempo em que se tornaram mais visíveis os primeiros sinais mais claros de uma deterioração, inevitável dentro do processo de desdobramento da centralidade rumo ao vetor sudoeste.¹²

¹⁰ CANEVACCI, Massimo. *A cidade polifônica: ensaio sobre a antropologia da comunicação urbana*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

¹¹ Cf. FRUGOLI JR. *O centro...*, p. 134.

¹² FRUGOLI JR. *O centro...*, p. 138.

De fato, consolidando sua imagem como expressão de uma crescente centralidade na metrópole a Paulista chegou mesmo a ser escolhida como símbolo da cidade, em uma estratégia de promoção que muito contou com o envolvimento das empresas organizadoras da promoção que, ainda que indiretamente, se beneficiaram com a estratégia. O que é notável é o grande significado que passou a ter a Paulista na vida social dos paulistanos. A Avenida cada vez mais passou a ser usada como palco das mais diversas atividades, desde as comemorações esportivas até os protestos trabalhistas e políticos. A Paulista foi se incorporando não só na paisagem urbana de São Paulo como uma via importante mas também no imaginário social, passando a valer, em muitas vezes, como a representação da própria cidade.

Mas a crise do prestígio da Paulista começa a ser evidenciado com o esgotamento do estoque imobiliário. Chamava a atenção o interesse de compra de imóveis residenciais para sua transformação em prédios comerciais. O alto preço dos condomínios faz crescer também o interesse em vender ou locar os imóveis, havendo um aumento do número de inquilinos habitando os edifícios com um reflexo direto na diminuição com os cuidados e a conservação dos imóveis. O início da deterioração urbana faz surgir também um movimento preocupado com a manutenção do prestígio até então adquirido : são os primórdios da Associação Paulista Viva.

A bem da verdade a Associação Paulista Viva surgiu a partir de dezembro de 1996, quando a Comissão Paulista organizada pelo poder público adquire autonomia, logo após a realização do concurso de projetos para a revalorização da Avenida. O projeto vencedor gera muita polêmica ao sugerir um corredor de ônibus no leito da avenida. Os proprietários de imóveis se mobilizam para viabilizar outras formas de revalorização da Avenida. Em 1997 os problemas com os "camelôs" se agravam na Paulista e aumenta a mobilização dos proprietários para a proibição do comércio deste tipo na Avenida. Estes interesses aproximam a Associação Paulista Viva da Associação Viva o Centro que de igual modo se posiciona de forma excludente com relação a esta parcela da sociedade.

Aos poucos o prestígio da Paulista acaba dando lugar a estes sintomas de degradação e decadência tornando possível que outras áreas se destaquem no interior da estruturação metropolitana. A mesma lógica dinâmica que produziu a Paulista como sím-

bolo da cidade e lugar preferencial para a localização de negócios agora produz em outros lugares as mesmas condições antes presentes ali.

1.3 Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini

O Centro Berrini tem suas condições de surgimento estabelecidas, segundo Cordeiro (1993),¹³ na passagem gradativa do regime fordista para o regime de acumulação flexível, com um sensível aumento do capital financeiro. É uma forma de expressão da centralidade que surge "na continuação virtual do corredor da Avenida Faria Lima, em direção à via expressa da Avenida Marginal Pinheiros".¹⁴

Ainda na esteira do rearranjo da nucleação do Centro metropolitano o Centro Berrini começa a se estruturar a partir de um empreendimento da construtora Bratke e Collet na programação para implantação de uma centena de edifícios de alto padrão. No caso da Bratke-Collet as evidências apontam para a existência de uma articulação estratégica na produção daquele espaço que dificilmente teria se conformado naqueles moldes apenas com espontaneidade e sem planejamento. Talvez a falta de planejamento possa ser atribuída ao poder público, no caso, mas não à iniciativa privada que soube muito bem se inserir na lógica do mercado imobiliário e aproveitar as vantagens na formação daquela área.

A empresa responsável pelo empreendimento na região logo se desdobrou em uma incorporadora de capitais, a Braco S/C Ltda., uma construtora, a Bratke-Collet, e uma empreiteira de mão-de-obra, a F. Collet. Entre 1974 e 1976 se verificou a aquisição simultânea de 30 terrenos, garantindo a inexistência de concorrência, iniciativa tomada a partir de possível conhecimento dos investimentos públicos planejados para a região, nomeadamente a ligação da Avenida Faria Lima coma Avenida Luiz Carlos Berrini e a construção da Avenida Córrego da Água espriada.¹⁵

¹³ CORDEIRO, Helena Kohn. "A 'cidade mundial' de São Paulo e o complexo corporativo do seu centro metropolitano". In: SANTOS, Milton. Et al. *O novo mapa mundi: fim de século e globalização*. São Paulo / ANPUR, 1993.

¹⁴ FRÚGOLI JR., *O centro...*, p. 198.

¹⁵ Cf. FRÚGOLI JR. *O centro, a avenida Paulista...*, p. 198.

A prática adotada pela Bratke-Collet partia da incorporação de capitais privados nos imóveis adquiridos. Primeiramente a Braco se comprometia com um ou mais agentes a entregar o edifício em um determinado período, revertendo para o investidor 25% da área total construída em troca do investimento na compra do terreno. Depois, a Braco negociava os restantes 75% com outros capitalistas.¹⁶

Os edifícios de Carlos Bratke ainda que não possam ser apontados como absolutamente originais guardam uma homogeneidade bastante marcante, o que ajudou a conferir à avenida uma configuração peculiar na paisagem paulistana. Caracterizados por uma arquitetura funcional, são edifícios altamente flexíveis, com vãos livres de até 60 metros. Ocupam no mercado um nicho importante, constituído por aquelas empresas que buscavam sair do Centro sem ter a necessidade de um "endereço" importante, pois preferiam ganhar mais espaço, por um preço igual ao de um imóvel menor na Paulista, por exemplo. Os prédios são feitos para locação. Cada incorporação vende cotas que depois revertem em aluguéis. Os prédios não têm um dono único nem podem ser ocupados pelo investidor para uso próprio. Durante as negociações dos andares a renda obtida com os andares já alugados é dividida entre todos os proprietários. A visão dos empreendedores é destacada por Fujimoto (1994):

Nos leva à clara noção da criação de uma nova centralidade com base em mecanismos de mercado e suas práticas ou conceitos derivados – flexibilidade, atendimento ao cliente, prestação de serviços -, o que se conecta por sua vez a uma ação 'independente' quanto ao poder público, que é alvo de uma série de críticas quanto às suas limitações e deficiências, embora já tenhamos visto que havia consciência de que esta área estava no desenvolvimento virtual do setor sudoeste, alvo de futuros investimentos públicos.¹⁷

¹⁶ Cf. FUJIMOTO, Nelson. *A produção monopolista do espaço urbano e a desconcentração do terciário de gestão na cidade de São Paulo: o caso da avenida Eng. Luiz Carlos Berrini*. Tese de Mestrado apresentada ao departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. São Paulo: 1994.

¹⁷ FUJIMOTO, *A produção monopolista do espaço urbano...*, p. 55, apud FRÚGOLI JR., *O centro...*, p. 204.

O empreendimento da Bratke-Collet manifesta também o posicionamento dos arquitetos envolvidos, principalmente na postura crítica que assumem frente ao modernismo, sobretudo no que o movimento se propunha como solução macro-estrutural, unilateral, homogênea e padronizada, baseada em uma forte aliança com o Estado. Suas intervenções procuravam ser mais pontuais, localizadas, atendendo a grupos de clientes específicos, pretensamente mais democráticas, críticas e diversificadas.

Por volta de 1987 o destaque dado na grande imprensa para a Avenida Berrini já era grande, ficando consagrada como uma "Nova Paulista", já que conseguia também atrair novas empresas, mais movimento e maior demanda por serviços. Nesta época já há uma diversificação dos projetos na área. Além do mais, o crescimento de um pólo terciário na Marginal Pinheiros faz aumentar a força econômica da Berrini. Todos estes fatos justificam a consolidação de um Centro Expandido, formado nesta nova região.

O sucesso desta área como supridora de uma demanda cada vez mais crescente na cidade por prédios que comportem investimentos em novas tecnologias evidencia um novo padrão de localização de empresas e escritórios na cidade. Nem o Centro nem a Paulista são o destino dos novos empresários e das novas empresas, mas sim a Berrini. Isto parece motivar os grandes investimentos públicos efetivados no local como a Avenida Nova Faria Lima e a Avenida Águas Espraiadas, além de outros tantos, em detrimento do restante da cidade. O vetor sudoeste de crescimento urbano resta definitivamente consolidado, não apenas com o sucesso da Berrini, mas também pela Marginal Pinheiros.

No entanto a Avenida Engenheiro Luiz Carlos Berrini vive uma situação paradoxal: parece já se aproximar da decadência sem nunca ter experimentado o auge do sucesso. A verdade é que a concentração dos prédios de escritório e de sedes de grandes empresas não tem a mesma força para gerar centralidade que a consagrada força centrípeta do comércio e de outras atividades tradicionalmente instaladas no centro. Não se pode negar a grande concentração de empregos gerados e o grande movimento também de usuários nesta região, mas se tratam de localizações dispersas que contribuem apenas pontualmente para a geração de atração.

Por outro lado o mesmo processo que se verificou no Centro e na Paulista já está evidenciado na Berrini. Trata-se da utilização

dos prédios não por seus ocupantes originais, ou seja, empresas de médio e grande porte, mas sim por profissionais de um outro perfil, principalmente profissionais liberais. A alteração é que antes a caracterização dos empreendimentos era dada pela ocupação intensiva de uma grande área por uma empresa apenas, ao passo que hoje há a compartimentação destes espaços. Isto estaria acontecendo pelo abandono destes prédios por parte das empresas que consideram os prédios já obsoletos para suas atividades. Claro que seria exagerado falar em degradação, mas é possível identificar um ciclo bastante efêmero de sucesso.

Além do mais a excessiva dispersão das atividades pelo quadrante não contribui para o fortalecimento da centralidade na região. Tanto é assim que o desenvolvimento do vetor sudoeste já atravessou o rio Pinheiros, como no exemplo do Centro Empresarial de São Paulo, cuja primeira etapa, quatro dos seis blocos, foi inaugurada em 1977. Somente este conjunto foi responsável pela concentração de cerca de 10 mil funcionários e perto de 5 mil visitantes diários, vindo a se constituir em uma referência que possibilitou outros investimentos.¹⁸ A Berrini possui uma infraestrutura já deficitária para este tipo de empreendimento. A existência de um estoque imobiliário de maior potencial em outras áreas também depõe contra a afirmação da Berrini como uma centralidade forte na metrópole. Os investidores consideram a Marginal Pinheiros como o mercado preferencial para dar continuidade ao processo de estruturação urbana e formação de novas centralidades .

Na tentativa de manter o prestígio da região e garantir as mesmas qualidades projetadas para o ambiente os proprietário e investidores também se organizaram para lutar por questões específicas. Assim surge a Associação de Promoção Habitacional que, sob o manto da generosidade consegue expulsar favelados que ocupavam parte da Berrini. Também os "camelôs" passaram a constituir problema e aqui também os promotores imobiliários e os proprietários se preocupam com sua retirada, independentemente da solução definitiva da ocupação do espaço. Chama a atenção o caráter pouco democrático das ações praticadas para o encaminhamento destas questões relativas à favela e aos camelôs,

¹⁸ Cf FRÚGOLI Jr., *O centro...*, passim

ficando evidenciado o caráter excludente dos empreendimentos e do próprio espaço urbano produzido. O interesse maior a ser incrementado pelos empresários é mesmo o da valorização imobiliária advinda da "limpeza" da área. A remoção dos favelados das proximidades do córrego Águas Espraiadas não se fez seguir de uma transferência definitiva que abrangesse a todos, mas atingiu seus objetivos já que a região se tornou mais "aprazível" enquanto paisagem proporcionando, inclusive, melhor vista tanto para os hóspedes do Hotel Meliá quanto para os consumidores do shopping D&D, também nas proximidades. Fica evidente o caráter de exclusão social presente nas atitudes levadas a cabo pelos empresários que, a partir de doações privadas conseguiram construir moradias para a remoção dos favelados, tidos preconceituosamente como responsáveis por um ambiente de violência e criminalidade.

Uma análise bastante aprofundada e competente sobre o tipo de processo, que conduziu a remoção dos favelados da Berrini, pode ser compreendido no livro de Fix (2001).¹⁹ A Autora relata em um texto emocionante e competente os mecanismos dos quais se valeram as grandes incorporadoras, auxiliadas pelo poder público para, sob a aparência de uma "parceria", expulsar os antigos moradores do caminho traçado para as avenidas Faria Lima e Água Espraiada. A área analisada é outra, mas a lógica do processo é o mesmo. É interessante notar, no texto citado, como fica evidente a confusão entre o capital privado e o poder público quando os interesses são comuns. O relato dos moradores sobre o drama que vivenciaram, traduzido com fidelidade no texto, evidencia que o interesse em fazer valer as condições ótimas para reprodução do capital sobrepujam em muito os interesses na reprodução da vida. Quando se utiliza a ideologia a serviço da dominação é preciso discernimento para identificar os mecanismos envolvidos no processo, sob pena de que a apropriação dos lugares para a vida seja inviabilizada. Discursos eloqüentes, promessas maravilhosas, mega-projetos nestes casos camuflam os interesses daqueles que desejam produzir o espaço segundo a sua única e exclusiva lógica.

¹⁹ FIX, Mariana. *Parceiros da exclusão. Duas histórias da construção de uma "nova cidade" em São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada*. São Paulo: Boitempo, 2001.

De qualquer modo o que resultou é que o espaço urbano produzido na Berrini é bastante desértico, carente de infra-estrutura de transporte público, serviços complementares (tais como bares e restaurantes) e efêmero em seu ciclo de ocupação e abandono. A localização de empreendimentos na Marginal Pinheiros atesta o deslocamento dos investimentos, sempre em busca de melhor qualidade nos imóveis, segurança, infra-estrutura e preço baixo. A centralidade continua sua caminhada, parceira da exclusão.

Sobre o processo de produção do espaço urbano na avenida Brigadeiro Faria Lima uma análise contundente é feita por Carlos, quando se vale de profunda fundamentação em Lefebvre para tratar não só do espaço mas também do tempo no cotidiano da metrópole. Este estudo será retomado na conclusão do presente trabalho.²⁰

2 A Caracterização Física do Centro de São Paulo

Insiste-se para o fato de que a referência ao Centro é uma só. Apesar de todos os movimentos experimentados pela centralidade e pelos deslocamentos das camadas de alta renda que carregam consigo esta centralidade, São Paulo conta com um único Centro no sentido da multifuncionalidade e do valor histórico e simbólico. Ainda assim a área deste Centro é muitas vezes definida de distintas maneiras, dependendo muito para sua definição a utilidade que se deseja dar aos limites. Estas diferentes áreas demarcadas de acordo com os interesses próprios dificultam a análise do Centro como uma região particularizada da cidade. Muitas vezes torna-se impossível estabelecer comparações entre dados estatísticos e conteúdos levantados em face da disparidade da área analisada. Cada repartição obedece a um critério próprio. Para a interpretação do centro e da análise da formação de novas centralidades a definição de um perímetro qualquer para o centro é irrelevante, pois se trata de uma definição conceitual. De qualquer modo, para a análise efetiva de indicadores que auxiliem na interpretação dos fenômenos verificados na sociedade e no espaço é fundamental o estabelecimento de uma área específica. Assim, ao

²⁰ CARLOS, Ana Fani Alessandri. *Espaço-Tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana*. São Paulo: Contexto, 2001.

longo do trabalho, serão apresentadas algumas das considerações mais comuns em termos de área do Centro, cujas divergências são próprias dos critérios adotados, muito mais do que de concepções contrárias acerca do entendimento do Centro.

Para a análise do Centro enquanto realidade sócio-espacial é preciso que a demarcação das fronteiras seja mais ampla do que a idéia comumente associada ao "centro de negócios". O Centro, em um sentido amplo, precisa ser entendido como o Centro, propriamente dito, mais os Bairros Centrais limítrofes. Estes bairros guardam muitas das qualidades e atributos da centralidade metropolitana que está no Centro. Em termos físicos a abrangência do Centro engloba os distritos Sé e República que, por excelência, demarcam as fronteiras mais facilmente reconhecidas como do Centro, mas também devem ser considerados os distritos Bom Retiro, Santa Cecília e partes dos distritos Barra Funda, Pari, Brás, Cambuci, Bela Vista e Consolação.

Do ponto de vista da estrutura física a área do Centro guarda exemplares de edifícios e espaços de valor simbólico que são capazes de refletir as distintas relações sociais que se efetivaram na produção do espaço. O patrimônio histórico que retrata a primeira ocupação da cidade divide espaço com a arquitetura monumental do período de expansão do crescimento e com os exemplos que atestam a industrialização e a metropolização. Enfim, combina a existência de várias referências da história da cidade. No aspecto funcional a multiplicidade de atividades é a característica da área, onde se localizam o setor financeiro, turismo, lazer, comércio, serviços, pequenas indústrias, escritórios e serviços especializados que atendem às demandas da metrópole e do país. Vivendo nesta área está uma população significativamente representada por camadas de baixa renda e de alguns setores das classes médias. A área citada como Centro abrange cerca de 17 Km², o que equivale a menos de 2% do total da área urbanizada do município, mas que abriga uma população de cerca de 500.000 habitantes, servidos por 14 estações do metrô, 3 estações ferroviárias e 250 linhas de ônibus que têm destino no Centro.

Meyer (1996)²¹ tem razão quando identifica no Centro três subsistemas de espaços públicos com características bastante diferenciadas no que diz respeito ao traçado e ao patrimônio construído existente. Um subsistema é o "Centro Velho" que se caracteriza pelo traçado viário organizado a partir de uma base triangular, cujos vértices são bem evidenciados na Praça da Sé, Largo São Bento e Largo São Francisco, sendo constituído pelo traçado estreito e desalinhado de suas ruas, mas que guarda o principal estoque de edifícios de interesse histórico do final do século XIX e início do século XX, no alto de um platô de onde se descortinam visuais para os vales do Anhangabaú e do Tamanduateí. Outro subsistema é o "Centro Novo", que se organiza a partir da Praça da República ao centro e se liga ao Largo do Arouche, à Praça Roosevelt, ao Largo Paissandu e à Praça Dom José Gaspar. O terceiro subsistema é o do "Anhangabaú", que se organiza a partir do grande espaço público que caracteriza o vale e se interliga a uma série de outras praças menores, em diferentes níveis, aos quais se articula por intermédio de passagens, galerias e escadarias.²²

Como conjunto o Centro compreendido em seu sentido mais amplo comporta ainda a presença de situações bastante diferenciadas que influenciam também na relação desta área com o restante da cidade. As desigualdades existentes são fruto do crescimento experimentado pela cidade que produz áreas periféricas desprovidas de infra-estrutura antes de aproveitar integralmente as áreas onde os investimentos já foram feitos. Trata-se de um modelo de ocupação capitaneado pelo interesse imobiliário que se reflete também na segregação espacial de grupos sociais. Além do mais a presença de barreiras físicas como os rios Tietê e Tamanduateí, a via férrea, imensos elevados, viadutos e outras intervenções viárias de grande porte ajudam a reforçar a separação existente.

Pode-se notar que bairros como, Consolação, Santa Cecília, Campos Elíseos, Santa Ifigênia, Bela Vista e Liberdade, estão intimamente conectados tanto do ponto de vista da acessibilidade quanto dos aspectos funcionais, não havendo uma descontinuidade

²¹ MEYER, São Paulo centro... 1996.

²² Cf. MEYER, *São Paulo centro...* p. 35-6.

muito evidente neste vetor que se desenvolve a oeste e sudoeste do Centro. A ocupação residencial nestes bairros é bastante consolidada e a infra-estrutura instalada está explorada quase ao limite. O uso para comércio (restaurantes e lojas), lazer (teatros) e residência é bastante intenso neste setor expandido do Centro.²³

Por outro lado nos bairros centrais que se desenvolvem ao longo da via férrea, situados ao norte e a leste do Centro como ocorre com Brás, Bom Retiro, Luz, Pari, Ponte Pequena e parte da Barra Funda, a situação observada é bem outra. Voltados para a face menos promissora em termos de investimentos imobiliários os bens e equipamentos públicos permanecem subutilizados e a deterioração é bastante evidente em alguns casos. A existência de grandes vazios, sobretudo ao norte do Centro e de imensos galpões de indústrias, da ferrovia e da zona cerealista, no leste, confirmam a situação de poucos investimentos imobiliários na região. Estes bairros estão se desenvolvendo no sentido contrário ao eixo sudoeste, privilegiado pelo crescimento imobiliário há décadas. Apesar disto representam uma importante fonte de emprego terciário na cidade e são intensamente utilizados durante os dias úteis em horário comercial. O esvaziamento se faz notar com maior evidência à noite, em feriados e fins de semana. O uso residencial representa uma potencialidade muito grande nesta região.²⁴

3 Considerações finais

Se no item anterior foi possível afirmar que a metrópole, em si, é um centro, em função de seu caráter hegemônico sobre o território nacional e sua projeção na rede de cidades mundiais, agora se afirma o inverso. No entanto se trata apenas de uma inversão semântica, porque a lógica que explica uma situação é a mesma que explica a outra. O centro como metrópole pretende significar a presença dos elementos da vida metropolitana no centro. De tal modo que um centro metropolitano possui características que outros centros, não metropolitanos, não possuem. O fato da cidade de São Paulo possuir as características que possui afeta diretamente o tipo das relações sociais que encontramos na cidade.

²³ Com base em entrevista concedida ao autor pela arquiteta Kátia Canova, da Associação Viva o Centro, em 09/11/1999.

²⁴ MEYER, *São Paulo centro...* passim.

Não só em consequência do tamanho, da densidade, da heterogeneidade, mas também, em função da sua história e da história do espaço que foi produzido. O centro metropolitano é vivo, multifuncional, emblemático, possui significado, valor histórico, mas acima de tudo é único e inconfundível.

O papel que lhe será destinado, resultado do embate entre as forças sociais em conflito, será definidor das possibilidades que este espaço terá na cidade, ou para gerar a dominação, garantia de reprodução do capital, ou para gerar apropriação, vitória da reprodução da vida. Esta é uma luta travada no cotidiano, onde as pessoas se movem em todos os momentos da vida, do trabalho, do lazer, da festa. Definido o centro enquanto unidade teórica e física a análise do processo que o reproduz pode ser feita sem mistificações, tornando possível identificar as estratégias e as aparências por meio das quais se dissimulam os atores na busca da consecução de seus objetivos. O conhecimento do real, e não o de sua aparência é fundamental para que se possa ter uma atuação consciente. Apontar este caminho é uma tarefa que se impõe à ciência. À sociedade esclarecida caberá a realização do futuro.

Abstract: The text analyses the issue of centrality and the center of the city in the urban agglomeration. In São Paulo, the analysis concerns about evidencing the changes occurred in the valorization of new centralities, evidencing the mechanisms that provoke the dynamics of the activities in the metropolis.

Keywords: Urban Center. Urban centrality. Metropolitan Center. Locality Dynamics. São Paulo.

ONDJANGO: ESPAÇO VITAL NA CULTURA BANTU DE ANGOLA¹

Martinho Kavaya²

Resumo: Este texto é extraído do quarto capítulo da minha Dissertação de Mestrado (KAVAYA, 2006). O mesmo reflete o caráter educativo do ondjango, enquanto forma peculiar organizacional comunitária na cultura africana bantu e angolana, sobretudo na cultura do povo ovimbundu do centro/sul de Angola. Trata-se do entendimento desta realidade no contexto africano para podermos entender a leitura do mundo da vida na cultura subsahariana bantu. Aqui, se esconde de modo incipiente, a gênese da cultura do “amém” antes da colonização. Estamos, portanto, diante de uma cultura não letrada, uma pedagogia da oralidade.

Palavras-chave: Ondjango, Cultura e educação Bantu, Povos Ovimbundu, Angola.

Nesta reflexão, nossa atenção concentra-se para o ondjango como expressão e vivência cultural em Angola, no Planalto Central (Benguela, Huambo, Bié, onde se concentram majoritariamente o povo pertencente ao grupo etnolingüístico ovimbundu, parte do Kwanza Sul, e noutras áreas com menor densidade populacional), que no ondjango (espaço vital) fazia o ondjango (encontro com o diálogo vital). Apresentamos o ondjango na tríplice compreensão: grupo de pessoas (ondjango) que, no espaço geográfico (ondjango) realizava encontros vitais (ondjango). O ondjango visualizava-se como um navegar no mundo da vida de um povo.

¹ Este artigo tem como base o IV capítulo da minha dissertação de mestrado defendida na UFPel – RS. Trata-se, fundamentalmente, de explicitação do conceito na realidade cultural dos Povos ovimbundu do centro – sul de Angola.

² Angolano, filósofo, teólogo, Assistente Social, mestre e doutorando em educação no PPGE/FaE/UFPel e membro do Grupo de Pesquisa Filosofia Educação e Práxis Social (FEPráxis), <makavaya@yahoo.com.br>; orientando do Prof. Dr. Gomercindo Ghiggi <gghiggi@terra.com.br>; professor da graduação e da pós-graduação, coordenador do PPPGE da FaE/UFPel. Pesquisador no grupo de pesquisa “Filosofia Educação e Práxis Social – FEPráxis”. É pesquisador com financiamento da CAPES, CNPq e FAPERGS.

Iniciando pela conceituação do ondjango, adentramos na leitura minuciosa deste mundo e apresentamos os modelos do mundo ondjangiano para os povos ovimbundu, enquanto estrutura sociocultural. Isto nos permitirá, numa próxima oportunidade ou publicação visualizar os limites do ondjango no processo educacional letrado.

1 Conceituação do ondjango.

Para os povos subsaharianos da África negra, o ondjango, enquanto vivência é a forma peculiar de organização comunitária. Como expressão é de origem angolana. Esta organização africana, na visão de Nunes³ (1991, p.154), *“destinava-se ao controle diário da vida dos grupos humanos, e, a mesma, só era possível (...) em sociedades pequenas”*. Tal modo organizacional resultava no chamado *“parlamento tradicional, pelo qual, as sociedades africanas logravam uma vida democrática”* (KATOKE, 1982, p.63), e, segundo Bernardi (1988, p.333-335), ondjango era visto *“como forma africana de democracia”*. Bernardi reconhece, ainda, que no âmbito social, o parlamento tradicional reunia pessoas, criava e recriava coesão entre os membros de determinada comunidade e possuía essencialmente uma dimensão universal (ibid).

Ondjango, na cultura angolana umbundu, é uma palavra composta por aglutinação: Ondjo (casa) + Ohango (conversa); <ondjo y'ohango> (casa de conversa). “Ondjo”, enquanto casa⁴, habitação e espaço onde a vida acontecia. O mesmo, não implicava que fosse necessariamente uma casa, mas qualquer lugar onde os homens se reunissem para tratar assuntos de interesse comum, e, “ohango” era o diálogo ou conversa séria de igual para igual, entabulada entre duas ou mais pessoas, mediatizadas por um varão, osekulu (mais-velho, com experiência vital) e acontecia em sistema circular ou mesa redonda.

Conforme vimos, o ondjango nos remete à realidade da casa (NUNES,1991, p.159). De que casa se trata? Trata-se da casa de conversa, de reunião, de hospedagem, de partilha de bens/refeições/serviços, de educação/iniciação sociocultural, de entreteni-

³ Nunes, pesquisador do ondjango como modelo da evangelização da Província de Kwanza Sul/Angola.

⁴ Casa, na língua umbundu, tem o significado de ondjo; na língua musele, variável do umbundu é ‘onjo’, em Ngoya e Kimbundu, ‘onzo’.

mento e/ou de fazer justiça. Ondjango é, antes de tudo, uma casa, ponto de partida e de confluência, uma casa com as condições para reunir com a presença de mais-velhos, mediadores do diálogo. Assim, como realidade física, ondjango significa espaço aberto nas laterais, construção de pau-a-pique, em forma circular, sem paredes, encoberto de capim (colmo) ou debaixo de uma árvore frondosa, grande e de sombra ⁵, onde os homens se sentavam e tornavam o ohango factível. No interior do ondjango encontrava-se lenha em troncos grandes (olononga) transportados pelos jovens iniciandos. Esta casa (ondjango), nos primórdios, não era propriedade privada (ibid), mas de todos os homens que dela faziam uso diário.

Toda a vida partia do ondjango e encontrava seu ápice no ondjango; aí, segundo a pertinência do vivenciado, o ohango – conversa/diálogo tomava vários significados: ulonga, elongiso, ekuta, ekongelo, ekanga/okusomba/okusombisa, okupapala, ondjuluka, etc.

Ondjango era uma casa que se tornava o espaço de todos os residentes da comunidade. Lugar respeitado, quase sagrado, e era de consciência da comunidade ser aquele espaço o centro da vida comunitária, na aldeia; centro onde passava e dimanava a corrente vital do clã, do qual fluía o respeito e as decisões importantes em prol da comunidade. Era realmente a casa da conversa, da discussão de tudo e resolução das grandes questões da vida que fluía a partir do ulonga, isto é, relato de toda a trajetória feita desde o encontro anterior e das situações vivenciadas, partilhadas e resolvidas, sobretudo os meios utilizados na resolução ou exposição dos problemas sem solução, esperando do grupo reação para seu encaminhamento. Daí a necessidade mais aturada da leitura da realidade ondjangiana para a sua exaustiva compreensão.

⁵ Os encontros de anciãos, diz Nunes (ibid), “à sombra duma árvore simbólica”, é hábito freqüente nas comunidades do Quênia, Tanzânia, Zaire e nas comunidades angolanas, onde os mais velhos traziam os próprios “otchalo”, banquinhos forrados de pele (couro), para se sentar, ao redor da fogueira, dialogando e partilhando os alimentos.

2 Leitura da realidade ondjangiana:

Este ponto mostra o ondjango nas suas diversas acepções na realidade cultural umbundu. Excluir uma das dimensões apre-sentadas é reduzir o ondjango a nosso bel prazer. Assim o ondjango apresenta-se como ekongelo, elongiso ou okulonga, ulonga, omban-gulo, ekuta, ondjuluka/otchipito, ekanga/okusomba ou okusombisa, etc.

2.1 Ondjango: casa de ekongelo (reunião)

Estamos ante um conceito que implica, segundo Nunes (ibid, p.160), a reunião de homens, excluindo mulheres. Aqui reside um dos pontos fracos do ondjango (machismo). Daí, desde os tempos remotos, as sociedades secretas dos povos africanos e angolanos de língua e cultura umbundu, tiveram o ondjango como espaço agregador só de homens.

Enquanto reunião (ekongelo), ondjango é espaço aberto ao diálogo feito da palavra dita e pronunciada, escutada e discutida, ensinada e iniciante, solucionador de casos comunitários e/ou individuais, cântico e música, provérbio, etc. Como casa de reunião dos homens, segundo o referencia Nunes (ibid, p.165), o ondjango considerava-se como assembléia que se reunia em determinado local para conversar, discutir todos os assuntos e a vários níveis: familiar, de bairro, de aldeia, da região, da tribo ou somente de responsáveis. Na reunião geral dos homens, era feito um controle diário da vida toda e de toda a vida. Aí se conversava e se prestavam informações tanto de caráter público quanto privado. Todos os homens se agrupavam à volta do osekulu, do chefe, do 'mais-velho', que servia de oficiante ao ritual das perguntas. Cedo possível, faziam-se perguntas informais às pessoas e se distribuíam trabalhos coletivos, caso tais existissem ou se recolhiam informações sobre o programa individual dos membros: 'hoje vou aquela lavra ⁶'; 'hoje vou caçar naquela área'. Na volta, à tarde, esperando pela refeição, cada um trazia também informações: 'ali encontrei um doente'; 'além estão num óbito'; 'houve uma discussão por causa disso ou daquilo'; etc. Digamos que se trazia, diariamente, para o ondjango, o ponto de situação local. Era o balanço da vida profundamente comunitário.

⁶ Falamos em lavra, quando nos referimos em lugares onde se faz lavoura, onde se produz alimentos dos humanos e dos animais, etc.

A conversa dialogada e partilhada não era apenas conversa de passatempo, menos importante, não se tratava de perguntas sem sentido. A conversa, no ondjango, era também séria. Aqui, ohango significava também ulonga, que consistia em tratar problemas importantes, recordar a tradição e ensinar a arte de viver. Em alguns casos, só aos homens adultos se permitia participar das conversas e noutros, apenas os responsáveis maiores. De qualquer modo, os adolescentes e jovens deviam sempre retirar-se, a não ser que se tratasse especificamente do ritual de iniciação.

2.2 *Ondjango: casa de elongiso/okulonga (educação/iniciação)*

Iniciação cultural é um rito de puberdade com a função da inserção sócio-comunitária e cultural dos indivíduos. A mesma, mostra Altuna, se nos apresenta como 'elongiso/okulonga'⁷, isto é, encontro de aprendizagem dos valores socioculturais a observar, das tradições herdadas pelos ancestrais, e das regras de vida em e na comunidade, apresentadas em forma de cânticos, contos, histórias, lendas, parábolas, anedotas, frases lapidares da sabedoria dos olosekulu (ancestrais), ilustradoras do mundo de vida a trilhar. Mas também se narram histórias estabelecedoras de ligames e comunhão com os antepassados.

Transmitia-se a cultura que se passava de geração em geração e que se tornava iluminação na resolução dos problemas atuais e candentes. Os conhecimentos hauridos no ondjango não podiam ir para o ambiente extra ondjangiano. Aquele que fosse 'iniciado' não podia relatar a ninguém o vivido, nem mesmo à própria mãe ou à mulher com quem se convivesse. Ondjango era a conversa, a 'iniciação', o ensino cultural transmitido. Nesta altura não existia escola formal. A única realidade escolar era a escola da vida. O aprender dos antepassados constituía a arte de viver. Por isso é que entendemos o ondjango como realidade inspiradora para uma concepção pedagógica que tem em conta o homem como ser aberto à vida, ao dialogo interpersoal, a comunhão e à reflexão. Com os provérbios aprendidos no ondjango, o homem bantu reforça

⁷ Ensino que é simultaneamente ensinar e aprender, dar e receber. No ondjango não existe quem saiba mais, e sim pessoas com mais experiência vital. Este partilha suas experiências, mas é também aberto ao novo com os membros do ondjango. É de salientar que quem tem experiência é detentor da última palavra no ondjango. Quer dizer, a ele se dá a oportunidade de abrir e fechar o ondjango.

seus argumentos filosóficos seja para solucionar um conflito, como para ensinar sábias sentenças ou moralidade tirada de uma história, e com a variedade de suas imagens comunicavam-se encantos poéticos, estéticos e morais, salienta Ngunga numa conversa via desde Espanha via skype.

Ondjango tornava-se, entretanto, numa escola para os mais novos. Uma escola de reprodução da cultura, feita pelos mais velhos, que mantinham o respeito e toda a autoridade sobre a comunidade (NUNES, 1991, p.166). Daí temos na realidade cultural um ditado que diz: *“okwetu olondunge vyupa kwakulu, kukavyupe kongolo”*⁸.

Os mais novos estavam sempre preparados e dispostos a receber todos os ensinamentos. Esta conduta outorgava-lhes tamanha honra, por isso, eram considerados homens adultos e deviam ser respeitados até pelas próprias mães, pois, *“começavam a participar não só da verdadeira vida da comunidade, mas também do seu governo. Aproveitavam então, sofregamente”*⁹ *sempre que os mais-velhos se punham a contar as histórias e coisas dos anos atrás*” (BERNON, 1985, p.129-130).

2.3 Ondjango: casa de ulonga (relato dialógico)

Ondjango, enquanto casa do ulonga, significa relato dialógico, realizado num espaço vital onde este ohango (diálogo) transforma-se em relato demorado que resgata todo o vivido desde o encontro anterior dos sujeitos envolvidos nesta comunicação e dos membros ausentes, pertencentes à família dos sujeitos em causa.

Para a parte sul do centro de Angola até a província de Benguela, o ulonga tem sido o princípio cultural inesquecível, pois a partir da própria narração, o visitado fica percebendo-se do estado de saúde do visitante, dos seus problemas e das necessidades pessoais, comunitárias ou familiares. É de salientar que o ulonga não é feito apenas quando alguém se desloca de um lugar para o outro, mas também pode ser realizada dentro da família ou então num lar, ao amanhecer familiar.

⁸ Significa, *“amigo, tire/aprenda o juízo dos mais-velhos e não do joelho”*.

⁹ Avidamente.

Ulonga é relato e resumo de acontecimentos vividos no espaço e tempo desde o primeiro encontro entre visitado e visitante até o novo reencontro. É um momento de empatia entre dois sujeitos que juntos vivem o passado no presente, alegre e/ou triste da vida.

Passos do ulonga: introdução, que incluía o momento emocionante da saudação, a acomodação e criação de condições para o referido diálogo inter-pessoal, motivos de visita ou chamada; “corpo” central: momentos importantes vividos pelos interlocutores e reações espontâneas de apoio, de protesto ou de comoção; uma conclusão: breve recapitulação de temas importantes que possam trazer à tona, noutras conversas, até que os presentes possam anuir, com saudações que lhes ponham em liberdade para a abordagem de temas diversos.

Havendo muita gente, toma primeiro, a palavra o mais velho visitado ou visitante que interroga ao mais novo, abrindo assim o diálogo, e, ao mesmo, cabe concluir. A posição normal para o ulonga é estar sentado, sinal de respeito, de acolhida, de disponibilidade e de tranqüilidade. Porque assim as pessoas se podem escutar com respeito e liberdade familiar. Também pelo fato de que este momento constitui um lugar de aprendizado que ilumina o passado e retifica os momentos mal vividos e caminhos mal andados¹⁰.

Segundo o Regedor Toto e os dois olosoma, Nelumba e Tchindjunda¹¹ definem ulonga como sendo *“um costume de saudação que faz parte da cultura Vahanha, vatchisandji e dos ovimbundu”*. Este costume *“consiste em narrar os estado de saúde, problemas e necessidades familiares, grupais ou pessoais”*.

Para Toto, *“os Vahanha procuram, no ato do ulonga, primeiro narrar o estado da saúde, problemas e necessidades desde o último dia que em que os reencontrados se separaram, ou melhor, desde na última vez que deixaram de se ver até ao dia do reencontro”*. Nelumba diz que *“os vatchisandji têm o mesmo procedimento dos vahanha”* enquanto para Tchindjunda, *“os Ovimbundu narram apenas o estado de saúde, problemas e necessidades das últimas 24 horas, até a hora do reencontro”*.

¹⁰ Entrevista com Geraldo A. Ngunga, realizada em maio de 2006.

¹¹ Entrevista concedida em Novembro de 2005 no município da Ganda.

Assim, na condução do ulonga, para os subgrupos vahanha, vatchisandji e os ovimbundu, rege-se por regras, homogenias, nos três subgrupos. Para tal, falando destas regras, os três afirmam o seguinte: depois da chegada do visitante a determinada casa, deve se manter em pé até que se lhe dê uma cadeira; ao visitante se faz a seguinte pergunta em forma afirmativa: ‘komangu’¹²! E este responde animadamente ‘kuku’¹³. Nesta altura o visitante replica ao acolhimento dizendo: ‘Sanga mangu’¹⁴! O visitado ou os visitados em uníssonos respondem; ‘tchô’¹⁵. Tudo isto acontece só depois de o visitante se ter sentado. No entanto, quem não obedecer a estes princípios, já pode, de antemão, ser considerado, um estranho. Se for alguém que deve seguidamente prosseguir sua viagem, mesmo havendo um perigo adiante, não se lhe chama atenção, não se lhe avisa pelo fato de não ter obedecido aos princípios de ulonga¹⁶. Para os vahanha, os vatchisandji e para os Ovimbundu, o ulonga é sempre iniciado pelo mais-velho que tem o direito de poder dar ordem de o mais novo fazer o ser relato, seguindo sempre o mesmo esquema: estado de saúde, problemas da vida familiar ou pessoal e as necessidades. Terminado, o mais velho retoma a palavra, repetindo todo o discurso do mais novo, com exclamações de alegria ou indignação, dependendo da situação em pauta. Posteriormente o mais velho fará seu relato dentro da regra. A concluir a mais-velho diz: “Wange” e os ouvintes ou os participantes responderão “tchô” e o mais novo replicará dizendo: “haewo unosi” e os mesmos ouvintes ou participantes responderão Tchô. Entre os Vahanha e vatchisandji, se o ulonga estiver acontecendo no seio familiar, a primeira palavra é dada à pessoa que nasceu do irmão (ã) mais velho (a), mesmo se este for criança. Depois deste, o indivíduo que nasceu do mais novo terá a palavra ainda que seja o mais velho em idade [Por isso se diz, na cultura, que ser mais velho não é questão de idade, mas de experiência].

¹² Traduzido mais ou menos seria: ‘na cadeira’, desejando à visita boa disposição, boas vindas e que esteja à vontade.

¹³ Obrigado ou obrigada. Este é o reconhecimento que a pessoa em visita está sendo bem acolhida.

¹⁴ Traduzido significa, encontro cadeira, isto é, encontro acolhimento entre vós?

¹⁵ É verdade, sim, está concedida a cadeira.

¹⁶ Maio de 2006.

Para estes subgrupos, o ulonga tem a mesma importância que é a de rever o passado, corrigir e acertar o presente construindo um amanhã melhor, na família, na comunidade e dos membros, enquanto constituintes desta história.

2.4 *Ondjango: casa de ombangulo (conversa).*

Um encontro esporádico, informal pode ser considerado como ondjango, pelo fato de se permitir que neste encontro aconteça o diálogo, de amigos, sem grandes compromissos, mas uma conversa amena e tranqüila. É que quando as pessoas se encontram, independentemente daquilo que devem fazer, acontece aquilo que Lukamba (1981, p.36) chama de “*encontro vivo*”. Neste ‘*encontro*’, segundo Lukamba (id, p.37), existe um sinal de vida que é “*a palavra, o gesto, o som ou o eco*”. Assim, para ele (ibid), o sinal não é uma coisa ou um objeto, nem sequer uma pessoa como tal, mas a palavra, o gesto, o som ou o eco que me liga e relaciona com o outro ou os outros como um encontro vivo em ordem à comunhão; o sinal é a mensagem viva que como arco de chama acesa aproxima e une dois ou mais universos interiores; é uma mensagem capaz de ser entendida pelo outro e provocar nele uma resposta que move os interlocutores num diálogo vivo que os faz ultrapassarem-se a si mesmos em ordem a uma comunhão aberta a todos os seres pessoais e impessoais. Assim, o essencial do sinal está precisamente na sua capacidade de relacionar, de estabelecer sem limites relações entre diversos universos interiores.

2.5 *Ondjango: casa de ekuta (partilha alimentar comunitária)*

Para além do encontro, da reunião e da conversa, o ondjango é o espaço de partilha das refeições. Tais refeições acontecem uma ou duas vezes ao dia segundo o estatuído em cada localidade. O habitual é que seja de tarde, depois do trabalho do dia, ou de manhã cedo, antes de se partir para a jornada laboral. Aqui começa a compreensão organizacional da economia¹⁷.

¹⁷ Nesta organização económica comunitária ninguém é abandonado e privado da alimentação. E qualquer um que fique sem o mínimo para a sua sustentabilidade, a comunidade (aldeia) se reúne em mutirão para prover o sustento e até a ajuda na lavoura.

Enquanto se aguarda pela comida, a conversa que acontece era um entretenimento. As conversas mais longas, diz Nunes (1991, p.162), acontecem depois das refeições. De onde vinha a comida? De cada residência donde cada homem é oriundo, prepara-se comida pelas próprias mulheres. Tal comida era normalmente o pirão ou o funji (espécie de purê ou polenta de farinha de milho ou de mandioca), feijão, carne (de criação ou de caça), maçaroca¹⁸, algumas bebidas, etc.

Tudo é preparado pelas mulheres e levado para o ondjango pelos jovens, onde os homens fazem acontecer a verdadeira partilha, em torno da lareira, com lenha grande, que ali se mantém permanentemente (ibid, p.163-164).

É importante salientar que durante esta partilha ninguém chama sua, a comida preparada pela própria mulher e sim algo da comunidade reunida em ondjango no ondjango. A mulher, as crianças e o resto da família, ficavam em casa, manducando parte comida, por elas prevista no ato da preparação da refeição do dia.

Em várias localidades, as mulheres não são abandonadas à mercê do “Deus dará”, enquanto os homens se reúnem no ondjango. Fala-se de uma reunião paralela das mulheres à dos homens feita por afinidade, por amizade ou por vizinhança, no ‘otchiwo’ (cozinha ou dormitório das moças) onde elas partilham e comem juntas e onde as jovens se juntam para a iniciação cultural e sócio-familiar (ibid), preparando-se para a fecunda maternidade.

No ondjango acontecia uma autêntica e verdadeira partilha comunitária: tudo era de todos. Técnicas bem simples aplicavam-se na resolução de problemas ligados a carências. Exemplo apresentado por Nunes (ibid): em casa de uma mulher faltava sal, ela preparava o alimento sem sal e o levava para ondjango nestas condições. Como tudo era partilhado, logo todos ficavam sabendo do que se passava e o chefe (coordenador), discretamente, dava ordem para se abastecer tal casa.

¹⁸ Maçaroca é o milho bem assado no carvão, forno, ou numa lareira, que normalmente antecede as refeições. Também se pode comer depois das refeições ou independentemente das refeições.

Esta partilha realizava-se pela distribuição de bens, sobretudo dos excedentes, evitando qualquer tipo de lucro, ganho ou venda. A respeito desse assunto Nunes (*ibid*) diz que a dimensão da partilha comunitária era ainda visível no fato de se preferir distribuir determinados bens como: excedentes de carne ou mel, e não se procurar tanto a venda de tais produtos. A solidariedade e inter-ajuda eram também visíveis no apoio à construção de habitações ou trabalho na lavra dos mais necessitados utilizando o princípio de *ondjuluka* (*mutirão*).

O marido se ausentava da aldeia por algum tempo, ou por razões de necessidades da sua vida privada ou para o “contrato”¹⁹, sua mulher obrigava-se a levar comida ao *ondjango* todos os dias ou, pelo menos, frequentemente. Esse era o sinal e o critério importante para julgar quem eram as boas e más mulheres. Ao seu regresso, o homem, antes de ver a esposa, tinha informações da conduta da esposa, por parte dos outros homens, no *ondjango* (informações obtidas, junto das vizinhas ou amigas da mulher em questão).

2.6 *Ondjango: casa de ondjuluka/otchipito (solidariedade)*

O Ekongelo de *ondjuluka* era o encontro de planeamento de um projeto de vida ou de uma ação a ser realizada em comunidade em forma de *mutirão* solidário, por exemplo: em velórios, nos casamentos, nas visitas de longe. Qualquer visita era considerada como visita da comunidade e não da pessoa singular, apesar de ter o alojamento da pessoa singular. Estando na comunidade é cuidada pelos membros; Na preparação para a guerra de autodefesa, na preparação para a caçada comunitária ou para o julgamento ou, ainda para dirimir situações candentes que lesem o bem estar comunitário.

Do ekongelo pode acontecer o *okupapala* ou a festa, a dança, o lúdico da vida comunitária. O africano e angolano, reconhece a importância do lúdico para a vida sócio-comunitária. Para o efeito, ele canta e dança, mostrando o sentido da vida na celebração comunitária da festa. Todos os momentos da vida

¹⁹ Contrato ou “*undalatu*” era o trabalho forçado realizado pelos negros. Por não pagar o dízimo (*elisimu*), o indivíduo era caçado pelos policiais e uma vez apanhado era encaminhados para terras longínquas, para trabalhos duros das roças, minas, etc.

deviam ser celebrados. Esta dimensão lúdica da vida é expressa pela mensagem do seguinte cântico: “nda oli komwenho papala, omwenho wokaliye otchinimbu” – significando que cada momento da vida deve ser bem saboreado e festejado, por causa da contingencialidade e temporalidade da vida biológica.

2.7 O ondjango: casa de ekanga/okusomba/okusombisa (justiça)

O ekanga, reunião de julgamento, resulta em okusomba, em fazer a justiça ou okusombisa, em ser julgado. Era um encontro que visava a resolução de problemas comunitários. Porém, somente aos homens adultos se permitia a participação destes eventos. Tratava-se de alguns homens, anciãos, responsáveis, escolhidos, deputados e aceitos pela comunidade para o referido ato. No ekanga eram discutidas vicissitudes da vida do grupo ou da pessoa: “*casos de roubo, ofensa ou violação das mulheres, crimes generalizados, desordens e discussões, [diversas questões da aldeia ou do bairro], hospitalidade, problemas de defesa, heranças, terras, matrimônios, etc.*” (NUNES, id, p.166-167). Se o ekanga não ultrapassava a situação, se recorria à uma instância superior, ao conselho do soba (soma), com seu conselho adjunto (vice-conselho). O chefe intimava as partes em litígio ou apenas o declarado infrator, depois de ter realizado o ondjango com o seu conselho. Com ele era possível o encaminhamento, esclarecimento e solução do problema.

Encontrados os culpados no ondjango do soba, aplicava-se uma sanção adequada, não era castigo por castigo, e sim, corrigir o infrator, desencorajando a possíveis ações semelhantes. As penas e castigos aplicados, resumiam-se no pagamento, em dinheiro ou animais (bois), correspondente à infração. Quando a ofensa lesava direta ou indiretamente a comunidade, um dos animais pagos era executado e manducado por todos os membros da comunidade do ondjango; pagamento em trabalho feito pelo próprio infrator ou por um de seus familiares, caso estivesse fisicamente impossibilitado; havia, raramente, castigos públicos vergonhosos para infratores, era o de ser banido da comunidade; em casos de feitiçaria se aplicava a pena de morte (ibid).

Só ao ondjango competia o exercício da justiça, onde podiam participar somente pessoas masculinas ou, preferentemente, grupo restrito de pessoas responsáveis, deputadas pela comuni-

dade. É do ondjango que se parte para a iniciação sociocultural e é no ondjango onde se acolhe o iniciado socioculturalmente, para fazer parte da comunidade fraterna, festiva e solidária. Uma comunidade em mutirão permanente, que localmente se chama de “ondjuluka”, seja para o trabalho para alguém na comunidade que mais precise quanto para a caça comunitária ou outra atividade que precise, dessa colaboração espontânea e disponível.

3 À guisa de Conclusão: O Ondjango angolano é o espaço que tece relações humanas

O ondjango remete-nos a seguinte interrogação: Que espaço é este de que se refere? Este espaço, apesar de ser geográfico, é também humano, pois tece as relações entre os humanos.

Trata-se de espaços vitais, onde relações socioculturais, políticas e humanas são efetivadas, tanto na resolução de problemas candentes da vida grupal ou individual, ou seja, no ensino/aprendizado e no entretenimento festivo e vital e/ou para viabilizar ações-soluções, isto é, sentenças, mutirões fraternais, controle de vida grupal etc.

Tudo tem como gênese o ulonga (conversa prolongada que resgata todo um itinerário vital dos homens e mulheres em um determinado tempo e lugar). Daí se conhece o lugar em que se vivem os problemas aí vivenciados e as possíveis soluções as pendências apresentadas. Portanto, não se faz ulonga em pé, e sim sentados. Por isso a importância do lugar enquanto espaço onde acontece este ohango-ulonga (conversa). Portanto, os diálogos tecidos e os espaços onde estes diálogos realizados se chamam, concomitantemente, de ondjango.

Nesta ótica, a nossa existencialidade humana é feita permanentemente pelo ondjango (diálogo vital) no ondjango (espaço dialógico).

Resumo: This text was extracted from the fourth chapter of my Master's degree dissertation (KAVAYA, 2006), and reflects the educative character of ondjango as a particular communitarian organizational way in the Bantu and Angolan culture, especially in the culture of Ovimbundo people, from Central Southern Angola. It is about the understanding of this reality in the African context so that we can comprehend the reading of the world and life of the Sub-

Saharan Bantu culture. Here, the genesis of the ante-colonization "amém" culture hides in an incipient way. We are, therefore, before a non-literate culture, a pedagogy of the orality.

Keywords: Ondjango. Bantu culture and education. Ovimbundo people. Angola.

Referências bibliográficas

BERNARDI, B. **Introdução aos estudos etno-antropológicos**. Lisboa; Edições 70, 1988.

BERNON, M. de. "Persistence visible et invisible de la religion traditionnelle, Foi et Développement." 1985; p.129-130; apud, NUNES, José O.P. **Pequenas Comunidades Cristãs. O Ondjango e a Inculturação em África/Angola**. Porto: Universidade Católica Portuguesa & Fundação Eng. António de Almeida, 1991.

KATOKE, I. & NDAGALA, D. "El parlamento tradicional en la República Unida de Tanzania"; in AA.VV. *Aspectos sóciopolíticos del parlamento tradicional en algunos países africanos*. Barcelona, Serbal/UNESCO, 1982; p.62-78; apud, NUNES, José O.P. **Pequenas Comunidades Cristãs. O Ondjango e a Inculturação em África/Angola**. Porto: Universidade Católica Portuguesa & Fundação Eng. António de Almeida, 1991.

KAVAYA, Martinho. **Educação, Cultura E Cultura do 'Amém': Diálogos do Ondjango com Freire em Ganda/Benguela/ANGOLA** (Dissertação de Mestrado). Pelotas; UFPel, 2006, 304fls.

LUKAMBA, André. **A Evangelização como "encontro vivo" na cultura Umbundu de Angola. Perspectivas eclesiológicas. Pars Dissertationis in Theologia – Roma- 1981**. Huambo/Angola: Secretariado Nacional de Liturgia; 1981.

NETO, António Agostinho. **Sagrada Esperança**. 10ª Ed., Luanda: União dos escritores Angolanos; 1988.

NUNES, José O.P. **Pequenas Comunidades Cristãs. O Ondjango e a Inculturação em África/Angola**. Porto: Universidade Católica Portuguesa & Fundação Eng. António de Almeida, 1991.

ATIVIDADES DE LAZER DOS IDOSOS NA CIDADE: UM ESTUDO DE CASO NA CIDADE DE RIO CLARO-SP

Rosane Balsan¹

Resumo: O envelhecimento populacional constitui uma das maiores conquistas do presente século. Poder chegar a uma idade avançada já não é mais privilégio de poucas pessoas. Herdar uma longevidade ativa é resultante tanto do fundo biológico da pessoa em questão quanto do modo de vida, de trabalho, de alimentação, de lazer. Na primeira parte do texto, apresenta-se um breve discussão sobre a cidade e as atividades de lazer. Em seguida, explica-se o estudo de caso na cidade de Rio Claro-SP.²

Palavras-chave: Cidade. Idosos. Lazer. Rio-Claro-SP.

A cidade e o lazer

A cidade, como palco das atividades de lazer, transforma-se com a valorização do espaço e do tempo funcionais para o lazer, mudando a concepção de cidade de centro cultural específico e herança histórica para centro cultural dinâmico. (PINTO, 2002). Em relação às mudanças do campo econômico que interferem nos estilos de vida e de lazer, o mesmo autor (2002, p.14) enfatiza:

[...] a cidade deixa de ser espaço racional e é reestilizada, continuamente como um “não-lugar”, isto é, como espaço de rápida circulação, interligado por diferentes meios de transporte, grandes cadeias de entretenimento e pessoas de diferentes camadas da população convivendo com modos diferentes de vida.

Neste contexto, o espaço urbano como espaço de lazer tem um papel que:

[...] varia de acordo com a forma como tratamos o lazer. Se o vemos como privilégio de consumo real, o espaço urbano é simplesmente

¹ UNESP/Rio Claro-SP. Doutora em Geografia. Professora Substituta na FURG/Rio Grande_RS rosanegaucha@hotmail.com

² Este artigo está baseado na tese de doutorado intitulado: “Espaços de turismo e lazer dos idosos em Rio Claro-SP” defendida dia 29 de novembro de 2005 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Rio Claro-SP, sob orientação da professora Dra. Lucia Helena de Oliveira Gerardi e Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz.

local de acesso; se o vemos na vida da cidade estreitando relações, com funções sociais e pessoais, o espaço é componente primordial na qualidade de vida. (BONALUME, 2002, p.198)

Rolnik (2000) refere-se ao espaço da cidade, como um espaço do fluxo e das necessidades diferenciadas de habitar, de circular, de divertir-se e de trabalhar, constituindo o cenário e a paisagem da convivência dos habitantes desse lugar. Dessa forma, a cidade representa uma proposta aberta de práticas sociais, genuínas de expressão cultural de gerações que se sucederam através dos tempos. O autor explica que:

O espaço público, onde as pessoas transitam e se locomovem, é também o âmbito de interação social que se expressa nas praças, nos lugares de encontro e troca, nas áreas verdes - lugares de uso e desfrute do natural – e nos espaços de testemunho, os lugares de identidade e de patrimônio, raramente explorados (ROLNIK 2000, p.189).

Müller (2002 p.25) complementa:

O espaço de lazer tem uma importância social, por ser um espaço de encontro e convívio. Através desse convívio pode acontecer a tomada de consciência, o despertar da pessoa para descobrir que os espaços urbanos equipados e conservados para o lazer são indispensáveis para uma vida melhor para todos e que se constituem em um direito dos brasileiros.

O estudo envolvendo a questão do lazer nas áreas urbanas requer uma abordagem que enfoque os aspectos de tempo e de espaço, uma vez que interferem na atitude dos sujeitos habitantes das cidades, sendo imprescindíveis para a compreensão da dimensão que o lazer assume na sociedade contemporânea.

Ainda de acordo com as considerações sobre o lazer, ele se dá por iniciativas individuais ou, de acordo com Bramante (1997 apud Müller, 2002, p.12), a partir de ações de quatro setores: público, semi-público, privado, semi-privado.

Quanto ao setor público, compreende entidades ligadas aos governos e que se caracterizam pela realização de eventos gratuitos (ou de valor simbólico), abertos a todos e sem fins lucrativos. Com referência ao setor semi-público, abrange entidades de direito

privado que, no entanto, se assemelham no entendimento do poder público. É o caso do SESC e do SESI. Com relação ao setor semi-privado, abrange entidades sem fins lucrativos, com estatutos dirigidos ao atendimento de associados: são os clubes sociais, recreativos, esportivos. Quanto ao setor privado compreende empreendimento no campo do lazer, com objetivos de lucro financeiro, representado por academias, cinemas, teatro, indústria cultural, etc.

Ao nos referirmos a lazer e espaço público, logo vem à imagem a dimensão coletiva, com o ser humano como parte de um todo. Entretanto, com a urbanização acelerada e a exclusão econômica, a tendência é ver as áreas públicas coletivas como mais uma mercadoria, um bem econômico a ser usufruído por poucos.³

Barreto (2002) explica que os usuários têm uma relação dicotômica com o espaço público, ou seja, ou o indivíduo se apropria do espaço público ou faz uso equivocado desse espaço.

A preservação, que equivale à não-destruição, portanto à não-transgressão, só pode ser observável na medida do interesse e autocontrole de pequenos grupos, como bairros, aldeias ou cidades pequenas. (BARRETO, 2002, p.52).

Müller (2002) chama a atenção, afirmando que é preciso, além do poder público, que a comunidade assuma sua parcela de responsabilidade na gestão dos espaços de lazer, como aponta Barreto (2002, p.52). Assim, na administração do espaço urbano, na medida em que a população busca novas experiências de lazer, o grande impasse estará em estabelecer o equilíbrio inteligente entre o seu uso e a sua preservação. (BRAMANTE, 2001). Para esse autor, “Não bastam belas instalações se, frente às dificuldades de escolha e adesão espontânea, não se estrutura uma programação que atraia os interesses de possíveis usuários.” (BRAMANTE, 2001, p.168). Nas palavras de Camargo (1986, p.69):

[...] todo equipamento de lazer, bem planejado, prevê investimentos não apenas de construção como de manutenção e animação. [...] esses espaços são criações artificiais de uma política cultural, que

³ “O termo público tem variado significados. De um lado, está associado ao conceito de estatal, gerido pelo Estado (Governo), nacional, estadual ou municipal. Também está associado ao uso público, das pessoas em geral, portanto do uso coletivo.” (BARRETO, 2002, p.38)

precisa ser traduzida concretamente numa programação que atenda as necessidades da população e, assim, seja por ela sentida.

As ofertas de lazer por parte dos órgãos públicos devem trabalhar na perspectiva da educação para e pelo lazer, contemplando a todos; devem ser ricas, equilibradas e diversificadas em conteúdos culturais (STAFIM)⁴, nos gêneros (prática, fruição, e conhecimento) e nos níveis (de conformista para crítico e criativo). (MÜLLER, 2002). Bramante (2001, p.171) complementa: “[...] principalmente na recreação pública, cada vez mais o sucesso dos serviços estará diretamente ligado ao nível de participação da comunidade beneficiada pelo mesmo, tanto na fase de planejamento como na execução e na avaliação.”

Cada vez mais é comum observarmos a substituição do bairro pelo condomínio fechado, dos espaços públicos de lazer pelos clubes e centros de entretenimento, das ruas pelos *shopping centers*⁵, em busca de espaços em que supõe-se que haja maior segurança.

Corrêa (2002, p.13) enfatiza:

A idéia original de espaço público como um lugar onde todos têm acesso vem se perdendo para a construção ideológica de “público privado”, ou seja, lugar onde todos que tem um dado poder aquisitivo, vestimentas, linguagem, entre outros aspectos, podem frequentar.

⁴“Pode ser associada a uma gíria, no mínimo regional, através da qual uma pessoa convida a outra para fazer uma tarefa qualquer: “Tu está a fim de ...?” ou “STÁ a FIM?”. Tem sido um recurso acadêmico para fixar os termos e entender a abrangência do lazer.” (MÜLLER, 2002, p.11)

⁵ A expansão dos *shoppings centers* no Brasil, dissemina-se no início da década de 1980, conhecida como “década perdida”, com um modelo econômico concentrador de capital que, excluindo a maior parcela da população brasileira não detentora da riqueza, volta-se para os estratos de renda mais elevados, oferecendo-lhes cada vez mais opções de compra e lazer. (COSTA, 2003). Além disso, “[...] os *shopping centers* estão incorporando cada vez mais espaços dedicados ao entretenimento daqueles que os visitam; a onda de conscientização e preservação ecológica já vem sendo explorada comercialmente pelos chamados acampamentos rústicos e a nova ‘indústria’ do eco-turismo etc.” (BRAMANTE, 2001, p.175)

Assim, os *shopping centers* têm sido vistos como um retorno ao espaço protegido das cidades pequenas, onde tudo era familiar e pleno de certezas. A este respeito, Barreto (2002, p.52) reflete que:

[...] os *shopping-centers* oficiam como pequenas cidades medievais, onde há comércio e serviços essenciais (correios, telefones, pronto socorro), onde os pais deixam as crianças sem temor à violência urbana (incluído o trânsito), onde os jovens vão porque sabem que, mesmo sem marcar, encontrarão conhecidos, como fazem seus pares nas praças das pequenas cidades do interior.

Por outro lado, os *shopping centers* são espaços integrantes do setor privado que assumem, segundo Corrêa (2002, p.13), a característica de público, em função de sua visibilidade; no entanto, nem todos têm acesso para além da fachada, tornando-se um “espaço público virtual”, que visa ao consumo em detrimento do lazer.

Pinto (2002, p.15), conclui que:

[...] os *shoppings* e as grandes galerias, como signos da vida contemporânea, são lugares que não só ampliam as possibilidades de compra e venda, como também de escolha, de otimização do tempo e do próprio espaço para a vivência de diferentes conteúdos culturais no lazer.

Sendo assim, uma sociedade moderna deve se preocupar com os espaços de lazer para a população idosa, e, para isso, é importante que proporcione facilidade de acesso e disseminação da prática de uso nesses espaços, estimulando eventos, passeios, atividades artísticas e culturais e roteiros destinados aos idosos.⁶

Porém, como constata Andrade (2001, p.97) “[...] no Brasil e em outros países em estado de economia e de problemas sócio-políticos assemelhado, pouco se planeja para viabilizar o exercício cotidiano e freqüente do lazer, colocando-o ao alcance especialmente nas faixas juvenil e da terceira idade.”

⁶ Alguns municípios como Ribeirão Preto e Monte Alto no Estado de São Paulo, têm legislação específica quanto aos espaços de lazer para idosos. Mais informações disponíveis em: <http://www.pbh.gov.br/leisdeidosos/são_paulo/ribeirão_preto/ribeirãopreto-leis.htm> e <<http://www.caramontealto.sp.gov.br/informativo/ata-02.htm>>. Acesso em: 03 abr.2003.

Os espaços de convívio deveriam constar no Plano Diretor dos Municípios e serem planejados conforme suas funções: a estético-paisagística, social ou de lazer, impondo-lhes características próprias, como o tamanho da área que deverá ocupar, as espécies vegetais que devem ser empregadas, as condições locais de topografia de solos, de clima, a disposição e existência de equipamentos urbanos (bancos, lixeiras, luminárias e outros), do tipo de piso mais adequado, os equipamentos a serem utilizados e respectivos distribuição.

Para os idosos, “A freqüência a lugares públicos induz à participação em novas atividades suscitando, assim, o sentimento de pertencer a um espaço e a um grupo caracterizado pela vontade de envelhecer ativamente, criando um novo emprego do tempo livre”. (PEIXOTO, 1997, p.45).

Camargo (1986, p.58) também afirma: “A instituição da aposentadoria, aliada ao aumento da esperança de vida, criou um novo segmento etário de indivíduos, os aposentados, sem a premência do trabalho profissional e, conseqüentemente, dispondo de maior tempo livre.” França (1999, p.22), no entanto, questiona: “Uma vez que o lazer normalmente é um contraponto ao trabalho, mas ao mesmo tempo uma prática às vezes rara e inatingível para alguns, como as pessoas irão de um dia para outro substituir a vida de obrigações por uma vida de lazer?”

Ainda França (1999, p.23) afirma:

O planejamento de vida que preveja a distribuição do tempo e mudanças necessárias relativas à afetividade, à vida familiar, ao lazer, à participação sócio-comunitária e um trabalho remunerado ou voluntário permite enfrentar objetivamente as condições frustrantes a que muitos aposentados se vêem expostos.

O envelhecimento populacional provoca a transformação da velhice em um problema social complexo acompanhado pela busca de mudança nos discursos e práticas inclusive no que respeita ao lazer.

A utilização das áreas de lazer institucionais pelos idosos permite mostrar “múltiplos olhares”, para abordar o lazer e o turismo em torno do reconhecimento que os definem como direitos fundamentais proclamados na Declaração Universal dos Direitos

Humanos. Os espaços de lazer na medida em que ganham identidade, são possuidores de uma marca e uma história, e trazem consigo um sentimento de pertencimento.

A definição e redefinição do espaço urbano vai se processando à custa das mais diferenciadas sensações humanas. A apropriação do prazer se dá, então, em alguns lugares determinados, durante horários específicos e, assim, as pessoas vivenciam a sensação da superação, pelo menos em parte, de suas neuroses pessoais. (PORTUGUEZ, 2001)

Ainda, Portuguez (2001, p.10) considera:

A sensação de pertencer expressa no prazer de ser aceito como tal em algum lugar também se faz notar de forma clara nos espaços de consumo: boates e bares gays, clubes e praias naturistas, hotéis para mulheres de negócio, centros de recreação de terceira idade e muitos outros lugares, onde a senha de entrada é a semelhança com os demais freqüentadores e um certo sentimento de diferença em relação ao restante da coletividade.

A definição e redefinição do espaço urbano se dá, também, pela organização dos serviços oferecidos pelo poder público. Assim, Stella et. al. (2003, p.40) propõem que:

[...] as administrações municipais, através da articulação entre os órgãos de esporte e saúde, organizem serviços que ofereçam atividade física regular adequada à população idosa, além de apoiar a inclusão exercícios físicos nas programações dos Grupos de Terceira Idade existentes em muitos locais. Além disso, o poder público deve criar condições para que a população pratique atividade física no seu cotidiano, através da adoção de medidas que garantam segurança e conforto para os deslocamentos (arborização e conservação das vias públicas, faixas de pedestre, eliminação de barreiras arquitetônicas, construção de ciclovias, etc.) além de oferecer infra-estrutura adequada e suporte técnico para as pessoas que já fazem caminhadas regularmente, como uma ação de promoção da saúde física e mental.

Silva (1998, p.7) discorre sobre ações que devem ser efetivadas nos espaços de lazer e turismo visando à Terceira Idade dizendo:

São demandas relativas a práticas desportivas, programas culturais, remoções de barreiras arquitetônicas em hotéis, restaurantes, teatros, cinemas e *shopping centers*, ou ações que possibilitem o direito de ir e vir, principalmente se transportando de um destino ao outro, como turista, sem restrições e sem temer a relação entre velhice e busca de prazer. O idoso tem pressa, sua, perspectiva temporal é curta por isso a ação necessita urgência.

As ações públicas e privadas em prol dos idosos levam em conta a tomada de consciência desses indivíduos quanto às suas necessidades e direitos e se aproveitam do seu associativismo em Grupos de Idosos de Terceira Idade que “são basicamente Grupos de lazer, onde novas modalidades de atividades físicas, manuais, artísticas e intelectuais são vividas.” Conforme Camargo (1986, p.60). “Assim, cada vez mais surgem empresas que procuram atender a faixa etária dos idosos e muitas vezes com ênfase aos Grupos de Melhor Idade, identificados como um significativo mercado para o lazer, férias e cuidados com a saúde.” (TRIBE, 2003, p.219).

Apresentados os principais conceitos que embasam o presente trabalho e as reflexões que se estabelecem na sua discussão, no tópico seguinte será discutida a questão do lazer dos idosos e a cidade, com ênfase para a de Rio Claro, da qual se apresenta as atividades de lazer em diferentes espaços e a distribuição espacial na malha urbana da cidade.

Como podemos observar, muitas são as atividades de lazer desenvolvidas por idosos em Grupo ou individualmente na cidade, assim apresentaremos as atividades de lazer dos idosos na cidade de Rio Claro-SP.

As atividades de lazer em diferentes espaços – Um estudo de caso em Rio Claro-SP

O presente artigo estudou as atividades de lazer dos grupos de idosos organizados no município de Rio Claro / SP, visando colaborar com os debates sobre esse tema, com a elaboração de propostas de políticas públicas de lazer. O parâmetro para a aquisição de dados no campo baseou-se nas entrevistas realizadas sob dois enfoques principais: os Grupos de Idosos, representados por seus 36 coordenadores, e os idosos participantes destes grupos,

representados por 159 sujeitos de ambos os sexos, com 60 anos ou mais, selecionados aleatoriamente em 34 grupos ativos em 2004.

Como as atividades de lazer são muito variadas, adotou-se a classificação do sociólogo francês, Jofre Dumazedier (1973, 1975, 1980), complementada por Camargo (1986) e Schwartz (2002). O primeiro autor classifica as atividades de lazer em: físicas, manuais, intelectuais, artísticas e sociais, o segundo autor complementa com as turísticas, e a terceira autora com as atividades relacionadas aos interesses virtuais. (Quadro 1).

As atividades relacionadas a assistir televisão e ouvir rádio constituem uma classe à parte nesta pesquisa, devido à falta de consenso entre os diversos autores quanto ao seu enquadramento nas outras categorias. De qualquer modo, devem ser consideradas como forma de lazer, posição que é corroborada por Andrade (2001, p. 123) quando ensina que:

O rádio AM e FM têm sido o grande difusor da sonoridade e da musicalização que atingem a atmosfera e a estratosfera, com fins de serviço e a serviço do lazer como tal. Suas programações cultural e comercial se constituem no suporte da sobrevivência de Grupos de Idosos e de orquestras, de conjuntos e de bandas de diferentes portes e níveis de qualidade.

As atividades de lazer mencionadas na pesquisa e que não puderam ser enquadradas em nenhuma das categorias mencionadas foram agrupadas como “outras”.

As atividades de lazer podem ser associadas aos espaços em que usualmente são praticadas. As respostas à entrevista feita com os idosos participantes dos grupos puderam ser agrupadas, segundo as classes do quadro 1 e por espaço preferencial (casa, cidade, outras cidades), resultando no Quadro 2.

Quando os dados das entrevistas são quantificados e representados graficamente nas figuras, 1, 2 e 3 há de haver a possibilidade de coleção de algumas informações importantes.

Quadro 1 – Classificação das atividades de lazer

Atividades de lazer de interesse físico	São as caminhadas, ginásticas, o esporte e atividades correlatas, ligadas a diversos estilos de vida.
Atividades de lazer de interesse manual	São as atividades ligadas ao prazer de manipular, explorar e transformar as naturezas. É a manipulação de objetos e produtos, e que com frequência são confundidos com os <i>hobbies</i> em geral.
Atividades de lazer de interesse artístico	É a prática e a assistência de todas as formas de cultura erudita quanto da cultura popular conceituada como arte.
Atividades de lazer de interesse intelectual	São as atividades com fonte de conhecimento, de informação, de aprendizagem. A ênfase central e a busca de prazer estão diretamente ligadas às atividades de raciocínio.
Atividades de lazer de interesse social	São as atividades de lazer que exprimem o interesse cultural centrado no contato com as pessoas. O elemento motivador é exatamente a promoção pronunciada de tais encontros, como festas, encontros em bares ou restaurantes, programas noturnos e, notadamente, os passeios e atividades turísticas em geral.
Atividades de lazer de interesse turístico	São as atividades que buscam a mudança de paisagem, ritmo e estilo de vida.
Atividades de lazer de interesse virtual	Além do uso da rede da internet de comunicação, outro elemento virtual que se tornou bastante evidenciado é o jogo virtual.
Atividades relacionadas aos meios de comunicação: televisão e rádio	São atividades com interesses multiculturais, significativos nos idosos. Destina-se a passar o tempo, a divertir a emocionar e a superar o tédio.
Outras	Não enquadradas nas anteriores

Fonte: Dumazedier (1975), Camargo (1986), Schwartz (2003), Melo; Alves Junior (2003), Lovisolo, (2004). Adaptada por Balsan, R. 2005.

Quadro 2 – Atividades de lazer praticadas pelos idosos entrevistados em diversos espaços de acordo com o interesse

Atividades	Em casa	Em Rio Claro	Outras cidades
Artísticas	Tocar sanfona	Exposições, shows, apresentações: orquestra e seresta, cinema e cantar	Shows e exposições de pintura e de flores
Intelectuais ²	Ler e jogar baralho	Jogar baralho	
Físicas	Bicicleta ergométrica e andar no quintal	Ginástica generalizada, hidroginástica, musculação e caminhar.	Voleibol
Sociais	Receber amigos e conversar	Encontro de idosos, dançar, trabalho voluntário e/ou associativo visita a parentes/amigos e bares//restaurantes.	Almoçar com os amigos e bailes
Turísticas	-	Passear; bares //Restaurantes e fazer compras*.	Passear, passear no shopping.
Virtuais		As atividades de interesse virtual não se destacam numericamente nessa pesquisa, talvez pelo fato de refletir ainda um período que não seja tanto das pessoas ligadas à era da comunicação.	
Manuais*		Trabalhos artesanais, culinária, costurar, e jardinagem.	
Meios de comunicação		"Ver televisão/filme" e "ouvir rádio/música" são entretenimentos que podem constituir um fato sem interesse cultural, mas se os idosos vêem ou ouvem é porque possuem significados para aqueles que praticam e muitas vezes pode ser passatempo. Dos programas avistados na televisão destacam-se em ordem: novelas, jornal/notícias, filmes e programas religiosos.	
Outros interesses ³	62% referem-se às atividades de cuidados e limpeza com o lar.	Bingo, ¹ igreja, cemitério, namorar, chácara, piscina, pescar, sauna e clube.	Atividades contemplativas (descansar, e admirar a natureza) e outras tais como: praia, chácara, pescar, piscina, igreja e bingo.

Fonte: Dados coletados pela autora nos meses mai./jun./julh./ago. de 2004

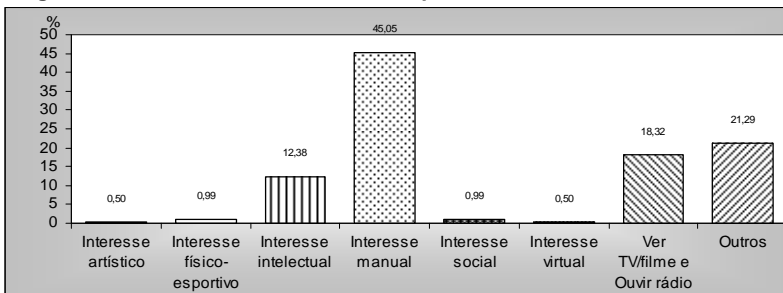
* Essa atividade ocorreu apenas dentro de casa

Quadro 2:

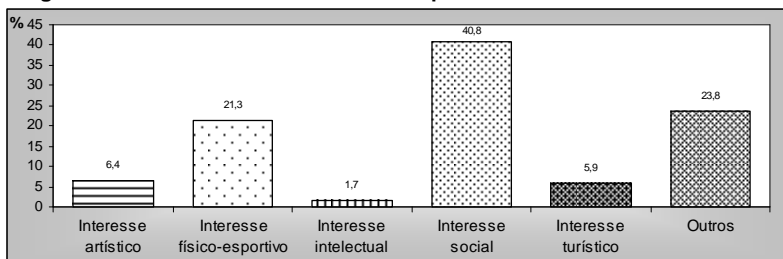
1 Classificamos o bingo como "jogos aleatórios ou de azar", pois Andrade (2001, p.149) enfatiza: " Na classificação dos jogos aleatórios ou de azar, incluem-se todas as atividades que envolvem brncadeiras ou tentativas de obtenção de sucesso, apesar da ocorrência ou da concorrência de circunstâncias incertas ou imprevisíveis."

2 As atividades de cunho intelectual são muito procuradas por grupos organizados de idosos. Depois de aposentados, eles têm a oportunidade de atender a certos desejos que, no decorrer da vida, não foram desenvolvidos, até pelas limitações estabelecidas pelo trabalho."

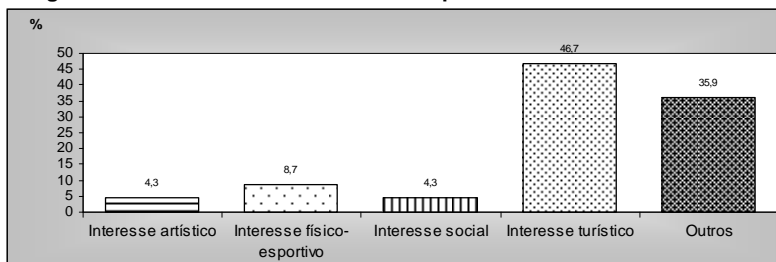
3 Concordamos com IVANOWICZ (2000, p.126) que, sobre o trabalho voluntário, enfatiza: "Os idosos se auto-realizam participando nos trabalhos sociais, comunitários e da própria família".

Figura 1 – Atividades de lazer realizadas pelos idosos em suas casas

Fonte: Dados coletados pela autora nos meses mai./jun./jul./ago. de 2004.

Figura 2 - Atividades de lazer realizadas pelos idosos em Rio Claro – SP

Fonte: Dados coletados pela autora nos meses mai./jun./jul./ago. de 2004.

Figura 3 – Atividades de lazer realizadas pelos idosos em outras cidades

Fonte: Dados coletados pela autora nos meses mai./jun./jul./ago. de 2004.

A primeira informação que salta à vista é que, em cada espaço, predomina um tipo de atividade. Em casa, os idosos basicamente realizam atividades manuais (artesanato, costura, cozinha e jardinagem) que, a rigor, dizem respeito à manutenção da casa mas que são entendidos como lazer pelos entrevistados. É destacável também a importância da televisão/rádio como forma de lazer doméstico, bem como os chamados interesses intelectuais que, no caso, certamente deve se ao jogo de baralho mais que à leitura, dado ao nível intelectual dos entrevistados já comentados. É também interessante notar não ser atividade comum de lazer o receber visitas para uma conversa em casa. Aparentemente, essa atividade social fica inerente aos encontros durante as reuniões de grupo. As caminhadas também se revestem de aspecto fundamental, sendo consideradas atividade importante.

A localização das principais atividades de lazer na cidade revela os espaços usados pelos idosos, desvendando sua territorialidade (Quadro 3, Figura 4).

Quadro 3 – Locais citados onde são realizadas as atividades de lazer de acordo com os interesses

Interesses turísticos 1	
Bares/Restaurantes: <i>Shopping Center</i> Rio Claro, churrasceria, restaurantes e pizzarias na cidade.	Compras: <i>Shopping Center</i> Rio Claro, Lojas no centro da cidade (rua 3).
Interesses físicos	
Caminhadas: Ruas da cidade (principalmente avenida 29), Lago Azul e Campus da UNESP	Hidroginástica: Academias da cidade, Sesi, Ginásio Municipal Felipe Karam, Centro Social Urbano João Rehder Neto, Centro Social Urbano Mitko Noveiro, Grêmio Recreativo dos Empregados da Fepasa, UNESP, Flordiana Tênis Clube
Interesses sociais	
Dançar: Grêmio Recreativo dos Empregados da Fepasa, Sociedade Beneficente Cultural Dançante Veteranos, Abrigo da Velhice São Vicente de Paula, Grupo Ginástico Rio Clarense, Chácara Scatolim, Sesi e Sociedade Italiana.	Trabalho Voluntário: Casa Nossa Senhora, Rede de Combate ao Câncer, Associação dos deficientes de Rio Claro, Abrigo da Velhice São Vicente de Paulo, Casa das Irmãs, Lar Espírita Esperidião Prado, Circulo Operário, Clube de Mães Pão dos Pobres, Centro Social Bom Jesus, Pastoral da Caridade – Paróquia Divino Espírito Santo, Igreja Santa Cruz, Clube de mães das igrejas: Bom Jesus, Santo Antônio, Sant'Ana. Visitar doentes
Interesses artísticos	
Apresentação da orquestra: Centro Cultural Roberto Palmari e Sociedade Filarmônica Rio-Clarense. Cinema: <i>Shopping Center</i> Rio Claro.	Cantar: Grupo de Idoso Reviver Exposições de Artesanato: Estação Ferroviária, Jardim Público e Qualquer lugar. Seresta: Praça Dalva de Oliveira e Jardim Público. 2
Interesses intelectuais	
Jogar Baralho: Casa de Amigos e Centro Social Urbano João Rehder Neto.	
Outros interesses	
Bingo: Bingo Rio Claro, Bingo Real, Casa de amigos, Abrigo da Velhice São Vicente de Paulo, Lar Bethel, e Samuca. Chácara: Ferraz, Ajapi e Particular, Ir ao Clube: Flordiana Tênis Clube, Clube de Campo de Rio Claro. Pescar: Bairro Assistência, Rio Passa Cinco;	Igreja: Matriz, Bom Jesus, Aparecida, Sant'ana, Santa Cruz, São José Operaria, São Judas Tadeu, Boa Morte, Imaculada, Luterana, Mãe Preta, Nossa Senhora da Saúde, Quadrangular, Santa Rita, São Benedito e Testemunhas de Geová Piscina: Clube de Campo de Rio Claro e Centro Social Urbano João Rehder Neto; Sauna: Centro Social Urbano João Rehder Neto

Fonte: Dados coletados pela autora mai./jun./jul./ago. 2004

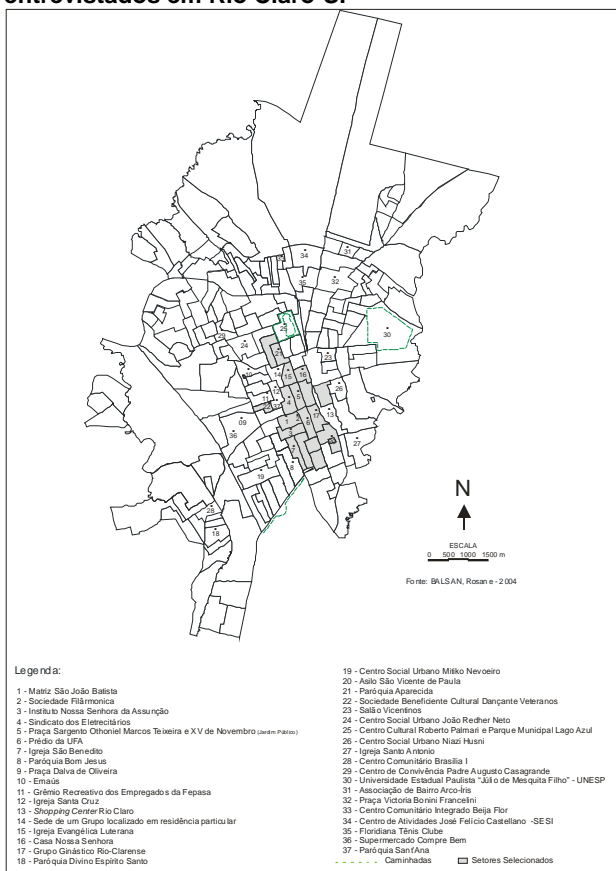
1 A própria cidade de Rio Claro é, em escala social, o principal espaço turístico. Assim, independente de como se julgue seu valor cultural ou histórico considerou-se as atividades praticadas constituindo como itens principais do turismo local.

2 A Praça Dalva de Oliveira e o Jardim Público destacam-se ou por seu valor simbólico, pelo lado paisagístico ou até mesmo por que existem políticas públicas voltadas para atividades direcionadas aos idosos.

Constata-se que boa parte dos locais freqüentados pelos idosos, na cidade de Rio Claro, estão no centro ou próximo dele, como é o caso da freqüência a restaurantes, compras e dança em clubes.

Outras atividades, pela própria natureza, têm maior dispersão na malha urbana, ampliando, dessa forma, o território dos idosos (Figura 4), como a freqüência às igrejas e o trabalho voluntário.

Figura 4 – Espaços freqüentados pelos idosos entrevistados em Rio Claro-SP



É necessário ressaltar que nem todos os idosos frequentam todos os lugares o que implica em territórios individuais diferenciados e, muitas vezes, em uma certa segmentação do território por grupo de pessoas uma vez que, para os idosos, o fator locomoção/deslocamento é limitante.

Os componentes dos territórios dos idosos não apresentam muita diversificação: a) sedes dos Grupos de Idosos; b) igrejas; c) locais de práticas desportivas (caminhada e hidroginástica); d) locais de lazer onde se realizam bailes e apresentações musicais.

Exceto para caminhadas, em que, pelo fato de ser uma cidade predominantemente plana, praticamente toda a área urbana poderia ser considerada adequada, para outras atividades que requerem equipamentos públicos ou especiais ou, ainda, a organização a partir do poder municipal, Rio Claro deixa a desejar.

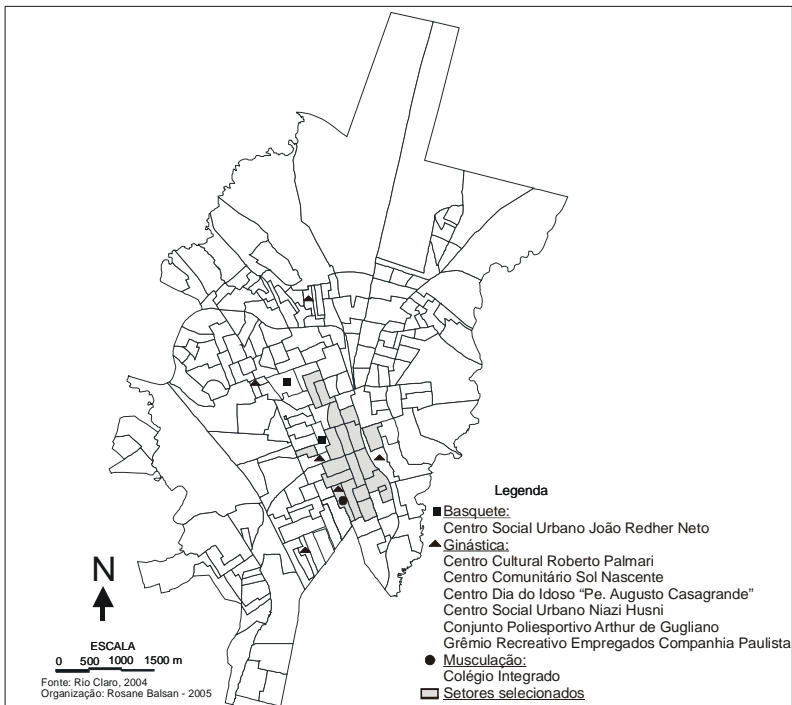
As atividades físicas direcionadas para idosos oferecidas pela prefeitura dividem-se em apenas três modalidades: basquete, ginástica e musculação, e se espalham pelos próprios espaços municipais da cidade. (Figura 5).

As práticas esportivas e outras formas de lazer podem fomentar a integração social e a participação do idoso, desenvolvendo hábitos saudáveis e maior controle do corpo. A localização dessas atividades é fundamental uma vez que implica a locomoção do idoso, fato que assume importância, em função especialmente das deficiências do transporte coletivo. Assim uma coordenadora se manifesta sobre dois importantes espaços de lazer que ficam no centro da cidade:

As áreas de lazer interessantes são a Praça Dalva de Oliveira e o Jardim Público. Só acho algumas coisas: A prefeitura teria que fazer uma praça, por exemplo, no Cervezon, outra no Guanabara. Elas estão bastante no centro, tudo muito no centro.

Por exemplo o [show na] Praça Dalva de Oliveira é um horário bom das 18:00 às 20:00 horas, mas não tem muita gente idosa lá porque tem um problema – [os filhos dizem] Ai, mãe, agora não dá para levar vocês. Para ir a pé é muito longe. Enfrentar ônibus, nem sempre tem ônibus que passa próximo. Então fica aquela - pedir para a família.

Figura 5 – Locais das atividades físicas e esportivas oferecidas aos idosos pela Prefeitura de Rio Claro-SP – 2004



Ainda sobre a infra-estrutura: "Precisa um sanitário na Praça Dalva de Oliveira. As pessoas idosas elas estão sempre precisando, nem que ficasse fechado, mas, abra-se na hora do show, da festa, do baile".

Como se pode observar, os idosos entrevistados têm interesses diversificados que poderiam ser potencializados com a oferta de diversas atividades de lazer.

Ao serem entrevistados sobre se fariam algum curso, 60% dos idosos informaram que não gostariam de fazer qualquer curso e muitos foram os comentários: "eu já estudei tudo o que tinha que estudar", "já fiz vários", "agora quero descansar." Dos que manifesta-

ram interesse há nítida preferência para os cursos: manuais (artesanato), seguido pelos de caráter intelectual como informática e alfabetização. (Tabela 1).

Tabela 1 – Cursos que os idosos gostariam de fazer

Tipo de curso	Número absoluto	Percentual
Artesanato	21	26,92
Informática	9	11,54
Culinária	7	8,97
Alfabetização	6	7,69
Instrumentos musicais	6	7,69
Outros	6	7,69
Estudar +	5	6,41
Pintura	5	6,41
Cursos técnicos/profissionalizantes	4	5,13
Cursos universitários	4	5,13
Idioma	3	3,85
Dança	2	2,56

* O total de 100% corresponde ao número de respostas (78) obtidos em 64 sujeitos entrevistados.

Fonte: Dados coletados pela autora nos meses mai./jun./jul./ago. de 2004.

Quando questionados sobre que atividades de lazer gostariam de praticar individualmente, predomina o interesse físico-esportivo em relação às aspirações futuras das atividades de lazer seja pessoal ou para o Grupo de Idosos. (Tabela 2 e 3).

Com base nos comentários durante as entrevistas verifica-se que os cursos ou qualquer outra programação no Grupo de Idoso devem ser adequados ao tempo, à satisfação, ao aprendizado de novos conhecimentos e à aquisição de novas experiências.

Dos 159 participantes, 47 (29,56%) não gostariam de fazer nenhuma atividade e para os demais, predomina como já citado, a atividade esportiva.

Tabela 2 – Atividades de lazer que os idosos gostariam de praticar

Respostas	Número absoluto	Percentual
Caminhar	64	57,1
Passear mais/viajar	25	22,3
Outros	10	8,9
Tocar instrumentos musicais	5	4,5
Costurar	4	3,6
Baile/Dançar	4	3,6

O total de 100% corresponde a respostas (112) obtidas de 112 participantes.

Fonte: Dados coletados pela autora mai./jun./jul./ago. 2004.

Procuramos saber por que motivo os entrevistados não praticavam as atividades de lazer inspiradas, ficando evidente que, em relação à resposta sobre esporte, os fatores limitantes eram a saúde e o fator econômico. O interesse turístico vem como segunda atividade mais citada, sendo que os idosos entrevistados gostariam de viajar mais, e que apenas não o fazem questões econômicas.

Em relação além das atividades atualmente realizadas no grupo, 51% dos sujeitos entrevistados que outras consideraria interessantes refere-se a “não precisar de atividades” e/ou “está bom”. Dos que gostariam que houvesse outras atividades (78 participantes) sugeriram algumas, dando ênfase para as atividades esportivas e passeios. (Tabela 3).

Tabela 3 – Atividades de lazer que os idosos gostariam de praticar nos Grupos

Tipo de atividades	Número absoluto	Percentual
Atividades esportivas	24	25,81
Palestras	14	15,05
Passeio	18	19,35
Artesanato	8	8,60
Baile/dança	8	8,60
Atividades intelectuais	5	5,38
Trabalho voluntário social	5	5,38
Cursos	4	4,30
Festas	3	3,23
Atividades extra-espacos do grupo	2	2,15
Bingo	2	2,15

O total de 100% corresponde ao número de respostas (93) obtidas de 78 sujeitos participantes.

Fonte: Dados coletados pela autora mai./jun./jul./ago. 2004.

Como se pode constatar são aspirações muito simples que refletem a mesma simplicidade dos entrevistados e que poderiam, em grande parte, ser atendidas pelo poder público, ou por melhor organização dos grupos. O poder público oferece algumas oportunidades, entretanto, 57% dos entrevistados citaram como não conhecer ou não saber de sua existência. Do restante que as sabem, apenas 47% delas participa ativamente. Dados que demonstram a falta de divulgação e/ou interesse dos idosos.

Indagados sobre o que falta para melhorar o lazer dos idosos na cidade, os coordenadores listam:⁷

- melhorar a oferta de apresentações musicais e shows, inclusive serestas e bailes para a Terceira Idade;
- haver um lugar melhor para a reunião dos idosos;
- incentivar o esporte entre idosos além das caminhadas disponibilizando piscinas aquecidas, quadras esportivas nos finais de semana.
- oferecer cursos de informática, culinária e costura.
- proporcionar passeios em grupo com atividades esportivas e/ou culturais mesmo em espaços do município como a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade a Usina Hidrelétrica do Corumbataí e do Lago Azul.

Considerações finais

As opções das atividades de lazer na cidade que vão desde os parques e reservas ecológicas às festas típicas, todos estes promove o bem estar de idosos e contribui na qualidade de vida. O estudo das atividades de lazer na cidade de Rio Claro-SP revelou que puderam ser agrupadas, segundo o interesse (físico, manual, artístico, intelectual, social, turístico, virtual, aos meios de comunicação e outras) e por espaço preferencial (casa, cidade, outras cidades). Apresenta-se os componentes dos territórios dos idosos, ressaltando-se as sedes dos Grupos de idosos, as igrejas, os locais de práticas desportivas e os locais onde se realizam bailes apresentações musicais. Também este estudo, revela a necessidade de ampliar as vagas e oportunidades físicas, esportivas, recreacionais e de lazer, promovendo atividades físicas, esportivas e lazer em espaços institucionalizados, tais como, a Floresta Estadual Edmundo Navarro de Andrade, Parque Municipal Lago Azul, Antiga estação ferroviária e outros espaços nos bairros periféricos.

7 Entrevistas realizadas nas seguintes datas: 11/05/2004, 08/06/2004, 10/06/2004, 11/06/2004, 12/05/2004, 12/06/2004, 15/06/2004 e 03/07/2004.

Abstract: The population aging constitutes one of the biggest conquests of the present century. To be able to arrive at an advanced age is not more a privilege of few people. Inherit an active longevity is a result as much of the biological background of the person concerned as the way of life, work, feeding and leisure. In the first part of the text, a brief discussion is presented about the city and the leisure's activities. After that, the case study in the city of Rio Claro-SP is justified.

Keywords: City. Elderly. Leisure. Rio Claro-SP.

Referências bibliográficas

ANDRADE, José Vicente de. **Lazer: princípios, tipos e formas na vida e no trabalho**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 199p.

BARRETO, Margarita. "Espaço público: usos e abusos". In: YÁZIGI, Eduardo; CARLOS, Ana Fani Alessandri; CRUZ, Rita de Cássia Ariza.(Org.). **Turismo: espaço, paisagem e cultura**. São Paulo: Hucitec, 2002. p.38-54.

BONALUME, Cláudia Regina. "O lazer numa proposta de desenvolvimento voltada à qualidade de vida". In: LAMARTINE, Ademir Pereira da Costa (Org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNIS, 2002. p. 87-212.

BRAMANTE, Antonio Carlos. "Recreação e lazer: o futuro em nossas mãos". In: GEBARA, Ademir et. al. **Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI**. 6. ed. Campinas: Papyrus. 2001. p.161-180.

_____. "Perspectivas para o lazer: mercadoria ou sinal de utopia?" In: GEBARA, Ademir et al. **Educação Física & Esportes: perspectivas para o século XXI**. Campinas: Papyrus. 1992. p.181-196.

COSTA, Kátia Cristina Ribeiro. **O centro de Recife e suas formas comerciais: transformações e persistências**. 2003. 196f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2003.

DUMAZEDIER, Jofre. **Valores e conteúdos do lazer**. São Paulo: Perspectiva, 1980.

_____. **Lazer e cultura popular**. São Paulo: Perspectiva.1973.

_____. **Questionamento teórico do lazer**. Porto Alegre: Departamento de Planejamento Pesquisa e Laboratório do CELAR/PUCRS, [1975?], 73p.

FRANÇA, Lucia. "Preparação para a aposentadoria: desafios a enfrentar". In: VERAS, Renato (Org.). **Terceira Idade: alternativas para uma sociedade em transição**. Rio de Janeiro: Relume -Dumará, 1999. p.11-34.

LOVISOLO, Hugo. "Mídia, lazer e tédio". **Revista Brasileira de Ciência da Comunicação**, São Paulo, v. 26, n.2, p.13-19. jul./dez. 2004

MÜLLER, Ademir. "Lazer, desenvolvimento regional: como pode nascer e se desenvolver uma idéia". In: MÜLLER, Ademir; LAMARTINE Pereira da Costa (Org.). **Lazer e desenvolvimento regional**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 9-40.

PEIXOTO, Clarice. "Terceira Idade: De volta às aulas ou de como ser estudante aos 60 anos". In: VERAS, Renato P. **Terceira Idade: Desafios para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro: UNATI: UERJ. 1997. 192p.

PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. "Lazer e estilos de vida: reflexão e debate na perspectiva da 'virada' da contemporaneidade". In: BURGOS, Miria Suzana; PINTO, Leila Mirtes Santos de Magalhães. (Org.). **Lazer e estilo de vida**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p.9-26.

PORTUGUEZ, Anderson Pereira. **Consumo e espaço: Turismo, lazer e outros temas**. São Paulo: Roca, 2001. 135p.

ROLNIK, Raquel. "O lazer humaniza o espaço urbano". In: SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO; ASSOCIAÇÃO MUNDIAL DE LAZER E RECREAÇÃO (Org.). **Lazer numa sociedade globalizada**. São Paulo: SESC/WRLA, 2000. p.179-184.

SCHWARTZ, Gisele Maria. O conteúdo virtual do lazer: contemporizando dumazedier. LICERE. **Revista do centro de estudos de lazer e recreação**, Belo Horizonte, v. 6, n.2, p. 23-31, 2003.

_____. "Homo expressivus: as dimensões estética e lúdica e as interfaces do lazer". In: BRUHNS, Heloisa Turini. (Org.). **Temas sobre lazer**. Campinas: Autores associados. 2000. p.87-99. (Coleção educação física e esportes).

SILVA, Fátima Sueli de Souza. **O comportamento psicossocial do turista na terceira idade**. 1998. 74f. Dissertação. (Mestrado em Ciências da Comunicação, Propaganda e Turismo). Escola de Comunicações e Artes. Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

STELLA; Florindo et. al. "Depressão e atividade física no idoso". MOTRIZ: **Revista de Educação Física**, Rio Claro, v.9, n.1, p.40, jan./abr. 2003. Suplemento.

TREIBE, John. **Economia do lazer e do turismo**. 2. ed. São Paulo: Manole, 2003. 44p.

GEOGRAFIA CRÍTICA E PAULO FREIRE: UM DIÁLOGO A PARTIR DO ENSINO DA GEOGRAFIA E DA EDUCAÇÃO “PROBLEMATIZADORA”

Cleder Fontana¹

Resumo: Este trabalho busca fazer uma reflexão sobre as possíveis afinidades entre o ensino de Geografia Crítica e a Educação “Problematizadora”, a partir, respectivamente, da Geografia Crítica e de Paulo Freire. Para isso, levar-se-á em conta as características destas duas correntes, considerando que as mesmas possuem importantes convergências em termos de formulações, na busca de responder a problemas semelhantes. Aqui parte-se do entendimento de que a Educação “Problematizadora” é importante para a formação escolar e que da forma como foi elaborada por Paulo Freire, pode contribuir para a formação crítica nos cursos de licenciatura em Geografia.

Palavras-chaves: Geografia. Geografia Crítica. Educação “Problematizadora”.

Introdução

Este texto é parte da reflexão apresentada como Trabalho de Conclusão do Curso de Licenciatura Plena em Geografia na UFPel, no segundo semestre letivo de 2005. Em relação à redação daquele trabalho existem algumas alterações, em primeiro lugar, pelas observações feitas pelos professores da banca examinadora e, em segundo lugar, em função da estrutura exigida pela publicação na forma que agora se apresenta.

Aqui parte-se da problemática de quem acredita no potencial do ser humano enquanto sujeito de sua história. A historicidade dos seres humanos, aliás, que deve ser um dos temas centrais de qualquer discussão que leve em conta tanto a Geografia Crítica como Paulo Freire. Pensando acerca disso é que se propõe uma reflexão a partir destes dois mundos teóricos.

Assim, este trabalho propõe um diálogo entre a Geografia Crítica e Paulo Freire como complementares para a formação de Licenciatura em Geografia. E, desta forma, o objetivo do mesmo é, a

¹ Mestrando em Geografia do programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Rio Grande-FURG

E-mail: clederfontana@yahoo.com.br

partir dos dois mundos teóricos, elucidar alguns pontos convergentes entre ambos e visualizar para onde os mesmos apontam.

O estudo que está sendo proposto aqui pretende, rapidamente, examinar o movimento de renovação da Geografia vivido na segunda metade do século XX, para poder situar as duas correntes (Pragmática e Crítica) que nascem a partir do mesmo. A partir disso serão apontados quais os caminhos tomados por estas duas correntes em relação ao ensino da Geografia. Posteriormente será apresentada a concepção de Educação "Problematizadora" de Paulo Freire (1983 e 2002), que pensa-se possuir pontos convergentes com a Geografia Crítica, com a qual pode contribuir.

A renovação da Geografia

A partir dos anos cinquenta (século XX) a Geografia passava a viver momentos de crise, verdadeiros momentos de reflexão e questionamento, uma vez que a Geografia regional estava, de um lado, em decadência desde o fim dos anos trinta e as demais propostas existentes, de outro, não eram suficientes para explicar a realidade, os problemas vivenciados. Além disso, a tecnologia do pós Segunda Guerra necessitava ser incorporada ao conhecimento geográfico e, para que isso acontecesse, necessitava-se de novas propostas metodológicas.

Moraes (1997) cita três motivações para explicar e contextualizar as razões da crise vivida pela Geografia no início da segunda metade do século XX. A primeira diz respeito a que "havia se alterado a base social, que engendraria os fundamentos e as formulações da Geografia Tradicional" (Moraes, 1997, p. 94). Isso significa dizer que a realidade, as técnicas haviam mudado em relação às formulações, às concepções do que era a Geografia e do que passaria a ser nessa época. O segundo motivo da crise é que "o desenvolvimento do capitalismo havia tornado a realidade mais complexa" (Moraes, 1997, p. 95). A urbanização tornou-se um fenômeno que não pode ser desconsiderado, as atividades agrícolas passavam a ser mecanizadas. O espaço mundial tornou-se globalizado no que se refere à economia. Assim, a Geografia viu-se obrigada a fazer uso de tecnologias para fazer a análise do espaço. "De um instrumento elaborado na época do levantamento de campo, vai se tentar passar para o sensoriamento remoto, as imagens de

satélite, o computador” (Moraes, 1997, p. 96). O terceiro motivo da crise refere-se aos fundamentos filosóficos que davam sustento à Geografia Tradicional. O positivismo havia ruído, e a sua crise passa a ser parte da crise da Geografia, uma vez que esta buscava sustentação naquele.

Esses motivos fazem com que a Geografia Tradicional nos anos setenta entre em processo de decadência nos meios acadêmicos e escolares. Das propostas nascentes duas correntes se destacam: a Geografia Crítica e a Geografia Pragmática:

A divisão do movimento de renovação da Geografia em duas vertentes, a Crítica e a Pragmática, está assentado na polaridade ideológica das propostas efetuadas. O critério adotado é o da concepção de mundo dos autores, vista como decorrente de posicionamentos sociais e/ou engajamentos políticos. Assim, é pelo compromisso social, contido nas variadas perspectivas de análise renovadas, que se torna possível agrupá-las; noutras palavras pelo projeto histórico que vinculam, pela perspectiva de classe que professam, enfim pela ideologia que alimentam e pelos interesses concretos a que servem (MORAES, 1997, p. 99).

Na continuação de seu texto, Moraes (1997, p. 99) afirma que: “nas duas vertentes, aparecem posturas filosóficas, logo, fundamentos metodológicos, diversificados”. Esta afirmação é fundamental para entender o que diferencia estas duas vertentes. Já Sposito (2004, p. 15) preocupado com a questão do método na Geografia, e assim recorrendo a Filosofia, afirma que “há somente três métodos distintos e filosoficamente coerentes para o trabalho intelectual: são os métodos hipotético-dedutivo, dialético e fenomenológico”. A partir das considerações de Moraes e Sposito pode-se afirmar que as duas vertentes nascentes da Geografia possuem identificação e fazem uso de um método específico: a Geografia Pragmática do método hipotético-dedutivo e a Geografia Crítica do método dialético. E assim, uma vez que a Geografia Tradicional também fazia uso do método hipotético-dedutivo, a Geografia Pragmática avança em relação à primeira, mas em certos pontos, continua sendo a mesma. Assim, parece ser uma espécie de revolução reacionária.

Considerando a análise pretendida neste trabalho, faz-se necessário diferenciar a Geografia Crítica da Pragmática, por serem as mesmas, dois pólos epistemológicos conflitantes no que se refere

à concepção de Ciência Geográfica e também de ensino. E, como se isso não bastasse, os posicionamentos políticos da Ciência Geográfica, mais precisamente *a quem serve o conhecimento geográfico*, adotado por essas duas vertentes são antagônicos, o que exige caracterizá-los.

A Geografia Pragmática

A Geografia Pragmática em Santos (2002, p. 59) aparece como a renovação do após-guerra: a *New Geography*. Gomes (2000, p. 250), também chama esta corrente de Nova Geografia e afirma que a mesma deriva de influências do positivismo lógico nas ciências. Já Moraes (1997, p. 102), diz que este momento que pretende ser renovador possui influências do neopositivismo².

A Geografia Pragmática nasce em uma época em que o desenvolvimento tecnológico está andando a passos largos. Daí o porquê esta corrente vê nas anteriores um "caráter não-prático da Geografia Tradicional" (Moraes, 1997, p. 100). A Geografia Pragmática têm como finalidade criar uma tecnologia geográfica, que na verdade consiste na aplicação das tecnologias que estão sendo desenvolvidas à Geografia.

Desta forma, a Geografia Pragmática propõe superar o que se tem de Geografia até então, buscando uma ampliação do conhecimento geográfico³. O que aqui é de fundamental importância consiste em dizer por quem e para quem o conhecimento geográfico

² Pesquisando os verbetes neopositivismo e positivismo lógico em Abbagnano (1970), em ambos o autor nos remete a um terceiro verbete que é o empirismo lógico. E, sobre este, afirma que o mesmo é caracterizado pela "redução da filosofia à análise da linguagem". Assim, pode-se afirmar que Gomes e Moraes apenas usam uma terminologia diferente para caracterizar as influências filosóficas que a Geografia Pragmática possui.

³ Gomes (2000, p. 259), quando se refere aos geógrafos pragmáticos afirma que "todos esses autores são unânimes em afirmar que existe uma tradição na Geografia, dos estudos qualitativos ou monográficos, que deve ser descartada". Santos (2002, p. 60), diz que: "Os defensores dessa nova linha buscam deixar clara sua distância em relação a uma Geografia que, para muitos deles, não seria somente uma Geografia ultrapassada mas sobretudo uma 'não Geografia'". Isso caracteriza a intenção de ruptura desta corrente de Geografia em relação as anteriores.

vai ser aplicado, o que vai acabar denunciando um continuísmo do papel da Geografia.

Esta Corrente vai buscar na ciência Geográfica meios que justifiquem a sua importância, o que mantém a ideologia no conhecimento geográfico. Da mesma forma que Ratzel e La Blache⁴ faziam uma defesa de interesses de Estado, a Geografia Pragmática faz de uma classe específica, a burguesia.

Moraes (1997, p. 103 – 106) e Santos (2002, p. 63) entendem que esta corrente do pensamento geográfico se divide em três vertentes que são: a Geografia Quantitativa, a Geografia Sistêmica e a Geografia da Percepção⁵.

⁴ Friedrich Ratzel (1844-1904), geógrafo alemão, publicou em 1882, *Antropogeografia – fundamentos da aplicação da geografia à história*. É considerado a principal figura da escola determinista e legitimador das idéias expansionistas de Otto von Bismarck. Paul Vidal de La Blache (1845-1918), geógrafo francês, é considerado o pai do possibilismo e tinha, em suas reflexões, o objetivo de combater a geografia alemã de Ratzel. Estes autores viveram em um período, fortemente, influenciado pelo positivismo, onde a ciência, para ser verdadeira, deveria ser objetiva, neutra, racional. Na atualidade pode-se afirmar que Ratzel e Vidal fazem parte da Geografia Tradicional.

⁵ Para a primeira vertente “o temário geográfico poderia ser explicado totalmente com o uso de métodos matemáticos” (Moraes, 1997, p. 102). Pois estes “são considerados como os mais precisos, os mais gerais e os mais dotados de um valor de previsão” (Santos, 2002, p. 65). Desta forma, todos os temas referentes à Geografia poderiam ser expressos em termos numéricos através de cálculos, auxiliados pela estatística e pela informática. Já a segunda corrente “propõe o uso de modelos de representação e explicação, no trato dos temas geográficos” (Moraes, 1997, p. 103). Um exemplo que representa este tipo de pesquisa é o de von Thünen, que relaciona a localização da produção agrícola com a distância do mercado consumidor, é a teoria dos círculos concêntricos (Moraes, 1997, p. 104). Aqui é importante dizer que essas duas correntes da Geografia Pragmática não são totalmente separadas. No Brasil, inclusive, estas duas correntes articuladas recebem o nome de Geografia Teórica (Moraes, 1997, p. 105). Milton Santos (2002, p. 82), afirma que, segundo Reino Ajo, “apenas através do conhecimento matemático das equações que governam um sistema pode-se chegar à especificidade do seu comportamento”, o que esclarece a forma como estas duas vias se unem. A terceira proposta se aproxima da Psicologia. Para esta corrente “cada indivíduo tem uma maneira específica de apreender o espaço” (Santos, 2002, p. 91). Desta forma, busca-se entender como os homens percebem o espaço para, a partir disso, implementar modificações neste (espaço) conforme o comportamento já estudado.

A Geografia Pragmática é identificada com uma classe social, pois defende "a maximização dos lucros, a ampliação da acumulação do capital, a manutenção da exploração do trabalho" (Moraes, 1997, p. 108). Assim, o confronto de posição entre Geografia Pragmática e Geografia Crítica é antes de tudo uma opção política, uma defesa de classe social.

A Geografia Crítica

A Geografia Crítica é a segunda via de renovação do pensamento geográfico desenvolvido na segunda metade do século XX. Esta corrente de interpretação que busca entender em que consiste a Geografia, o papel desta Ciência e a quem deve servir o conhecimento geográfico, possui algumas ramificações como se encontra, por exemplo, em Gomes⁶. Entretanto, um dos fatos que caracteriza a Geografia Crítica é sua intenção de crítica às correntes de Geografia existentes anteriormente, tanto à Geografia Tradicional, como à Geografia Pragmática⁷.

Para desenvolver em que consiste a Geografia Crítica faz-se necessário situar de onde esta corrente surge, ou seja, qual o contexto histórico do início da década de 70 que leva a Geografia a elaborar um conjunto consistente de reflexões que passa a ser chamada de Geografia Crítica.

⁶ Gomes (2000, p. 274), ao tratar o que ele chama de crítica radical, que consiste na Geografia Crítica neste trabalho em questão, faz uma separação entre Geografia radical (Yves Lacoste) e uma corrente radical marxista anglo-saxã (Rodolphe De Koninck). A primeira trata-se de uma crítica à Geografia Tradicional afirmando que esta não via na Geografia os espaços políticos, já a corrente anglo-saxã fazia uma releitura de Marx e trazia para a Geografia conceitos deste. O que não acontece com Lacoste (2004, p. 140), pois o mesmo afirma categoricamente que: "A fraqueza do papel da análise marxista em Geografia, não é menos surpreendente. É preciso, de início, constatar o silêncio, o 'branco' em relação aos problemas espaciais, que caracteriza a obra de Marx". Isso permite a Lacoste (2004, p. 141), afirmar que os textos de Marx são a-espacial, o que faz com que na "Geografia a influência marxista parece ainda nitidamente menos forte do que em certas disciplinas, tais como a filosofia, a história, a sociologia (...)" (LACOSTE, 2004, p. 143). Assim, Lacoste, ao contrário do que acontece na corrente anglo-saxã, não busca em Marx conceitos pra explicar o espaço.

⁷ Cf. Gomes, 2000, p. 279 e Moraes, 1997, p. 112.

Ela se enraizou e floresceu num contexto de revisão de idéias e valores: o maio de 1968 na França, as lutas civis nos Estados Unidos, os reclames contra a guerra do Vietnã, a eclosão e a expansão do movimento feminista, do ecologismo e da crise do marxismo (...). E ela se alimentou de muito do que já havia sido feito anteriormente, tanto por parte de alguns poucos geógrafos quanto por outras correntes de pensamento que podem ser classificadas como críticas. Desde o seu nascedouro, a Geografia crítica encetou um diálogo com a Teoria crítica (isto é, com os pensadores da Escola de Frankfurt), com o anarquismo (Réclus, Kropotkin), com Michel Foucault, com Marx e os marxismos (em particular os não dogmáticos, tal como Gramsci, que foi um dos raros marxistas a valorizar a questão territorial) (...). Mas ela principalmente representou uma abertura para -- e um entrelaçamento com -- os movimentos sociais: a luta pela ampliação dos direitos civis e principalmente sociais, pela moradia, pelo acesso à terra ou à educação de boa qualidade, pelo combate à pobreza, aos preconceitos de gênero, de cultura/etnia e de orientação sexual, etc (VESENTINI, 2005).

Esta corrente foi elaborada tendo como principal fonte Yves Lacoste com a obra *A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*, de 1976. No mesmo ano, na França e também com Yves Lacoste, iniciou-se a publicação da revista *Hérodote*. Esta serviu como meio de discussão e divulgação dos “princípios” da corrente nascente no pensamento geográfico. A revista norte-americana *Antipode* criada em 1969 também era um meio concentrador de geógrafos que pretendiam difundir tal teoria.

A Geografia Crítica ao fazer a crítica às correntes anteriores apresenta o caráter político que o espaço tem e busca para a Geografia a responsabilidade de construir aquilo que Milton Santos (2002, p. 267) chama de “o espaço de toda a gente e não o espaço a serviço do capital e de alguns”.

Por que a construção de um espaço que sirva a todos? E o que é mais difícil: Como? Baseado em o quê? E em quem? Moraes (1997, p. 112), afirma que a construção da Geografia Crítica se dá a partir do momento em que:

(...) os autores se posicionam por uma transformação da realidade social, pensando o seu saber como uma arma deste processo. São, assim, os que assumem o conteúdo político do conhecimento científico, propondo uma Geografia militante, que lute por uma sociedade mais justa. São os que pensam a análise geográfica como um instrumento de libertação do homem.

A mesma libertação do homem que fala Paulo Freire. Libertação da opressão causada pela desigualdade social. Freire vê o homem em permanente processo de libertação possibilitado pela educação, sendo esta, por sua vez, progressista. Pitano (2004, p. 12), quando se refere a Freire, afirma que o mesmo é "um obstinado educador em busca da autonomia e da liberdade das pessoas". O que permite afirmar que existem pontos convergentes entre a Geografia Crítica e Paulo Freire e que estes servem como pilares para a construção de uma sociedade mais justa.

Os geógrafos da Geografia Crítica explicitam o caráter ideológico⁸ que sempre foi desenvolvido pela Geografia até então, mas que nunca chegava ao conhecimento da grande maioria da população. É a partir disso que Lacoste afirma sempre ter existido um conhecimento geográfico relacionado a quem possui o poder, ou seja, o conhecimento do território sempre foi fundamental para a manutenção do poder sobre o mesmo⁹.

As primeiras colocações no sentido de denúncia das desigualdades sociais existentes e que vai servir como referência inicial para a construção da Geografia Crítica, enquanto busca da superação das desigualdades sociais, encontra-se nas obras: *Geografia da fome* (Josué de Castro) e *Geografia do subdesenvolvimento* (Yves Lacoste)¹⁰.

A partir desta breve apresentação das correntes da Geografia, onde entende-se que, de modo geral, pode-se ver que

⁸ Um exemplo do caráter ideológico do saber geográfico se refere à ligação das teorias de Ratzel e La Blache e a defesa do Estado alemão e francês, respectivamente. Para Moraes (1997, p. 113), "os geógrafos críticos apontaram a relação entre a Geografia e a superestrutura da dominação de classe, na sociedade capitalista". Outro fato, que pode ser lembrado aqui, consiste na denúncia de Lacoste (2004, p. 27) em relação aos ataques dos EUA aos diques vietnamitas, ou seja, a partir do conhecimento do território, por parte do exército estadunidense, se ataca um ponto vital do Vietnã. Daí o porque Lacoste afirma que a Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer guerra.

⁹ "(...) o saber estabelecido pela Geografia do rei estava destinado não aos jovens alunos ou a seus futuros professores, mas aos chefes de guerra e àqueles que dirigem o Estado" (LACOSTE, 2004, p. 25).

¹⁰ Estas obras acabaram "fazendo da Geografia um instrumento de ação política" (MORAES, 1997, p. 118), isso pela denúncia das desigualdades existentes na realidade estudada.

existem dois pólos epistemológicos (Geografia Tradicional e Geografia Crítica) como resultado do que Sposito afirma se tratar de uma opção por um método, vai-se buscar a seguir, mostrar como estes dois posicionamentos vão entender o ensino da Geografia. A partir do ponto de vista defendido aqui, as duas concepções adotadas revelam uma grande diferença nos objetivos a serem alcançados na escola.

O Ensino da Geografia

A Ciência Geográfica possui uma peculiaridade, pois a mesma é uma disciplina curricular de ensino nas escolas. Esse fato, se por um lado auxilia a divulgação da mesma de uma forma bastante ampla, pode por outro, trazer determinados problemas no que se refere à sua aceitação e importância, isso de acordo com o tipo de ensino desenvolvido. E, ainda, ela pode estar servindo apenas à alguém ou à um determinado grupo da sociedade.

As divergências de compreensão entre as correntes geográficas se refletem no ensino. Isso implica dizer que cada corrente possui um determinado entendimento sobre quais seriam os temas, ou seja, os conteúdos a serem ensinados. E, além disso, de importância fundamental, de que forma estes conteúdos vão ser ensinados. Nesse sentido destacam-se dois pólos metodológicos: ensino de Geografia Tradicional e ensino de Geografia Crítica. A primeira, criticada pela segunda em função do seu caráter mnemônico, é positivista, defensora de uma ciência com caráter de neutralidade e objetividade. Além de possuir uma trajetória mais longa, é estritamente descritiva, e de modo geral, exclui da alçada da Geografia as questões sociais e políticas. O espaço, em si, é entendido como apolítico. Esta corrente, a partir do final dos anos sessenta, e principalmente, início, dos anos setenta, como foi visto acima, recebeu fortes ataques da corrente Crítica.

A Geografia Tradicional, no que diz respeito ao ensino, privilegia a “decoreba”. Nessa concepção, o ensino sempre esteve baseado na memorização de números e nomes, quer sejam eles de montanhas, rios, cidades, ou ainda de qualquer aspecto que leve em conta o espaço. Segundo Carvalho (1998, p. 26), é a Geografia que:

Trabalha com abstrações, quando o objeto é o mundo concreto, e fala da atualidade sem colocar um único dado político. Uma disciplina em

que o espaço é classificado em lugar de ser analisado e, principalmente, homogeneizado, pois as classes sociais inexistem nesses espaços dessa Geografia escolar.

A Geografia Crítica é fundamentada, principalmente, por Lacoste (2004) e Santos (2002). Para o primeiro, a Geografia existente até então sempre foi um conhecimento que serviu, não exclusivamente, mas "em primeiro lugar, para fazer a guerra", ou seja, a Geografia sempre foi um conhecimento que se prestou para defender os detentores do poder, que fazem uso desta ciência para mantê-lo. Já para o segundo, a Geografia possui um objeto de estudo, que é: "o espaço, tal como se apresenta, como um produto histórico" (Santos, 2002, p. 141), o que explicita a vinculação deste autor com Marx¹¹. Assim, este geógrafo afirma ser possível reconstruir um espaço para todos e não a serviço do capital e de alguns. Desta forma, Milton Santos traz para a Geografia a responsabilidade de discutir questões sociais e políticas. O que nos permite afirmar que o mesmo entende a Geografia como uma ciência que não é neutra, mas que possui, acima de tudo, uma responsabilidade social.

Vesentini em um artigo intitulado "Geografia Crítica e Ensino", ao discutir as opções dos professores no que tange ao ensino de Geografia, faz a seguinte afirmação sobre a Geografia Crítica:

Trata-se de uma Geografia que concebe o espaço geográfico como espaço social, construído, pleno de lutas e conflitos sociais. Ela critica a Geografia moderna no sentido dialético do termo *crítica*: superação com subsunção, e compreensão do papel histórico daquilo que é criticado. Essa Geografia radical ou crítica coloca-se como ciência social, mas estuda também a natureza enquanto recurso apropriado pelos homens e enquanto uma dimensão da história, da política. No ensino, ela preocupa-se com o senso crítico do educando e não em "arrolar fatos" para que ele memorize (...). (...) Inspira-se sobretudo na compreensão transformadora do real, na percepção da política do espaço (VESENTINI, 1994, p. 36).

¹¹ Esta afirmação refere-se ao posicionamento do autor na obra *Por uma Geografia Nova*, entretanto, a mesma deve ser revista no que diz respeito às suas obras posteriores.

Dessa forma, espera-se ter evidenciado, mesmo que de forma sucinta, quais são as principais formulações em termos de correntes geográficas, quem são os principais representantes e os objetivos de cada corrente. O que nos permite passar para a segunda parte, que consiste em analisar alguns pontos formulados por Paulo Freire e que entende-se estar em correlação com o ensino de Geografia numa postura crítica.

Paulo Freire e a Educação “Problematizadora”

No contexto histórico no qual Freire está inserido na década de 60, quando escreve *Educação como prática da liberdade*, o número de analfabetos e o de crianças sem acesso a escola é muito grande, o preocupa com relação à democratização da cultura no Brasil¹².

As preocupações de Freire em torno destes problemas o levaram a teorizar sobre dois tipos de educação: a Educação “Bancária” e a Educação “Problematizadora”. Quanto à Educação “Problematizadora”, as reflexões que pretende-se fazer aqui se baseiam nos textos de Freire que são uma espécie de exposição da metodologia seguida de comentários, sobre os casos em que, através dos “círculos de cultura”, as idéias do autor eram postas em prática.

Para Freire a Educação “Bancária” e a Educação “Problematizadora” servem, no que se refere às relações humanas, respectivamente, à opressão e à libertação. A Educação “Bancária” é caracterizada pela existência de um sujeito (o professor) portador do conhecimento, e de um objeto (aluno), passível de receber as informações transmitidas pelo primeiro¹³. Já a Educação “Problematizadora” desenvolve-se com a participação de dois sujeitos: educador e educando, onde ambos são portadores de conhecimento (cultura). Entretanto, o segundo, na grande maioria

¹² De acordo com Freire (1999, p. 109): “O número de crianças em idade escolar, sem escola, aproximadamente 4.000.000, e o de analfabetos, a partir da faixa etária de 14 anos, 16.000.000, a que se junta a inadequação de nossa educação, já referida, falam por si”.

¹³ A relação educador-educando na escola, em uma postura bancária, é caracterizada textualmente por Freire (1983, p. 65) da seguinte forma: “Narração ou dissertação que implica num sujeito – o narrador – e em objetos pacientes, ouvintes – os educandos”.

dos casos não se entende com tal. Isso por pensar que apenas a cultura letrada é cultura.

Na Educação "Problematizadora" o educador possui a função de coordenar as atividades, sendo que uma das características deste tipo de educação é a "vinculação contextual à realidade dos sujeitos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem, no caso, os educandos" (PITANO, 2004, p. 105). Esta afirmação fica mais clara ainda quando Freire expõe como funcionavam os círculos de cultura na obra *Educação como prática da liberdade*¹⁴. Desta forma, a alfabetização para Freire (1999, p. 119):

Implica, na não memorização visual e mecânica de sentenças, de palavras, de sílabas, desgarradas de um universo existencial – coisas mortas ou semimortas – mas numa atitude de criação e recriação. Implica numa autoformação de que possa resultar uma postura interferente do homem sobre seu contexto. Daí que o papel do educador seja fundamentalmente dialogar com o analfabeto, sobre situações concretas, oferecendo-lhe simplesmente os instrumentos com que ele se alfabetiza. Por isso, a alfabetização não pode ser feita de cima para baixo, como uma doação ou uma imposição, mas de dentro para fora, pelo próprio analfabeto, apenas com a colaboração do educador. Por isso é que buscávamos um método que fosse também instrumento do educando e não só do educador e que identificasse, como lucidamente observou um jovem sociólogo brasileiro, o conteúdo da aprendizagem com o processo mesmo da aprendizagem.

A Educação "Bancária", para Freire, é depositária, ou seja, implica "em que os educandos são os depositários e o educador o depositante" (Freire, 1983, p. 66). Os conteúdos não possuem ligação com a realidade do educando, sendo que a memorização mecânica é considerada sinônimo de aprendizagem. Assim, o saber é entendido como uma doação. "O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processos de busca" (Freire, 1983, p. 67).

¹⁴ Cf. Freire (1999) capítulo 4, "educação e conscientização", onde o autor expõe os "passos" e a forma do programa de alfabetização.

Por outro lado, a Educação “Problematizadora”, permite ao educando compreender a realidade como um processo. A partir do momento em que o educando percebe-se sujeito da história, ou seja, consegue perceber a história como possibilidade, o mundo passa a ser uma realidade em permanente processo de mudança, onde ele – o educando – é, também, responsável pelas mudanças. Isso tudo só é possível a partir de um processo de reflexão crítica. “(...) na prática problematizadora, vão os educandos desenvolvendo o seu poder de captação e de compreensão do mundo que lhes parece, em suas relações com ele, não mais como uma realidade estática, mas como uma realidade em transformação, em processo” (Freire, 1983, p. 82).

Diferenciando as duas concepções de educação, Freire se refere às mesmas da seguinte maneira:

A concepção e a prática “bancárias”, imobilistas, “fixistas”, terminam por desconhecer os homens como seres históricos, enquanto a problematizadora parte exatamente do caráter histórico e da historicidade dos homens. Por isto mesmo é que os reconhece como seres que *estão sendo*, como seres inacabados, inconclusos, *em* e *com* uma realidade, que sendo histórica também, é igualmente inacabada. Na verdade, diferentemente dos outros animais, que são apenas inacabados, mas não são históricos, os homens se sabem inacabados. Têm a consciência de sua inconclusão. Aí se encontram as raízes da educação mesma, como manifestação exclusivamente humana. Isto é, na inconclusão dos homens e na consciência que dela têm. Daí que seja a educação um que-fazer permanente. Permanente, na razão da inconclusão dos homens e do devir da realidade (FREIRE, 1983, p. 83).

Assim, para Freire, a Educação “Problematizadora” é a que pode proporcionar a emancipação humana, é a que conduz à emergência da consciência. A Educação “Problematizadora” compreende o mundo como possibilidade, como um vir a ser, ao contrário da “Bancária”, que entende o mundo de uma maneira fatalista e determinista.

Para que se dê a passagem da consciência ingênua à consciência crítica, Freire entende que o diálogo é a condição desse processo. O diálogo é o fundamento da concepção “Problematizadora” de educação, que é a educação como prática da liberdade. “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para *pronunciá-lo*, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu”

(FREIRE, 1983, p. 93). Na Geografia, aqui talvez esteja a importância daquilo que Kaercher (1998, p.11) diz ser: "ler e escrever a Geografia para dizer a sua palavra e construir seu espaço". Sendo que não se deve pensar que ler e escrever se dêem antes da construção do espaço, mas sim que tudo isso é o resultado de um processo dialético.

A palavra verdadeira que é, para Freire, um direito de todos, é a práxis, ou seja, ação-reflexão. Ela implica na transformação do mundo, ao contrário da palavra inautêntica, que pelo fato de não possibilitar a transformação do mundo é uma palavra oca, e por isso, ela é "alienada e alienante" (FREIRE, 1983, p.92).

No último capítulo da *Pedagogia do Oprimido*, Freire teoriza sobre dialogicidade e antialogicidade como teorias de ação cultural. Frisa que a primeira serve à libertação, enquanto a segunda, à dominação. O que nos permite perceber que estas duas teorias estão diretamente relacionadas à Educação "Problematizadora" e a Educação "Bancária", respectivamente. Para Freire, cada uma destas duas teorias possui quatro características. A teoria da ação cultural antidualógica e suas características: a conquista, a divisão, a manipulação e invasão cultural. Freire diz que as minorias, para se manter no poder, impõem às majorias a realidade como algo determinado, e através das características da ação cultural antidualógica mantém os oprimidos imersos, e assim o antagonismo oprimido-opressor é entendido como algo natural, o que é fundamental para a manutenção do *status quo*.

Para possibilitar a superação desta situação, Freire afirma que, se os opressores precisam de uma teoria para oprimir, para que ocorra a libertação é necessária uma contra teoria, que é a teoria da ação cultural dialógica. Esta possui como características: a colaboração, a união, a organização e a síntese cultural. Desta maneira, segundo Freire, a libertação só é possível a partir de relações que possuam como princípio estas características.

Considerações finais

Para finalizar, talvez seja interessante lembrar que o objetivo deste trabalho consistia em elaborar alguns pontos convergentes entre a Educação Problematizadora de Paulo Freire e

a Geografia Crítica, sendo que estes vão servir como uma reflexão que possivelmente possa contribuir para o ensino da Geografia.

Do que foi visto até aqui é importante destacar, que estas duas correntes possuem em comum, em primeiro lugar, uma grande responsabilidade social, ética e política, ou seja, tanto na Geografia Crítica como em Freire é possível afirmar, que o conhecimento deve estar estritamente atrelado às necessidades do local, em outras palavras, uma das principais preocupações destas duas correntes é a questão social.

Além disso, a compreensão do homem como sujeito das mudanças sociais é de extrema importância para ambos. Assim, se existe uma diferença social ela é o resultado das relações entre os homens, e somente as próprias relações entre os homens é que pode reverter tal situação. Desta forma, a Geografia Crítica deve, além de entender o espaço como histórico, também perceber que o homem é um ser estritamente histórico, é um ser que como diria Freire *não é*, mas sim que *está sendo*. Dai a importância de Freire para uma formação mais humana.

No que se refere ao ensino, pensa-se que seja possível propor um paralelo entre o ensino da Geografia tido como Crítica e a Educação “Problematizadora” de Freire, tendo em vista que para ambos, o conhecimento não é apenas posse exclusiva de um sujeito, e ainda que o mesmo só têm importância se proporcionar uma interpretação da realidade vivenciada pelo educando, independente de ser ele criança, adolescente ou adulto.

Assim, conclui-se afirmando que a educação formal, mais especificamente o ensino da Geografia, se tiver como pressuposto o entendimento de que as coisas não são como são por acaso, mas sim que as mesmas possuem o seu “porque” de ser da forma com são, se estará trilhando por um caminho transformador.

Abstract: This work intends to do a reflection on the possible affinities between teaching of Critical Geography and “Problematizing” Education, from, respectively, Critical Geography and Paulo Freire. In order to this, the characteristics of these two currents will be considered, having in account that they have important convergences in terms of formulations, in search of answer to similar problems. From the understanding that the “Problematizing” Education is important for the school formation and that the way how it was prepared by Paulo Freire, can contribute to the critical formation in Geography teaching courses.

Keywords: Geography. Critical Geography. “Problematizing” Education.

Referências bibliográficas

ANDREOLA, Balduino. O andarilho da esperança. In: **Coleção memória da pedagogia**, São Paulo, n. 4, p. 78 – 83, 2005.

ANDREOLA, Balduino. Os pressupostos teóricos-filosóficos do pensamento de Paulo Freire: o projeto político-pedagógico formulado na pedagogia libertadora. In: VENTORIM, Silvana; PIRES, Marlene de F. C.; OLIVEIRA, Edna C. de. **Paulo Freire: a práxis político-pedagógica do educador**. Vitória, EDUFES, 2000.

CARVALHO, Maria Inez da Silva de Souza. **Fim de século: a escola e a Geografia**. Ijuí: Ed. UNIJUÍ, 1998.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Utopia peregrina. In: **Coleção memória da pedagogia**, São Paulo, n. 4, p. 78 – 83, 2005.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. 11 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo: Unesp, 2000.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 13 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e modernidade**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

KAERCHER, Nestor André. **Desafios e utopias no ensino de Geografia**. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2003.

KAERCHER, Nestor André. Ler e escrever a Geografia para dizer a sua palavra e construir o seu espaço. In: SCHÄFFER, Neiva Otero (Org.) **Ensinar e apreender Geografia**. Porto Alegre: Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Porto Alegre, 1998.

LACOSTE, Yves. **A Geografia – isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra**. 8 ed. Campinas: Papius, 2004.

MENDONÇA, Francisco; KOZEL, Salette (orgs). **Elementos de epistemologia da geografia contemporânea**. Curitiba: Ed. UFPR, 2004.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: pequena história crítica**. 15 ed. São Paulo: Hucitec, 1997.

PITANO, Sandro de Castro. **Educação e Política em J-J Rousseau e Paulo Freire**. Pelotas: Seiva, 2004.

SANTOS, Milton. **A Natureza do espaço**: Técnica e tempo, Razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2002a.

SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica. São Paulo: Edusp, 2002.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Introdução a Geografia**: Geografia e ideologia. 3 ed. Petrópolis: Vozes, 1982.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Geografia e filosofia**: contribuições para o ensino do pensamento geográfico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

VESENTINI, José Willian. Ensino da Geografia e luta de classes. In: OLIVEIRA, Ariovaldo U. de. **Para onde vai o ensino de Geografia?** 5 ed. São Paulo: Contexto, 1994.

JOSÉ Willian Vesentini: O que é Geografia Crítica? Disponível em: <www.geocritica.hpg.ig.com.br/geocritica.htm>. Acesso em: 12 ago. de 2005.

A GEOGRAFIA NA SALA DE AULA: ENTRE A ARTE E A APRENDIZAGEM DE CONCEITOS

*Reinor Sannes de Avila¹
Sandro de Castro Pitano²*

Resumo: Neste artigo são apresentadas algumas reflexões acerca da importância da utilização da Arte no ensino de Geografia, mais especificamente o cinema, o teatro e a música, utilizados como elementos facilitadores e aproximadores dos educandos em relação à sua realidade social, ao seu meio. Percebendo o sub-aproveitamento da Arte como recurso pedagógico nas escolas, sentimos a necessidade de buscar novas experiências em relação à sua aplicação no ensino da Geografia. Recursos como vídeo, música, teatro, entre outros, são utilizados mais como entretenimento do que como ferramentas pedagógicas para o auxílio na compreensão crítica dos conteúdos curriculares. Atuando na formação de professores, alfabetizadores de jovens e adultos, pudemos experimentar a qualidade e a produtividade do conhecimento de conceitos básicos da Geografia através de propostas metodológicas fundamentadas na Arte. Buscamos, portanto, de maneira prospectiva, analisar e expor essa experiência de ensino-aprendizagem estribada na Arte, enfatizando-a como recurso didático na disciplina de Geografia.

Palavras-chave: Arte. Geografia. Ensino-aprendizagem.

Introdução

Esse artigo é fruto de uma pesquisa participante onde experienciamos relações de ensino-aprendizagem apoiadas em manifestações artísticas como o cinema o teatro e a música. Atentamos para a necessidade de trabalhar o resgate cultural nas disciplinas escolares, em especial na Geografia, através da pesquisa participativa, tendo como eixo principal a Arte, esteio importante para a socialização e construção da subjetividade.

Dentro da pesquisa participante, a problematização dos fatos decorre de um processo que vai se delimitando através da exploração dos contextos sociais, da observação reiterada do objeto pesquisado e dos contatos que nos trarão informes sobre o fenômeno social e do local onde se realizará a pesquisa. O

¹ Especialista em Geografia pela Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

² Professor do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas – UFPel.

problema configura-se como um obstáculo que necessita de uma imersão do pesquisador no contexto que o envolve:

(...) a pesquisa não pode ser o produto de um observador postado fora das significações que os indivíduos atribuem aos seus atos. A observação direta ou participante é obtida por meio do contrato direto do pesquisador com o fenômeno observado, para recolher as ações dos atores em seu contexto natural, a partir de sua perspectiva e seus pontos de vista (CHIZZOTI, 1995, p.80).

O esforço de pesquisa compreende a busca de respostas para alguma incerteza ou dificuldade que causa aflição, inquietude, considerando aspectos da realidade para os quais temos explicações que não mais nos convencem. Pesquisar é através do contato com a realidade e, junto a ela, ordenar e reciclar conhecimentos que expliquem, mesmo que temporariamente, nossas dúvidas. Segundo Lüdke e André (1986, p.2), o momento da pesquisa é único, pois:

Trata-se de uma ocasião privilegiada, reunindo o pensamento e a ação de uma pessoa ou de um grupo, no esforço de elaborar o conhecimento de aspectos da realidade que deverão servir para a composição de soluções propostas aos seus problemas.

Assim, relataremos uma experiência de pesquisa sobre a utilização da Arte no ensino de Geografia, desenvolvida juntamente com um grupo de professores-alunos, alfabetizadores do Programa Alfabetização Solidária no ano de 2002.

A importância da Arte

Analisando a evolução da humanidade desde o seu surgimento, que se deu pelo conhecimento construído e transmitido ao longo dos tempos através da música, dança, expressão corporal, das pinturas rupestres, entre outras, notamos que foi baseado nesses registros, compartilhados ou muitas vezes negados a alguns extratos da sociedade (como no período feudal onde a Igreja detinha o acesso privilegiado aos livros), que forjaram-se os alicerces socioculturais da sociedade atual.

Podemos constatar que o ser humano alcançou o atual estágio de evolução graças a registros como esses. O mundo acadêmico cerca-se desses vestígios históricos deixados pelos nossos antepassados. Constatamos ainda hoje nas escolas, a sua utilização como recursos pedagógicos: a música, o teatro, a pintura..., em síntese, tem-se a Arte como uma forma explícita de interpretação do meio. Essa é a concepção de autores como Buoro (2001, p.20):

(...) a Arte é uma forma de o homem entender o contexto ao seu redor e relacionar-se com ele. Conhecimento do meio é básico para a sobrevivência, e representá-lo faz parte do próprio processo pelo qual o ser humano amplia seu saber.

Foi este o caminho que despertou o desejo de incluir a música, o cinema e o teatro no ensino de Geografia, que, junto aos futuros alfabetizadores desse programa deveu-se a duas premissas:

- a necessidade de despertar o interesse dos educandos através de “novos” recursos pedagógicos que estejam ligados ao cotidiano dessas pessoas.

- a relevância que as várias expressões da Arte tiveram para o aprimoramento da sociedade e que hoje são negligenciadas, não pouco, pela própria escola.

É sabido que antes do ingresso na escola, a criança observa, pergunta e procura explicar o mundo em que vive. Esse modo de ler nosso dia-a-dia está impregnado de Geografia, assim como de Arte. Na escola é importante que o aluno possa ampliar, rever, reformular e sistematizar as noções que construiu, de forma espontânea ou diretiva, através da aprendizagem de conteúdos dessa disciplina, entre outras.

Por isso, o ensino de Geografia não se restringe à exposição do professor, à leitura do livro didático, à memorização de conceitos ou às respostas de questionários. É algo muito mais complexo e desafiador. Envolve a compreensão de um modo de pensar e explicar o mundo, pautado em noções, conceitos, procedimentos e princípios através dos quais os fatos são estudados e contextualizados no tempo e no espaço.

Para promover a ampliação do conhecimento dos alunos a respeito de temas relevantes em relação à sociedade atual, os materiais didáticos são fundamentais no trabalho do professor. Em Geografia, os conteúdos trabalhados enfocam, explícita ou implicitamente, temas relacionados à sociedade e à natureza e isto é um grande desafio para esse campo do conhecimento e, do mesmo modo, para o trabalho escolar.

O trabalho do professor de Geografia precisa ancorar-se numa ampla variedade de materiais que possibilitem planejar boas situações didáticas, buscando a compreensão dessa articulação complexa antes referida. Criar situações que permitam aos alunos progredir em suas aprendizagens sobre o mundo e sua própria vida nas diferentes paisagens que compõem esse mundo é a meta da Geografia em sala de aula. Portanto, os materiais devem contribuir nas discussões e favorecer o desenvolvimento de uma atitude propositiva perante os temas abordados. Podem conter ou permitir ao professor planejar atividades em que os alunos são convidados a informar, comunicar e influenciar colegas, funcionários da escola, os familiares e a comunidade mais ampla na sua compreensão de que todos fazem parte dos assuntos e problemas discutidos pela escola. Como por exemplo, a conservação ambiental, a relação entre qualidade de vida e saúde, a valorização da pluralidade cultural, o ingresso no mundo do trabalho e as desigualdades socioeconômicas.

Para um mundo moderno convém um ensino moderno, onde a Geografia pode e deve instituir, criticamente, atitudes de interrogação acerca do cotidiano em que nos inserimos. A evolução do ensino da Geografia, nesse sentido, é facilitada pelos contatos de todo o gênero que os jovens têm com os problemas de nossos dias. A conversação em família, o rádio, a televisão, os jornais, as atualidades cinematográficas, de alguma forma encharcam os jovens e as crianças, nesse banho cotidiano de inquietações. Cabe a nós, profissionais da educação, em específico na área de Geografia, aproveitar-se disso no intuito de aproximar o conteúdo da realidade dos educandos, sem deixar de problematizá-la.

Por sua vez, o ensino da Arte não é valorizado em nossa sociedade, como forma de conhecimento, muitas vezes sendo considerado sem valor. Com as novas reformas educacionais, a Arte passou a ser uma disciplina com conteúdos específicos e precisa

ser trabalhada na escola, sendo tão importante quanto qualquer outra. Por exemplo, a música, uma das formas de expressão da arte, pode ser consumida por nós através dos meios de comunicação e é pensada como forma de diversão e lazer, sem conteúdo a ser estudado. Na prática, a educação musical é pouco trabalhada nas séries iniciais do Ensino Fundamental e, nas outras séries, ainda é desconsiderada.

A importância da Arte não se limita a expressões como pendurar quadros na parede ou promover concertos musicais. Desenvolver a pessoa como alguém capaz de pensar, refletir, julgar e principalmente contribuir para uma mudança na sociedade, da qual o ser humano é parte fundamental, também é compromisso do ensino da Arte na escola.

O paradigma da modernidade separou arte e ciência, valorizando os saberes científicos. Atualmente, novo vértice sopra sobre essa separação. Na contemporaneidade, a visão de que há uma separação entre a subjetividade e a objetividade está mudando e, para Silva (2003, p.129),

Os autores pós-modernos anunciam a aproximação da ciência e da arte. Falam da nova ciência, humanizada, em que o homem, ao invés de manipular o objeto, vai habitá-lo, à maneira da arte. Na união entre ciência e arte vislumbra-se um novo tempo, em que a ciência tira a arte do terreno da futilidade e a arte deixa de ver a ciência como (assassina da emoção).

Portanto, a Arte pode ser uma aliada para a melhor construção do pensamento. Sendo assim, é necessário ser trabalhada com conscientização e preparo por parte dos profissionais da educação, para que ela possa ser utilizada, também, como suporte interdisciplinar, pois necessitamos buscar no pluralismo metodológico o caminho para a quebra do paradigma das metodologias normativas tradicionais.

O Programa de Alfabetização Solidária

A Universidade Federal de Pelotas, através da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura e da Faculdade de Educação, desenvolveu entre julho de 1997 e dezembro de 2002, um projeto de Extensão

em Educação de Jovens e Adultos: o Programa Alfabetização Solidária.

Junto com outras treze Instituições de Ensino Superior Gaúchas, entre elas a Universidade Federal do Rio Grande do Sul, a Universidade Católica de Pelotas e a Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, foram divididas as responsabilidades de propor alternativas de enfrentamento ao fenômeno do analfabetismo na população brasileira onde ele é mais intenso: as regiões norte e nordeste e as periferias dos grandes centros.

Estar presente em um programa que desenvolve um modelo de gestão o qual inclui divisão de responsabilidades, transparência e eficiência, implica reconhecer que a Universidade é uma parceira indispensável para qualquer enfrentamento da pobreza, das desigualdades sociais, uma vez que, este programa atende, prioritariamente, moradores das zonas rurais de municípios pobres, jamais alcançados por ações semelhantes (grande parte deles não escreve o próprio nome).

Em 2002 a UFPel era parceira de oito municípios brasileiros, três na Bahia, dois na Paraíba, três no Estado de Goiás³, o que significou qualificar oitenta jovens alfabetizadores que, recebidos pela Universidade para o Curso de Capacitação, no retorno a suas cidades, trabalharam com aproximadamente vinte e cinco jovens e/ou adultos analfabetos cada um.

Diferente de outros fenômenos regionais como a seca no sertão nordestino, o analfabetismo ou o desconhecimento das habilidades básicas do mundo da comunicação escrita é um fenômeno que insiste em ser generalizado no país e, mesmo no sul onde o acesso à educação básica está quase que universalizado, há ainda muitos brasileiros à margem da leitura e da escrita.

O Programa Alfabetização Solidária – PAS pode ser observado a partir da história da Educação de Jovens e Adultos no Brasil, o que implica confrontá-lo com as demais campanhas que, desde 1945, vêm sendo deflagradas pelo Estado Brasileiro no sentido de

³ Na Bahia trabalhou em Pirai do Norte (12 mil habitantes, 60% analfabetos) e Valença (40 mil / 43% analfabetos) e Varzedo (12 mil habitantes, 41% analfabetos), em Goiás, Goiandira (cinco mil habitantes / 4% analfabetos), Nova Aurora (1.500 habitantes 4,5% analfabetos) e Ananguera (700 habitantes, 5% analfabetos) e na Paraíba, Puxinanã e Lagoa Seca.

erradicar⁴ o analfabetismo no país. No entanto, como durante um acontecimento torna-se mais difícil fazer uma análise de todo seu alcance, limites e possibilidades, a intenção aqui é compor imagens parciais e temporárias que possam ir agregando avaliações qualitativas ao processo, tarefa esta que cabe à Universidade, pela sua condição de interlocutora privilegiada.

O PAS atendeu em 2003 a aproximadamente 1.500.000 (um milhão e quinhentas mil) pessoas ou em torno de 3,3% dos jovens e adultos considerados analfabetos ou pouco escolarizados no Brasil (em torno de 45 milhões de pessoas). Almeja que esta população consiga ler e escrever pequenos textos (os rudimentos da escrita), deixando às Universidades autonomia político-pedagógica na formação dos alfabetizadores e na proposta teórico-metodológica para a alfabetização. Também mobiliza grande parte das Instituições de Ensino Superior Brasileiras, a maioria Faculdades, Centros, Associações e Fundações Privadas que nunca atuaram na EJA e, portanto, não possuem profissionais vinculados à pesquisa e ao ensino da Educação de Jovens e Adultos. Além disso, responsabiliza esses profissionais pela qualificação de professores em serviço, deflagração de políticas públicas de EJA nos municípios parceiros, produção de conhecimento na área através de grupos de pesquisa e extensão, realização de artigos, dissertações e teses na área, apresentação de trabalhos em seminários e publicação de artigos e análises em periódicos nacionais e/ou internacionais.

O PAS não foi política pública, não extrapola o conceito ainda rudimentar do que significa ser analfabeto, não demanda coordenadores capacitados nas Universidades e não exige formação docente aos alfabetizadores. Apesar disso, pode ser observado também por algumas de suas qualidades. A maior delas, e isso é reconhecido pelos coordenadores nas Universidades de todo o país, é o envolvimento dos jovens alfabetizadores, a maioria com ensino médio incompleto, com o universo cultural das Universidades, com outros jovens que, na mesma faixa etária, estão

⁴ Erradicar significa cortar, arrancar pela raiz. Na literatura educacional a respeito do analfabetismo, é antiga a discussão que remete o verbo erradicar a um sentimento pejorativo do fenômeno, afirmando que seria sinônimo de cortar um mal, curar uma doença. Atualmente, há um consenso entre os educadores de EJA que analfabetismo é um fenômeno produzido social e escolarmente e o verbo erradicar tem sido ouvido apenas em fóruns onde a pouca cultura a respeito da área é mais comum.

discutindo carreira, emprego, empregabilidade, mercado de trabalho, sociedade, gênero, etnias, sexualidade, cultura. O resultado desta relação estabelecida é um grupo de jovens mais curiosos, politizados, questionadores, estudiosos, contestadores, que ampliam seu universo cultural e o de suas famílias e que começam a rever as relações de poder e saber nas quais estão inseridos.

As aulas de Geografia no PAS

A construção da metodologia do trabalho desenvolvida com os futuros educadores de jovens e adultos⁵ partiu de uma premissa básica: a descaracterização da Geografia tradicional buscando enfatizar a necessidade de se trabalhar, junto aos futuros educadores, a nova Geografia a qual está voltada à leitura da realidade, à leitura da sociedade e à leitura do mundo no qual estamos inseridos.

Ao programar as aulas de Geografia do PAS, formatamo-las de modo que em cada aula, ao levarmos dados e informações, os alfabetizadores refletissem sobre a temática abordada e através do debate em grupo pudessem construir sua própria leitura de mundo, enfatizando, dessa forma, a necessidade de reflexão e análise do meio em que vivem.

Através dessa nova leitura, pouco a pouco foi possível aos educadores trabalhar com seus educandos uma alfabetização libertadora de modo a penetrar na sua realidade analisando e construindo possibilidades. Além disso, a Geografia passou a ser percebida como uma ciência que trata de um espaço carregado de humanidade e que os fatos gerados por esta humanidade influenciam diretamente nas suas vidas, aprendendo, assim, a ler o mundo, como nos ensina Freire:

O homem não pode participar ativamente na biografia, na sociedade, na transformação da realidade, se não é auxiliado a tomar consciência da realidade da sua própria capacidade, para transformá-la, pois ninguém luta contra as forças que não compreende. A realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo (FREIRE, 1980, p.40).

⁵ Oitenta e um educadores vindos dos estados da Paraíba, Goiás e Bahia.

Intuindo incitar a busca de novos saberes e da releitura do mundo, organizamos duas aulas, tendo como eixo temático a “Desigualdade Social”, estruturando cada aula em três etapas fundamentadas na informação, integração de idéias (debate) e, em consequência, a construção/reconstrução do pensamento.

Primeira aula

Como introdução ao tema “Desigualdade Social” foi rodado o curta metragem gaúcho “Ilha das Flores”, o qual retrata a situação de miséria vivida por famílias residentes na Ilha dos Marinheiros, uma das ilhas que se localiza no estuário do Guaíba. O curta trata da questão do lixo dispensado pelos moradores da cidade de Porto Alegre, recolhido e depositado em um lixão particular na Ilha dos Marinheiros onde, primeiramente, os porcos criados pelo dono do depósito se alimentam das sobras de comida vindas no lixo, para que, somente depois, a população carente da ilha possa “garimpar” restos de alimentos. O autor do curta trabalha de forma incisiva e dicotômica a questão do conceito sobre lixo, enfatizando que os restos de uma camada da sociedade que não serviriam para alimentar os porcos servem de sustento para os marginalizados integrantes de uma camada menos provida de recursos e assistência, quadro dantesco que se apresenta não somente na “Ilha das Flores” mas em todo o Brasil.

No segundo momento, foi proposto que cada alfabetizador externasse seu sentimento em relação ao “curta” e a mensagem que este passava, para que, posteriormente, referenciados pelas opiniões emitidas, pudéssemos desenvolver o debate sobre o tema Desigualdade Social, suas causas consequências e se haveria perspectivas no sentido de reverter tal quadro.

No terceiro momento, foi reproduzida, em vídeo, uma reportagem que mostrava a mudança da realidade daquelas famílias residentes na Ilha dos Marinheiros decorrente de políticas públicas desenvolvidas pela prefeitura de Porto Alegre, como o projeto Frentes de Trabalho e cursos de qualificação profissional, reciclagem e a conscientização ambiental, reintegrando (ainda que em condições não ideais), aquelas pessoas antes marginalizadas.

Após a apresentação do “curta”, timidamente os alfabetizadores começaram a emitir seus pareceres verbais. Muitos se mostraram chocados, pois a “imagem vendida” pela mídia era que a

região sul do país constituía-se de estados ricos, sem pobreza nem miséria, uma terra cheia de oportunidades. Como podemos observar na fala da educadora 1 da Bahia:

(...) pra mim o relato do filme foi surpreendente, é que pra nós, sempre tivemos a idéia de que no sul não existia esse tipo de pobreza, jamais imaginei que na região que mais produz no Brasil também tivesse fome e miséria como lá na Bahia...

Com a incursão de algumas falas, o debate começou a tomar vulto; uma mescla de indignação, curiosidade e dúvida tomou conta da sala, havendo a formulação de hipóteses sobre as causas da marginalização e as possibilidades de erradicá-la.

Nesse momento tomamos o cuidado de apenas conduzir e incentivar o debate, procurando não explicitar nossa opinião com o escopo de não influenciar os educadores, de forma que através do intercâmbio das experiências e da bagagem cultural de cada um fosse possível construir e reformular conceitos.

O ápice do debate ocorreu quando os alfabetizadores direcionaram o pensamento na busca da explicação para as perguntas: “o que provoca a Desigualdade Social?” e “como explicar que a região nordeste é mais pobre que a região sul e sudeste?”.

A ocorrência de justificativas embasadas na Geografia tradicional, como o clima, a teoria de Malthus e o preconceito racial, pode ser observada na colocação do alfabetizador 2 da Paraíba:

Não imaginava que a miséria e a fome estivessem em todo o Brasil, mas acredito que seja maior lá na nossa região, do que aqui no sul, pois vejo que aqui tem menos negros e parece que as pessoas têm menos filhos, além do mais, não faz tanto calor aqui como lá em Lagoa Seca...

É quando surge o impasse e entra em pauta o questionamento: existirá solução para o problema da Desigualdade Social?

O grande grupo se divide entre esperançosos e céticos, mas o destaque ficou com a alfabetizadora de Nova Aurora, Goiás, com sua posição radical sobre a impossibilidade de reversão do lastimável quadro da Desigualdade Social e os motivos da

existência da miséria, como podemos ver a seguir:

Não acho que seja possível acabar com a pobreza, pois emprego tem aí, no jornal tão sempre pedindo pessoas para trabalhar, essas pessoas geralmente são vagabundos que só querem ganhar tudo do governo e se você ajuda hoje amanhã eles estão em casa de novo achando que nós temos obrigação de dar alguma coisa...

Quando o debate começou a ficar polarizado na busca de culpados e não em busca do entendimento e soluções, demos início ao terceiro momento da primeira aula, com a reportagem que mostrava a intervenção do poder público, tendo, como consequência, a revitalização daquela comunidade e a reversão do quadro de degradação moral e de marginalidade em que se encontravam aqueles seres humanos.

Nesse primeiro momento, conseguimos nosso intuito, ou seja, o choque de paradigmas, a quebra de pseudo-idéias ou relativas verdades, instaurar a dúvida para através dela fazer a reconstrução do pensamento.

Segunda aula

A segunda aula também foi dividida em três etapas, sendo a primeira feita através de representação teatral fazendo uma sátira do programa de televisão “Quem quer Dinheiro”, dando seguimento ao tema Desigualdade Social.

A representação teatral teve como objetivo explicitar a relação da mídia, que através de subterfúgios, não pouco aliena a população, através de concursos, jogos de azar “lícitos”, a qual sonha em mudar de vida ou pelo menos mudar sua condição social.

Os meios de comunicação se tornam o elemento e o espaço privilegiado em que a cultura é criada, fortalecida, reproduzida e retransmitida, de um lado; tornando-se, de outro, o espaço e o meio em que essa cultura é negada, descaracterizada, transformada e dominada para servir a outros interesses que não são os do próprio povo.

Após a apresentação teatral, partimos para a segunda etapa do trabalho, fazendo uma explanação sobre o tema Desigualdade Social, aproveitando que os alfabetizadores já estavam embebidos

em suas teorias formuladas a partir do debate realizado na primeira aula. Para desenvolver o entendimento acerca da Desigualdade Social, fazia-se necessário o embasamento teórico, pois a percepção de mundo não pode estar simplesmente associada ao empirismo ou vulgarmente jogada ao “achismo”, daí a necessidade de reafirmar junto aos alfabetizadores a importância do embasamento teórico.

Neste momento, trouxemos teorias formuladas por pensadores e pesquisadores, estudiosos do tema. A explanação ocorreu a partir dos seguintes pensadores e textos: A vez e a voz do popular de Ana Maria Doimo; Os Flanelinhas em Pelotas de Rosalina Marchiori Da Paixão Fernandes; O Neoliberalismo em Debate de Milton Friedman; A Política Social do Estado Capitalista de V. Faleiros; O Caminho da Servidão de Friedrich Hayek, O Governo de FHC e o Campo Político Conservador, de D. Saes.

Antes de abriremos espaço para o debate, convidamos os alfabetizadores a formarem grupos. A partir daí, foi dado início a terceira e última etapa desta segunda aula.

Dividimos esta etapa em três momentos:

- No primeiro momento, os alfabetizadores fariam a leitura do texto “O retorno de José: uma história brasileira” de Jorge Mattosso e posteriormente a audição da música “Faroeste Caboclo” da banda Legião Urbana.
- No segundo momento, os grupos deveriam interpretar uma estrofe ou um trecho da música. Além disso, foram convidados a debater o assunto com o objetivo principal de traçar um paralelo da letra com o tema principal que estava sendo trabalhado nas duas aulas: a Desigualdade Social. Durante a execução dessas tarefas percorríamos os grupos, para que em momento algum eles ficassem desassistidos, mas sempre respeitando suas individualidades.
- E como terceiro e último momento desta aula, encerrando este trabalho, possibilitou-se a defesa das idéias discutidas no pequeno grupo perante o grande grupo, formando assim o debate final e, conseqüentemente, a continuação da construção do pensamento.

Reflexões e avaliações dos Alfabetizadores

Apesar da construção um pouco mais complexa da segunda aula, a participação e a interação por parte dos alfabetizadores foram intensas, provavelmente pela maneira mais descontraída que começamos o trabalho, através da interpretação teatral satirizada, mas, ao mesmo tempo, construindo a crítica social a respeito da mídia.

A participação nessa primeira etapa da aula foi muito intensa e construtiva, pois observamos a relevância dada pelo grupo em suas observações finais as quais veremos adiante.

O objetivo da segunda etapa consistia em dar o embasamento teórico acerca do tema Desigualdade Social, possibilitando dessa forma a argumentação necessária para a formação de um debate sólido e coerente, instigando a interpretação e a leitura de mundo de maneira fundamentada.

Durante a explanação teórica, tivemos algumas participações convergentes dos alfabetizadores em relação às idéias dos pensadores citados, como a manifestação do alfabetizador 3 de Goiandira, Goiás:

(...) eu acho que houve um aumento da pobreza depois que o Presidente Fernando Henrique começou a vender as empresas brasileiras para outros países, começou a diminuir o emprego e agora eles querem acabar com os direitos do trabalhador, já era difícil conseguir emprego, agora, além disso, é difícil manter o emprego e quando a gente fica desempregado não tem nada que garanta, que nos ajude a manter a família até conseguir outro emprego ou achar algum "bico"...

Após essa manifestação, enfatizamos aos alfabetizadores a necessidade de sempre buscarmos a fundamentação para as nossas opiniões, para que possamos apresentar argumentos convincentes aos nossos educandos, pois, mesmo sem saber, a sua visão ia ao encontro do pensamento de Saes, como podemos ver abaixo:

(...) política de privatização das atividades estatais – não só a desestatização de empresas públicas, geradoras de produtos industriais ou serviços pessoais, como até mesmo a desestatização de atividades administrativas, (...) a redução da atividade reguladora e disciplinadora do Estado no terreno da economia (em geral) e das

relações de trabalho (em particular), nesse último caso significa a flexibilização de direitos sociais dos trabalhadores com o fim dos mecanismos de proteção ao trabalho, muitos dos quais consagrados universalmente (...) eliminação incondicional das reservas de mercado e do protecionismo econômico (SAES, 1996, p.12).

A partir da audição da música e do debate sobre o tema Desigualdade Social em que os grupos selecionaram um trecho da letra para discorrer sobre ela, formulou-se um grande debate, do qual destacamos alguns intervalos interessantes.

Um dos destaques foi dado à questão do êxodo rural, enfatizando esse fenômeno como um grande intensificador da marginalização nas grandes cidades, exaltando também o fato da violência policial nos grandes centros como um fator de desestabilidade do controle do Estado, como podemos ver na explanação da educadora 4 de Puxinanã, Paraíba:

A favela cresce através do colono, do homem do campo, porque na roça não dá mais para viver. O fazendeiro dá mais para um boi, ou plantar um capim do que deixar um trabalhador plantar um milho ou feijão. O boi vale mais que o trabalhador. E através do salário mínimo que é muito baixo e da falta de emprego. As pessoas buscam na cidade a esperança de uma vida melhor, de um emprego, mas como diz na própria música, o que resta é a "bandidagem" por que, até a polícia que deveria garantir a segurança muitas vezes é pior que o próprio bandido...

A formulação desse conceito, segundo o grupo ao qual pertencia a educadora, construiu-se além do conhecimento empírico e dos dados fornecidos, tinha como esteio o seguinte trecho da música:

Deixou pra trás todo o marasmo da fazenda
Só pra sentir no seu sangue o ódio que Jesus lhe deu.
Quando criança só pensava em ser bandido,
Ainda mais quando com um tiro de soldado o pai morreu...

Já o segundo tema, levantado pela educadora 5, vinda de Valença, Bahia, destaca a influência da mídia que, através de informações distorcidas, acaba por incitar o êxodo rural:

Quando você liga a tv geralmente mostra as coisas boas das praias, as festas da cidade e as comodidades que não existem no campo, muitas vezes não tem nem luz lá no interior, os vizinhos se juntam no armazém para poder ver a programação na tevê e as novelas só mostram gente bonita e bem de vida nas cidades, andando de carro e tendo boas casas, mas a verdade é que isso é privilégio de poucas pessoas...

A construção da discussão partiu da escolha do seguinte trecho da música, destacado pelo grupo da educadora:

E sentia que aquilo ali não era o seu lugar
Ele queria sair para ver o mar
E as coisas que ele via na televisão...

Outro intervalo importante a ser destacado enfoca a Desigualdade Social devido à classe e à origem étnica, instrumentos de intensificação da marginalização devido ao preconceito imposto pela sociedade, como podemos observar na fala do alfabetizador 6 de Pirai do Norte, Bahia:

A Desigualdade Social existe em todo o lugar, mas percebemos que em nossa região é maior, provavelmente pela maior concentração de negros, desde que chegamos no sul percebemos que tem menos negros e também nós estávamos comentando que é muito difícil, a não ser nas novelas, ver uma pessoa rica casando com um pobre, a própria sociedade exclui, divide as pessoas em grupos distintos o acesso ao trabalho, à educação, à saúde é diferenciado, as oportunidades não são iguais e as chances de entrar para o mundo do crime é muito maior para o pobre do que para o rico...

O alfabetizador de Pirai do Norte destaca o seguinte intervalo como fator influenciador desse pensamento:

Não entendia como a vida funcionava -
Discriminação por causa da sua classe ou sua cor...
...Fez amigos, freqüentava a Asa Norte
E ia pra festa de rock, pra se libertar
Mas de repente
Sob uma má influência dos boizinhos da cidade
Começou a roubar...

O objetivo de fomentar o questionamento, o debate e, por fim, a construção de novas ou reestruturadas idéias, podemos considerar atingido, pois o planejamento das aulas visava que, através do filme “Ilha das Flores”, da representação teatral, da explanação teórica fundamentada e da audição da música “Faroeste Caboclo”, os futuros alfabetizadores percebessem os inúmeros meios dos quais podemos lançar mão para abordar um determinado tema, no caso, a “Desigualdade Social”, podendo levar, desta forma, para seus futuros educandos uma visão ampla das contradições sociais.

Considerações finais

Ao finalizar, não temos a pretensão de considerar exauridas todas as possibilidades de utilização da Arte no ensino da Geografia, bem como na práxis educativa em geral: entendemos que se trata apenas de uma pequena, porém frutífera, experiência por nós vivenciada e relatada neste artigo.

A utilização da Arte em sala de aula faz-se necessária, pois em uma sociedade como a nossa, perpassada pelos conflitos de classes (promoção, defesa e manutenção de interesses particulares), é ingenuidade pensar numa verdade explícita ou numa informação objetiva que obedeçam às regras de uma moral universal, puramente em benefício de todos. Dentro desse contexto, a música, o teatro e o cinema seriam os facilitadores da compreensão do mundo por parte dos educandos.

A posse da comunicação e a informação tornam-se instrumentos privilegiados de dominação, pois criam a possibilidade de dominar a partir da interioridade da consciência do outro, criando evidências e adesões que interiorizam e introjetam nos grupos destituídos a verdade e a evidência do mundo do dominador, condenando e estigmatizando a prática e a verdade do oprimido como prática anti-social.

Nesse íterim, apontamos a Arte como uma espécie de elo crítico entre o meio social (cotidiano) e o universo escolar, questionando e contestando essa sociedade de dominação através de seus próprios instrumentos: a música, o filme, a série da TV, os quais devem ser levados para a sala de aula não como um simples

instrumento de entretenimento, mas como elementos que proporcionem uma releitura crítica de mundo.

A construção do conhecimento passa, necessariamente, pela busca do pluralismo pedagógico e metodológico da construção do caminho que leve à quebra dos paradigmas, reestruturando a cultura de massa, reorganizando, desta forma, as normativas tradicionais.

Esperamos, através deste artigo, instigar a reflexão sobre o papel da Arte no ensino de Geografia, seu caráter interdisciplinar e sua importância para a construção do conhecimento, contribuindo com a qualificação do ensino e da aprendizagem em sala de aula.

Abstract: This article presents some reflections about the importance of using Art in Geography teaching, more specifically Cinema, Theatre and Music, when used as facilitator elements and approximators of learners and their social reality. Perceiving the subutilization of Art as a pedagogic resource in school, we feel the necessity of searching new experiences relating to its application in Geography teaching. Resources like video, music, theatre, etc, are more often used as entertainment than as pedagogic tools for helping critical comprehension of the curriculum contents. By acting in the teachers, and young and adult literacy teachers' formation, we can experience the quality and productivity of Geography basic concepts knowledge through methodological proposals based on Art. Therefore, in a prospective way, we aim to analyse and show this learning and teaching experience based on Art, emphasising it as a efficient resource in the Geography subject.

Keywords: Art. Geography. Teaching experience.

Referências bibliográficas

BUORO, A. **O olhar em construção**. 5ª ed., São Paulo: Cortez. 2001.

CHAÚÍ, M. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2003.

CHIZZOTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais**. 2ª ed., São Paulo: Cortez. 1995.

FERREIRA, M. **Como usar a música na sala de aula**. 2ª ed., São Paulo: Contexto. 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Cortêz, 1980.

LÜDKE, M., ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS (5ª A 8ª SÉRIES) B 823 p Brasil. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: geografia /Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.

SAES, D. O governo de FHC e o campo político conservador. IN: **Princípios**, nº40, São Paulo: Anita, 1996.

SANTOS, B. de S. **Pela mão de Alice: O social e o político na pós-modernidade**. 5ª ed., São Paulo: Cortez, 1999.

SILVA, S. **Educação profissional no Brasil**. São Paulo, Cortez, 2003.

SOARES, M. **Letramento: Um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

_____. **Linguagem e Escola: Uma Perspectiva Social**. São Paulo: Ática, 1997.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1992.

WINKE, R. **A música na educação de jovens e adultos: um exercício de sensibilidade e autonomia. Alfabetização e Letramento**. Ano 1, Nº 1, Vol. 1. Pelotas: UFPel, 2004.

RESENHA

RESENHA

SILVEIRA, Fabiane Tejada da; GHIGGI, Gomercindo; PITANO, Sandro de Castro (Org.). **Leituras de Paulo Freire: Contribuições para o debate Pedagógico Contemporâneo**. Pelotas: Seiva, 2007. 284p.

Rosa Elena Noal¹

Trata-se de uma obra organizada por três professores da Universidade Federal de Pelotas que se dedicam ao estudo do pensamento do educador Paulo Freire. O Trabalho, que reúne dezoito artigos escritos por pesquisadores do Brasil e um estrangeiro (Angola), revela a complexidade e a abrangência do pensamento freireano, para o qual todos convergem em suas análises.

Dois artigos possibilitam frutíferas reflexões para a Geografia, bem como para a Educação Sócioambiental, objeto de nosso interesse materializado em diversas pesquisas desenvolvidas no LACEA. O referencial freireano adotado pelos autores qualifica a abordagem geográfica dos problemas sócioambientais de maneira especial, anunciando novas perspectivas de estudos nesta temática. Por isso, é sobre esses trabalhos que passo a me referir em especial.

Balduino Antonio Andreola, com o Texto “Paulo Freire e a Ecologia: Carta ao professor Sírio Velasco”, responde à indagação em torno das contribuições de Paulo Freire “para o problema ambiental, que se revela um dos desafios maiores e decisivos para a própria sobrevivência da Humanidade” (p.131). O autor passa a destacar em seqüência, momentos da extensa obra freireana em que são possíveis de encontrar reflexões acerca da temática ambiental. E não são poucas. São enfatizadas as seguintes obras: A Pedagogia do Oprimido, por seu “sentido ecológico radical”; A Pedagogia da Indignação, em especial, a terceira carta pedagógica que a compõe, onde Freire enfatiza o assassinato do índio Pataxó em Brasília, considerado por Andreola como “um grito veemente em

¹ Doutora em Geografia, professora do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPel) e editora desta revista.

defesa da ética, que se transforma numa proclamação da urgência radical do problema ecológico” (p.33); *A Pedagogia da Autonomia em função das desigualdades espaciais, reflexos das desigualdades políticas sociais e culturais*; *Extensão ou Comunicação?*, com a preocupação de Freire acerca da erosão, situando, conforme Andreola o “problema ecológico interligado com outros problemas, numa visão de totalidade” (p.37); *Cartas a Guiné Bissau em virtude do “reencontro profundamente ecológico”* (p.38) de Freire com a África, e , por fim, *À Sombra desta Mangueira*, obra que explicita “a presença ontológica, poética e até mística das árvores na vida e nos escritos de Paulo Freire” (p.39). O autor conclui com o poema “Grito de Mãe”, de sua autoria por ocasião do Terceiro Fórum Social Mundial em Porto Alegre, 2003.

O Segundo trabalho em destaque é de autoria de Rosa Maria Martini “Mundo da Vida, diálogo e crítica: em busca de atalhos para um reencontro entre Habermas e Paulo Freire”. O texto que “se propõe explorar mais semelhanças do que diferenças entre esses dois autores” (p.261), enfoca o conceito de mundo como categoria aproximativa entre ambos. Fiel ao pensamento de Habermas a autora põe em centralidade o paradigma de mundo da vida considerado como o lugar originante da significância para as relações humanas no espaço geográfico. Martini lembra que esse tipo de problematização se tornou central para o trabalho das ciências humanas, por possibilitar uma abordagem da existência não-transcendental, apoiada na fenomenologia de inspiração husserliana. Entendo que a explanação da autora aponta para analogias possíveis com o pensamento do geógrafo Milton Santos consubstanciado pela sua compreensão do presente como um meio técnico-científico-informacional, “cara geográfica da globalização”. Em Paulo Freire é salientada a forte influência da fenomenologia destacando ainda, afinidades entre o brasileiro e o alemão: “Sua concepção de alfabetizar a partir da leitura e interpretação do mundo, sublinham a questão do mundo da vida nas três dimensões apontadas por Habermas, personalidade, cultura e sociedade (p.272).

A autora conclui afirmando que mundo da vida, assim como diálogo e crítica são elementos conceituais comuns aos dois autores. No conjunto, apesar do seu caráter filosófico às vezes um tanto denso para não iniciados, o texto oferece pistas prospectivas para estudos em Geografia, principalmente no aspecto epistemológico e também conceitual.

Embora tenha dado ênfase a apenas dois artigos entendo que o livro merece ser explorado, principalmente pelos interessados em Educação, Ensino de Geografia e Educação Socioambiental. A qualidade dos textos sugere a sua indicação.

Normas Editoriais

GEOGRAFANDO é um periódico para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins, organizada pelo Laboratório de Cartografia e Estudos Ambientais e pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pelotas. Visa atender a necessidade de divulgar a produção científica de docentes; alunos da graduação e pós-graduação do Curso de Geografia; e demais profissionais da área de Geografia, contribuindo, desta forma, para o desenvolvimento da pesquisa e do ensino em geografia. Pautando-se sempre na liberdade de enfoques e na universalidade dos conteúdos de pesquisa a que está aberto.

Os resultados de investigações científicas e elaborações teóricas publicadas neste periódico servirão para ampliar as oportunidades de acesso ao debate acadêmico para pesquisadores, professores e alunos de Geografia e demais interessados nas questões do desenvolvimento da sociedade humana e sua relação com o meio ambiente.

Os textos enviados deverão se enquadrar nas seguintes sessões:

1. **artigos**: serão publicados artigos na área de Geografia, entre 15 e 20 laudas, no máximo.

2. **resenhas**: serão aceitas resenhas de obras recentes, nacionais ou estrangeiras, publicadas há até 3 anos, entre 3 e 7 laudas, no máximo.

3. **instrumentos de trabalho/relatórios**: serão aceitos exclusivamente textos produzidos por pesquisadores vinculados ao Departamento de Geografia e Economia, referentes a pesquisas desenvolvidas pelo referido Departamento, com o máximo de 10 laudas (20.000 caracteres, incluindo espaços).

Título: em português e inglês.

Autoria: Deverá constar de nome completo, trazendo, em nota de rodapé, as seguintes referências: instituição de origem; titulação e/ou programa de pós-graduação a que está ligado e endereço eletrônico. Caso a pesquisa tenha apoio financeiro de alguma instituição, esta deverá ser mencionada na mesma nota de rodapé.

Os dados e conceitos são de exclusiva responsabilidade do autor. O autor deve enviar, juntamente com seu artigo, um documento assinado, cedendo os direitos autorais para publicação do mesmo.

Resumo e palavras-chave: Arial 8. No máximo com 10 linhas e 3 a 6 palavras-chave. Devem vir entre a autoria e o início do texto. Exceto para Instrumentos de Trabalho e Resenhas.

Abstract e keywords: mesma formatação de resumo. Redigidos em inglês, devem constar no final do texto.

Idiomas: *GEOGRAFANDO* publica artigos em português, espanhol, italiano, francês e inglês, cabendo ao Conselho Editorial decidir se o mesmo deverá ser editado na língua original ou traduzido para o português.

Extensão e apresentação do texto: Os artigos deverão ser **inéditos no Brasil**, possuindo entre 15 e 20 laudas. Fonte Arial 10, espaço simples; tabulação 1,25cm; margens superior: 2,5cm, esquerda, inferior e direita: 2,0cm, página tamanho A5. Não usar autoformatação ao digitar. Os textos para publicação não deverão conter formatação especial, tais como: tabulação, colunas, numeração de páginas, separação de sílabas hifenizadas, marcas de estilo. As ilustrações (tabelas, gráficos, figuras, etc.) devem ser numeradas com algarismos arábicos, já inseridas no texto e acompanhadas das respectivas legendas. Os textos para publicação poderão contar com, no máximo, 5 (cinco) figuras. No caso de utilização de tabelas, deverão ser digitadas seguindo a formatação de *Tabela do Word* (textos com tabelas elaboradas manualmente ou com inserção de colunas não serão aceitos). Ilustrações, figuras, tabelas ou gráficos deverão ser enviados já inseridos no texto, convertidos em preto e branco. Deverão ser enviados, também, em arquivos separados no formato JPG com a respectiva legenda (isto se aplica para figuras, tabelas, gráficos e quaisquer ilustrações).

Citações devem constar apenas entre aspas, quando constarem na mesma linha (até quatro linhas, inclusive), fonte Arial 10. Quando constituírem parágrafo próprio (mais de 5 linhas, inclusive), deverão constar com recuo esquerdo de 2cm, em fonte Arial 8. As referências bibliográficas das mesmas devem constar no corpo do texto (e não em nota separada), entre parênteses, indicando sobrenome do autor, data de publicação e páginas citadas, da seguinte forma: (AUTOR, ano, página).

Notas deverão ser remetidas ao pé da página (e não ao final do texto), devendo ser utilizadas unicamente para notas explicativas.

Referências bibliográficas deverão respeitar as regras correntes da ABNT, devendo vir ao final do artigo em ordem alfabética por autor.

Resenhas terão entre 3 e 7 laudas, no máximo, e obedecerão ao formato dos artigos. Deverão apresentar a referência completa das obras analisadas.

Será garantido o anonimato de autores e pareceristas no processo de avaliação dos trabalhos.

Cabe ao Conselho Editorial a decisão sobre a publicação das contribuições recebidas.

Todos os textos serão submetidos a dois pareceristas. No caso de haver um parecer contraditório, o Conselho Editorial enviará o trabalho a um terceiro consultor. Em casos especiais, a Editoria poderá enviar trabalhos específicos para pareceristas *ad hoc*, não-integrantes de seus Conselhos, observando a titulação mínima de Doutor e/ou notória especialização, bem como especialidade na área do trabalho em questão.

Os originais não publicados não serão devolvidos

A entrega dos textos tem Fluxo Contínuo (prazo permanente).

Os autores dos artigos terão direito a dois (2) exemplares da Revista; os autores de resenhas e relatórios terão direito a um (1) exemplar.

A Revista aceita permuta com outras publicações da área de Geografia.

Os textos devem ser encaminhados para o seguinte endereço:

Universidade Federal de Pelotas/Instituto de Ciências Humanas/Laboratório de Cartografia e Estudos Ambientais. Aos cuidados de Mara Lúcia Vasconcelos da Costa - Secretária Editorial de *GEOGRAFANDO - Revista do LACEA* – Rua Coronel Alberto Rosa, 154, Pelotas/RS, CEP: 96.010-770 CAIXA POSTAL; 354.